REVISTA da CAVALARIA

Revista Quadrimestral de Cavalaria / Janeiro - Abril 2013 / 3ª Série / Ano VIII / Nº 29

Dossier:
O Impacto da Criação da Escola das Armas na Arma de Cavalaria

E ainda:

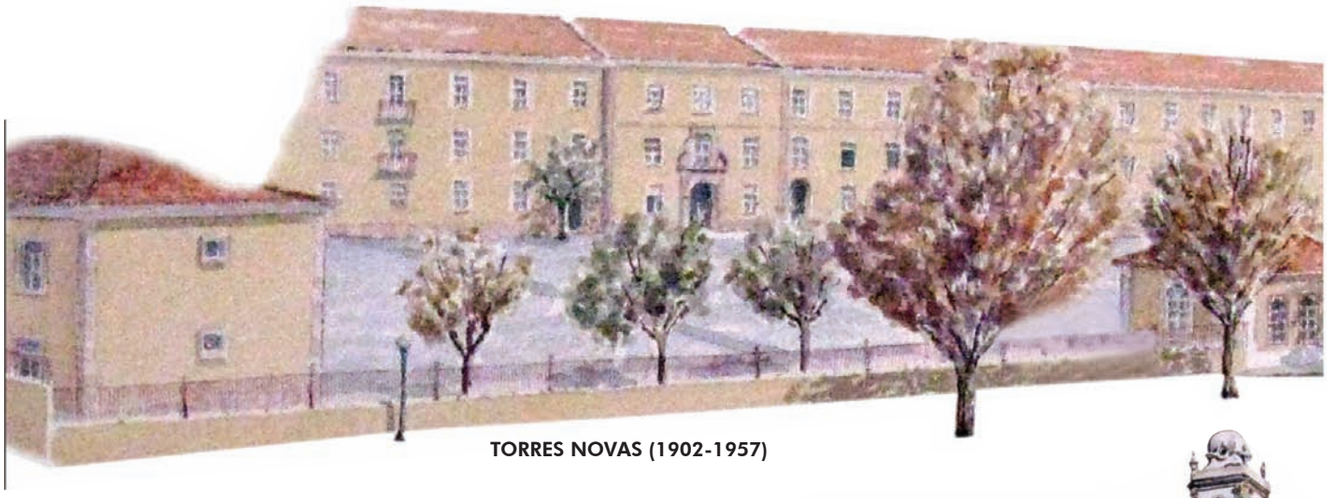
Transformação do Exército 2013 – Implicações na Cavalaria (Parte I)

Carros de Combate no Exército Português (Parte II)

Reflexões de Um Cmdt do GCC (IV): Desembaraço Tático

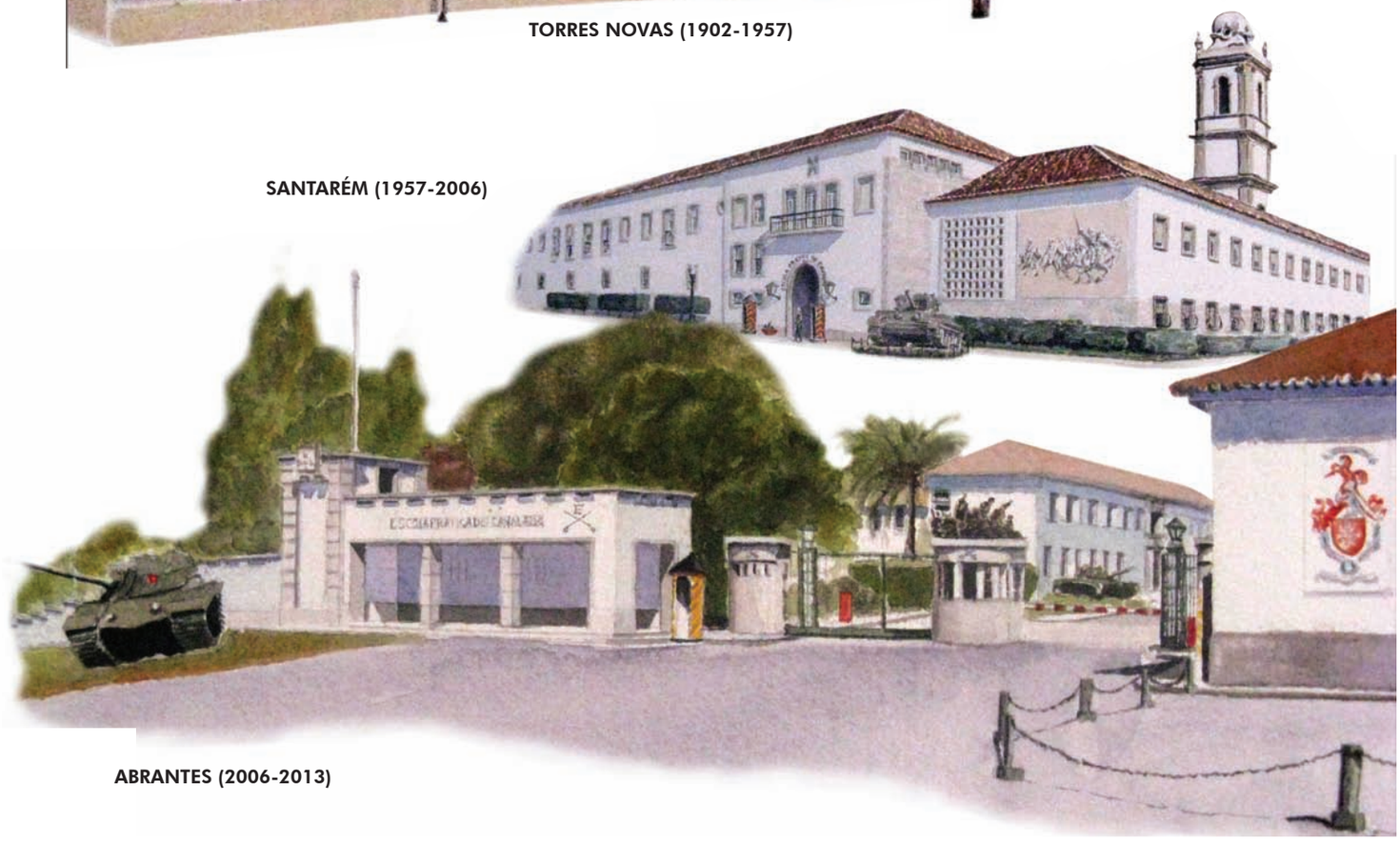
ESCOLA PRÁTICA DE CAVALARIA

VILA VIÇOSA (1890-1902)



TORRES NOVAS (1902-1957)

SANTARÉM (1957-2006)



ABRANTES (2006-2013)

Sumário

- **Editorial** — 4
  TCOR Cav Miguel Freire
- «Impacto da Criação da Escola das Armas na Arma de Cavalaria – *Escola Prática de Cavalaria*» — 7
  COR Cav Vítor Manuel Meireles
- «Impacto da Criação da Escola das Armas na Arma de Cavalaria – *Regimento de Lanceiros N.º 2*» — 18
  MAJ Cav Alves de Sousa
- «Impacto da Criação da Escola das Armas na Arma de Cavalaria – *Regimento de Cavalaria N.º 3*» — 20
  MAJ Cav Gonçalves
- «Impacto da Criação da Escola das Armas na Arma de Cavalaria – *Quartel da Cavalaria*» — 22
  CAP Cav Fazenda
- «Impacto da Criação da Escola das Armas na Arma de Cavalaria – *Regimento de Cavalaria N.º 6*» — 28
  TCOR Cav José Miguel Pimenta
- «Impacto da Criação da Escola das Armas na Arma de Cavalaria – *Conclusões*» — 33
  Direção da Revista da Cavalaria
- «Transformação do Exército 2013 – Implicações na Cavalaria (Parte I)» — 40
  MAJ Cav Morais
- «Exército Português Carros de Combate (2.ª parte) – Carros de Combate da Divisão NATO» — 34
  MGEN Cav Pereira Coutinho
- «Desembaraço Tático: Reflexões de um Comandante do GCC-IV» — 46
  TCOR Cav Miguel Freire
- **Resenha de Actividades das Unidades** — 52
- **Indigitações e Nomeações** — 58

FICHA TÉCNICA

Propriedade
Associação Revista da Cavalaria

Director
TCOR Miguel Freire

Chefe de redacção
MAJ Paulo Serrano

Redacção
TEN Humberto Rosa

Revisão
TCOR Miguel Freire
MAJ Paulo Serrano

Contactos
Associação Revista da Cavalaria
Regimento de Lanceiros N.º 2
Calçada da Ajuda
1349-054 Lisboa
E-m@il: revistadacavalaria@gmail.com

Execução gráfica
SOARTES - artes gráficas, lda.

Depósito Legal
203499/03

Editorial

A Revista da Cavalaria voltou a ser temática, por proposta da nova Direção e aceite na última Assembleia Geral realizada no RL2, no passado mês de Fevereiro. Isto não significa que não sejam publicados outros artigos sobre outros assuntos. O objetivo da abordagem temática é permitir-nos prospetivar assuntos que pela sua pertinência e atualidade requerem alguma atenção ao ponto de induzirem a Direção a convidar a participação específica de unidades e/ou pessoas que possam ter uma palavra a dizer.

Pela sua atualidade e pertinência a Escola Prática de Cavalaria escolheu para o seminário anual, que juntamente com a Revista da Cavalaria tem vindo a realizar na última década, o tema: "O impacto da criação da Escola das Arma (EA) na Arma de Cavalaria". A escolha não podia ser mais atual! Com esta escolha a Revista da Cavalaria não podia deixar de adotar para este primeiro número de 2013 este mesmo tema, publicando as comunicações que as unidades fizeram no seminário que se realizou em Abrantes, no passado dia 08 de Maio de 2013.

A informação publicada neste número diz respeito às comunicações que cada uma das unidades fez nesse seminário e é consequência da informação conhecida até essa data, relembramos: 8 de Maio. É provável que quando este número chegar aos nossos associados a realidade seja já clara e muitas das dúvidas estejam já dissipadas. A criação da EA é um facto que ninguém põe em causa, muito menos fazer contra-vapor na sua concretização. O espírito de missão que nos caracteriza como militares obriga-nos a dedicarmos todo o nosso zelo e aptidão para uma concretização de sucesso. Mas isso não nos impede de nos questionarmos, como profissionais e como cidadãos, sobre alguns pontos, aliás bem espelhado na carta que o nosso Coronel Garcia Correia publicou no "Correio do Ribatejo" e que teve a gentileza de nos autorizar publicar na nossa revista. Assim:

– Se se perdeu a componente "prática" das Escolas Práticas de cada uma das Armas, qual o interesse em criar uma escola de teoria onde a maior parte da componente prática terá de ser ministrada noutros locais com apoio da componente operacional? Não haveria forma de rentabilizar a (pouca) parte comum teórica em estruturas já existentes, como seja a Academia Militar? E qual o impacto na prontidão operacional do Exército, a final a sua razão de ser, de desviar tempo e recursos para a instrução de quadros (oficiais e sargentos)?
– Mesmo se o Exército estivesse em crescimento de efetivos e unidades, a realidade das operações atuais aconselha que determinadas armas se juntem na formação e treino, por isso se fala cada vez mais em sistemas operativos ou funções de combate. Mas o que se ganha em juntar todas as armas na mesma unidade para dar teoria, se depois a prática é feita cada um per si, nos seus pólos de formação. Onde é que se treinam, na fase da formação, as armas combinadas?
– Por consequência da escolha do local, Mafra, como é possível fazer desaparecer uma unidade com mais de cem anos de serviço ao Exército (e por consequência a Portugal) num dos seus três pilares estruturantes (assim o confirma o recente PDE 3-00 Operações, aprovado em Abril de 2012): a educação física e os desportos? Ao menos que se chamasse "Escola das Armas, da Educação Física e dos Desportos" mantendo-se para a educação física uma estrutura capaz e não desmontada numa "unidade de apoio".

Havia muitas mais questões que não interessa agora e aqui levantar. Mas importa regista-las algures e não as esquecer porque nos vão ajudar daqui a meia dúzia de anos quando novamente, por força de se querer pensar as coisas a sério e sem pressas de mostrar serviço, se voltar a refletir como é que podemos organizar a formação dos Quadros, Permanentes e RV/RC, por forma a contribuirmos para a construção de um Exército preocupado com a sua missão principal: prontidão para o combate.

TCor MIGUEL FREIRE
AM

Exº Sr. Director da Revista da Cavalaria

Ten. Cor. Cavª Miguel Freire

Em anexo, envio a Vª Exª um artigo de opinião, da minha autoria, que foi publicado no Semanário "Correio do Ribatejo, em 17Maio de 2013.

Solicito a Vª Exª que, no mínimo, o mesmo fique nos arquivos da Associação REVISTA DA CAVALARIA.

Com os melhores cumprimentos

Antº Garcia Correia
Cor. Tir. Cavª (Ref)

LINHA EDITORIAL

Os artigos não deverão ultrapassar as 3500 palavras e, sempre que possível, acompanhados de fotografias, mapas ou outras imagens que o autor entenda convenientes. Todos este ficheiros deverão ser enviados como ficheiros independentes do tipo ".jpeg", ".bmp", etc., mas nunca "colados" em documentos word ou ficheiros powerpoint.

Os artigos deverão ser enviados por mail para o endereço:
revistadacavalaria@gmail.com

Temas para o ano 2013:

– O Impacto da Criação da EA na Arma de Cavalaria (N.º 29);
– Reconhecimento e ISTAR. Perpspetivas para as Unidades de Cavalaria (N.º 30);
– A Cavalaria na 1ª Guerra Mundial (N.º 31).

Opinião

António Garcia Correia*

Criação de Escolas Práticas do Exército português, em Mafra

Em 17 de Março de 2006, o Semanário Correio do Ribatejo publicou um artigo de opinião, da minha autoria, em que discursava sobre a transferência da Escola Prática de Cavalaria (E.P.C.) de Santarém para Abrantes.

Resumidamente, referia não ver qualquer vantagem técnica, táctica, geográfica ou económica, já que o Quartel de Abrantes foi concebido e construído para uma Unidade de Infantaria Motorizada e, portanto, não adaptado às necessidades da Arma de Cavalaria blindada.

Logo, à primeira vista, e sem considerações de ordem política, parecia tratar-se apenas uma despesa desnecessária.

Advogava também, nesse artigo, que se a transferência se efectivasse para um Campo Militar – Santa Margarida, por exemplo – seria até vantajoso, pois ali se encontravam disponíveis não só infra-estruturas, como os meios de uma Brigada Mecanizada, que poderiam constituir suporte do treino técnico e táctico dos Instruendos (Oficiais e Sargentos) para a Arma de Cavalaria.

Há cerca de uma semana, foi oficialmente anunciado que vai ser criado uma Escola Prática das Armas (Infantaria, Artilharia, Cavalaria, Engenharia e Transmissões), em Mafra.

Parece pois, que eu próprio, que tomei posição pública sobre o assunto, como muitos outros que em surdina o confessaram, tinha razão. Bastaram seis anos de permanência em Abrantes.

Na verdade, nada tenho, em termos técnicos, tácticos ou logísticos, a opor a tal decisão.

Em Outubro de 1981, na qualidade de Director de Instrução da E.P.C. de Santarém, acompanhei o Coronel Comandante da E.P.C. numa visita à Escola de Blindados do Exército do Canadá, no âmbito de Reuniões anuais, por rotação, dos Comandos das Escolas de Blindados dos Países da OTAN.

Nessa visita, tomei conhecimento, com agradável surpresa, que as Escolas Práticas das Armas Combatentes (Infantaria, Artilharia e Cavalaria) se encontravam aquarteladas num mesmo Campo Militar de uma Unidade, tipo Brigada Mecanizada (que apoiava as Escolas no seu treino operacional), sob o Comando de um Oficial General, apesar de cada Escola ter o seu Comando autónomo, para efeitos de Instrução e treino.

Ou seja, o conceito não é inovador pois, há mais de 30 anos, verifiquei já ser praticado com eficiência e economia de meios, num Campo Militar, em Oromocto, Nova Brunswick, do Exército Canadiano.

Não admira e é louvável, em minha opinião, que o Exército Português venha a adoptar idêntico procedimento.

Mas em Mafra? Onde muitos Oficiais de Infantaria do Q.P., muitos Cadetes do C.O.M. e Instruendos do C.S.M. que por ali passaram, reconheciam não haver condições de habitabilidade e outras, por se tratar da adaptação de um Monumento Nacional (classificado), erguido nas primeiras décadas do Séc. XVIII.

Sendo natural que, para aquartelar esta nova Escola das Armas, terão de se efectuar obras de adaptação ou novas construções, cujo proveito se resumirá ao ensino comum de algumas aulas ou instruções (poucas) teóricas e/ou "jogos de guerra", torna-se, para mim, pertinente a pergunta:

E onde se processa todo treino operacional técnico e táctico, que vai da condução de diversas viaturas, algumas pesadas e blindadas, ao tiro real e a exercícios conjuntos?

Ou não se executam - o que é impensável - ou terão de recorrer a um Campo Militar, onde a quase totalidade desses meios são existentes.

Refiro-me, naturalmente, ao Campo Militar de Santa Margarida, que até é próximo do Campo Militar de Tancos, apenas separados pelo Rio Tejo o que, modernamente em termos militares, nem constitui obstáculo. O único obstáculo poderá ser a distância a Lisboa.

Outra questão que se deve colocar, é o facto de o Património Nacional não aproveitar a oportunidade, para reaver a totalidade do Convento de Mafra e permitir que venha, certamente, a ser mais descaracterizado, com as adaptações e construções que para o efeito terão de ser executadas, em toda a área de influência do Palácio e do Convento.

Sendo militar (Reformado, bem sei) mas também cidadão, gostaria de perceber e conhecer os pressupostos que levaram à decisão de optar pela área do Convento de Mafra, para concentrar as Escolas Práticas das Armas combatentes do Exército Português, em detrimento de um Campo Militar.

*Coronel Tirocinado de Cavalaria, na reforma

Página do Associado da Revista da Cavalaria

DEPÓSITOS POR TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA

Continua a Revista da Cavalaria a encetar esforços junto dos associados para que se solucione rapidamente este assunto que foi já reportado no último número.

Verifica-se por vezes a impossibilidade de fazer corresponder a identificação da entidade depositante a um nome de associado existente em Base de Dados da Revista, aquando do pagamento da anuidade, pelo que se transcrevem abaixo esses exemplos para que se possa regularizar a situação.

Descritivo do Movimento	Data de Depósito
MARIA MANUEL C H A R R MIRA	2011-01-17
JOSE MANUEL FERREIR	2011-03-01
PAULA MARINA NEVES	2011-06-02
JOAO MIGUEL MARTIS FERREIR	2011-06-14
JOAO MIGUEL MARTIS FERREIR	2011-06-15
PEDRO MIGUEL P M SEABRA GON	2011-10-27

Solicita-se que os associados em causa contactem a Revista da Cavalaria por Endereço Electrónico, indicando como forma confirmar a sua identificação o NIB Ordenante.

Sempre que sejam efectuados depósitos excepcionais, por transferência bancária, por exemplo para regularização de anuidades, solicita-se envio de aviso de pagamento para o endereço de Correio Electrónico da Revista.

CORPOS SOCIAIS DA ASSOCIAÇÃO REVISTA DA CAVALARIA (2013-2016)

Mesa da Assembleia Geral:

- Presidente:
  Presidente Honorário da Arma da Cavalaria, Tenente-General Luís Miguel de Negreiros de Morais de Medeiros
- Vogal:
  Presidente do Conselho da Arma de Cavalaria, Major-General Tiago Maria Ramos Chaves de Almeida e Vasconcelos
- 2º Vogal:
  Tenente-Coronel de Cavalaria Francisco António Amado Rodrigues
- Secretário:
  Sargento-Mor de Cavalaria Luís Manuel Gouveia Antunes

Conselho Fiscal:

- Presidente:
  TCor Cav Marcos de Andrade
- Vogal:
  Maj Cav Peralta Pimenta
- Secretário:
  Maj Cav Jorge Henriques

Direcção da Revista:

- Presidente:
  TCor Cav Miguel Freire
- Vice-presidente:
  Maj Cav Paulo Serrano
- Vogal:
  Sr. Luís Costa
- Secretário:
  Ten Cav Humberto Rosa
- Tesoureiro:
  Saj Cav Luis Cacheira

Impacto da Criação da Escola das Armas na Arma de Cavalaria

– *Escola Prática de Cavalaria*

1. INTRODUÇÃO

No âmbito das comemorações do Dia da Arma de Cavalaria e do 123º aniversário da sua Escola Prática, decidiu a Escola Prática de Cavalaria (EPC) organizar um Seminário aberto à participação de todas as Unidades da Arma subordinado ao tema: "O IMPACTO DA CRIAÇÃO DA ESCOLA DAS ARMAS NA ARMA DE CAVALARIA".

Consideramos que em boa hora se avançou para este evento, pleno de actualidade. Cabe-me a mim a honra de abrir os trabalhos, lançar o tema à discussão, pela realização de uma pequena palestra enquadrando o tema.

Uma vez que a matéria prévia ao resultado "final" do processo "Escola das Armas (EA)" não será conhecida por alguns dos participantes, dado que nele não participaram, esta apresentação visa, no essencial, três objectivos:

- Dar a conhecer esses elementos sob o ponto de vista da EPC, uma vez que a Escola foi várias vezes chamada a pronunciar-se e dar parecer sobre as matérias em discussão;
- Fazer uma breve análise ao Programa Funcional e Quadro Orgânico (QO) da EA, chamando a atenção para alguns dados, números, "*curiosidades*" que tendencialmente escaparão a um olhar menos atento e conhecedor do tema;
- Predispor a audiência para a discussão que certamente será profícua e que se seguirá a cada Painel do Seminário, da responsabilidade de cada uma das Unidades da Arma.

COR Cav VÍTOR MANUEL MEIRELES DOS SANTOS
CMDT EPC

Ao longo da apresentação refere-se, no essencial, os seguintes temas:

- Antecedentes, datas de referência, nomeadamente aquelas onde a EPC tenha participado, passiva ou activamente;
- Missão, possibilidades e organização da EA;
- Efectivos da EA, efectivos de Cavalaria previstos em QO;
- Últimas propostas de alteração do QO avançadas pelo Comando da Instrução e Doutrina (CID);
- Cronograma de acontecimentos visando a implementação da EA;
- Pólos de Formação;
- Cursos na EA;
- Unidade Apoio à Formação;
- Estimativa de Custos;
- Situações a atender ao nível da EPC e das Unidades da Arma.

2. ANTECEDENTES, GRANDES DATAS

- **10Jul12.** S/Exª o General Chefe do Estado Maior do Exército (CEME) visita oficialmente a EPC.
  Uma das matérias abordadas, embora muito sumariamente, foi o "assunto" EA.
  À altura, pensava-se, que esta Escola poderia/deveria chamar-se Escola Prática das Armas. O adjectivo "Prática" acabaria por desparecer da designação final da EA.

- **19Dec12.** É dado a conhecer e distribuído para trabalho o 1º *Draft* do Programa Funcional da EA e respectivo QO da autoria do Estado Maior do Exército (EME).
  – Estudos pré-1º Draft apontavam para que a EA tivesse também a missão de formar praças (Instrução Básica + Instrução Complementar).
  – Incluía-se na EA um Gabinete de História e Cultura das Armas ao nível do Comando da Unidade e uma Direcção de Educação Física, Equitação e Tiro.
  – A actual Direcção de Avaliação e Qualidade era então designada

por Direcção de Avaliação, Certificação e Gestão da Qualidade.
– A Coudelaria Militar e o Hospital Veterinário Militar de Equinos, não estavam previstos.

• **02Jan13.** Análise de todos os Cursos das Escolas Práticas (EP).
– De modo a contribuir-se para uma melhor definição do âmbito e responsabilidades da EA, concluiu-se nesta data, pelo CID, uma análise completa, Escola Prática por Escola Prática de todas as responsabilidades formativas destas Unidades, referindo-se todos os cursos a ministrar durante um ano lectivo e respectivas necessidades inerentes: tempo, materiais e equipamentos de apoio à formação (incluindo salas de aula, mobiliário, computadores, equipamentos de comunicações, material de expediente, viaturas administrativas e tácticas, instalações desportivas e de lazer, munições, etc), formadores, exercícios, recursos financeiros, entre outros.
– A compilação destes dados foi naquela data apresentada ao EME.

• **04Jan13.** Reunião na Escola Prática de Engenharia da Direcção de Formação (DF)/CID com as presenças do Major General (MGen) DF e Comandantes das EP.
– Visou esta reunião de trabalho responder, essencialmente, a duas questões: i) Qual "racional da EA" que deve presidir à sua estratégia (visão e missão), estrutura, organização e funcionamento da EA e ii) Quais os cursos/módulos formação que devem ser ministrados na EA e nos Pólos de Formação.
• Assistiu-se a uma forte crítica à necessidade do Gabinete de História e Cultura das Armas.
– Propôs-se o "desdobramento" da Direcção de Educação Física, Equitação e Tiro em Gabinete de Estudos Educação Física Militar, Equitação e Tiro (a que competirá essencialmente a realização de estudos técnicos e pareceres) a incluir no Departamento de Doutrina, Estudos Técnicos e Investigação e Desenvolvimento da Direcção de Formação e um outro Gabinete de Educação Física Militar, Equitação e Tiro (formadores) a incluir no Departamento de Formação da Direcção de Formação.
– Criação da Coudelaria Militar e do Hospital Veterinário Militar de Equinos.

• **10Jan13.** Entrega ao Exmº Tenente General Vice Chefe do Estado Maior do Exército (VCEME) dos documentos elaborados no CID na sequência dos trabalhos de 02 e 04 de Janeiro de 2013.

• **14 a 18Jan13.** Reuniões parcelares com as EP (com a EPC foi a 16Jan13) no EME sobre a EA presididas pelo MGen Director Coordenador.
– Foram discutidos vários ajustamentos ao trabalho até aí desenvolvido.
– Acordou-se na "queda" do Gabinete de História e Cultura das Armas.

• **13Fev13.** Apresentação na Escola Prática de Infantaria (EPI) ao CEME do Programa Funcional e Quadro Orgânico da EA, pelo EME.
– Presenças: VCEME, Comandante das Forças Terrestres, da Logística, do Pessoal e da Instrução e Doutrina, Comandantes das Brigadas e Comandantes das EP e do Centro Militar de Educação Física e Desportos.

• **08Mar13.** Programa Funcional e QO da EA "prontos para despacho".
– Setembro: Fim das actividades formativas nas cinco EP.
– Outubro: *Initial Operational Capability* (IOC) da EA, início dos Tirocínios para Oficiais e dos Cursos de Formação de Sargentos (2ª parte) dos oficiais e sargentos dos Quadros Permanentes.

12Mar13. As EP enviam para Évora (CID) dois oficiais (Núcleo Planeamento EA) para planeamento do ano lectivo 2013/14 na EA.
– Trabalhos concluídos a 19Abr13.

22Abr13. As EP enviam para a EPI dois oficiais (Núcleo Planeamento EA) para planeamento do ano lectivo 2013/14 na EA (salas, materiais e demais apoios).
– Trabalhos a decorrer.

• **Até 16Abr13.** 1ª Fase do preenchimento do QO/EA.
– A EPI e o CMEFD apresentam uma relação nominal dos militares e civis das suas Unidades distribuídos pelos cargos da estrutura da EA.

• **Até 24Abr13.** 2ª Fase do preenchimento QO/EA.
– As EP completam a relação nominal anterior.
– A EPC apresentou 22 militares (15Of + 7Sarg) passíveis de serem nomeados para a EA.
– A EPC discordou da proposta de alteração do QO/EA para o "desdobramento" de pessoal do Gabinete de Táctica e Técnica de Comando, Controlo e Guerra de Informação e do Gabinete de Táctica e Técnica de Movimento

e Manobra por não se afigurar essencial aquele desdobramento (de Qualquer Arma para Infantaria).
– A EPC apontou algumas alterações pontuais no preenchimento de cargos.

3. MISSÃO, POSSIBILIDADES E ORGANIZAÇÃO DA EA

Missão

"A Escola das Armas concebe e ministra cursos de formação inicial, progressão na carreira e formação contínua; participa, de acordo com as orientações superiores, na elaboração de doutrina, estudos técnicos e em projectos de investigação e desenvolvimento".

– Refere-se a competência acrescida da EA em relação às actuais EP por passar a ser sua missão conceber cursos de formação inicial de progressão na carreira e de formação contínua.

Possibilidades

– Ministrar os cursos de formação inicial, progressão na carreira e formação contínua aos militares dos QP e dos RV/RC;
– Manter actualizada a oferta formativa da sua área de responsabilidade;
– Garantir a certificação da formação qualificante e da formação militar da sua área de responsabilidade;
– Orientar, coordenar e impulsionar todas as actividades que contribuam para o desenvolvimento e fortalecimento do espírito de corpo das Armas;
– Realizar estudos técnicos associados, entre outros, ao reequipamento, à organização, doutrina, material e emprego das unidades das armas;
– Participar em projectos de investigação e desenvolvimento e grupos de trabalho de acordo com as orientações superiores;
– Assegurar a selecção, preparação e organização das equipas desportivas no Exército;
– Cooperar com outros órgãos e entidades na área da Medicina Veterinária e Desportiva;
– Assegurar o desenvolvimento de todos os processos, metodologias, procedimentos e recursos utilizados no âmbito das diferentes fases do ciclo formativo;
– Garantir um centro de recursos em conhecimento, em particular um centro virtual, que articule com outras entidades formadoras e que pretendam colaborar na perspectiva da disponibilização e partilha de conhecimento;
– Propor o estabelecimento de bolsas de formadores e de avaliadores e tutores para as áreas de formação da sua área de responsabilidade;
– Apoiar e participar na avaliação das competências, tendo em vista a respectiva certificação;
– Coordenar, supervisionar e controlar a aplicação das medidas que visem garantir a segurança e a consequente minimização do risco na instrução, à sua responsabilidade relativamente à utilização das infra-estruturas e à realização das actividades;
– Conduzir os projectos de Cooperação Técnico-Militar à sua responsabilidade;
– Coordenar, supervisionar e controlar a aplicação das medidas que visem a protecção ambiental;
– Participar, quando determinado, em outras missões de interesse público;
– Participar, quando determinado, em actividades relacionadas com a divulgação pública do Exército, das Forças Armadas e da Defesa Nacional;
– Prestar, através do Hospital Veterinário Militar de Equinos, a assistência médico-veterinária a todos os solípedes do Exército e, em capacidade sobrante, a outros solípedes;
– Garantir a Coudelaria Militar;
– Apoiar a Reprise da Escola de Mafra.

Notem-se as principais diferenças para as actuais EP que resultam da ampliação de responsabilidades da EA, nomeadamente:

i. Garantir a certificação da formação qualificante e da formação militar da sua área de responsabilidade;
ii. Orientar, coordenar e impulsionar todas as actividades que contribuam para o desenvolvimento e fortalecimento do espírito de corpo das Armas;
iii. Garantir um centro de recursos em conhecimento, em particular um centro virtual, que articule com outras entidades formadoras e que pretendam colaborar na perspectiva da disponibilização e partilha de conhecimento;
iv. Propor o estabelecimento de bolsas de formadores e de avaliadores e tutores para as áreas de formação da sua área de responsabilidade;
v. Conduzir os projectos de Cooperação Técnico-Militar à sua responsabilidade;

Note-se, ainda, a transferência de responsabilidades do CMEFD para a EA, nomeadamente:

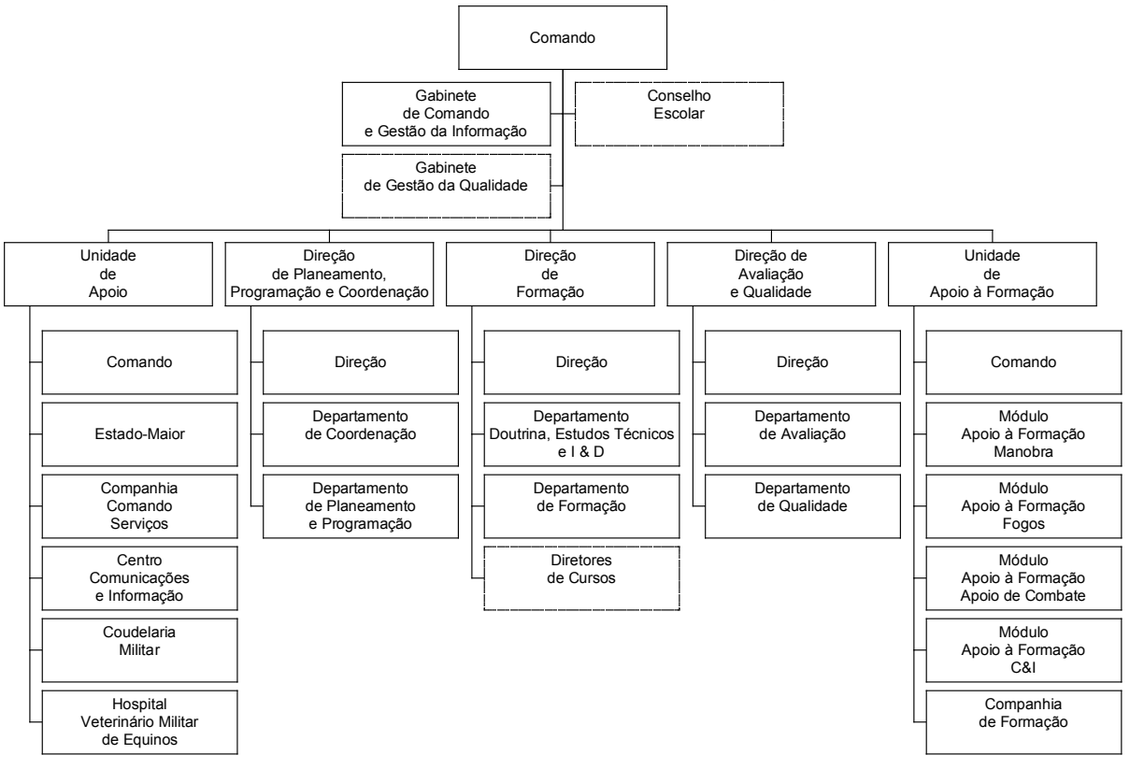
i. Assegurar a selecção, preparação e organização das equipas desportivas no Exército;
ii. Cooperar com outros órgãos e entidades na área da Medicina Veterinária e Desportiva;

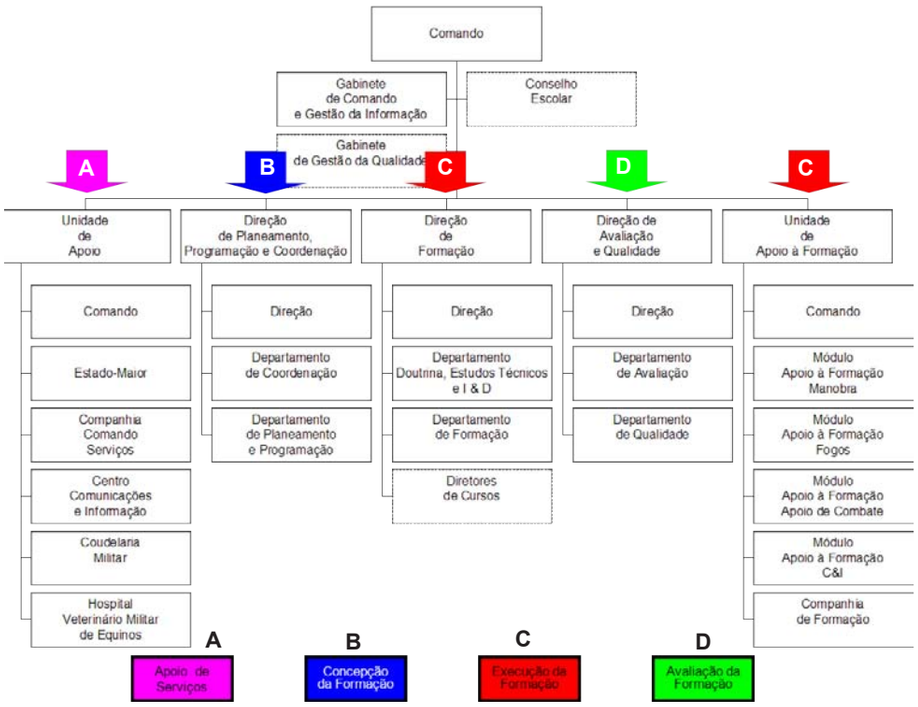
iii. Prestar, através do Hospital Veterinário Militar de Equinos, a assistência médico-veterinária a todos os solípedes do Exército e, em capacidade sobrante, a outros solípedes;

iv. Garantir a Coudelaria Militar;

v. Apoiar a Reprise da Escola de Mafra.

Organização





– Note-se a divisão de responsabilidades e tarefas pelas Subunidades da EA.

4. EFECTIVOS DA EA

Efectivos por Subunidades/Órgãos

– Note-se o rácio, grosso modo, de 1/1/2/1 entre oficiais/sargentos/praças/civis. Ainda o número relativamente elevado de civis.

Subunidades / Órgãos	Oficiais	Sargentos	Praças	Civis	Total
Comando	4	2	1	2	9
Unidade de Apoio	19	37	114	77	247
Direcção de Planeamento, Programação e Coordenação	5	4	1	1	11
Direcção de Formação	51	29	-	-	80
Direcção de Avaliação e Qualidade	7	6	-	-	13
Unidade de Apoio à Formação	14	38	110	-	162
TOTAL	**100**	**116**	**226**	**80**	**522**

Efectivos por postos

BGEN	1	100
COR	5	
TCOR	14	
MAJ/TCOR	1	
MAJ	19	
CAP	29	
SUBALT	31	
SMOR	1	116
SCH	13	
SAJ	41	
1SAR	27	
1SAR/2SAR	25	
2SAR	9	
CABO	99	226
SOLD	127	
AssOp	57	80
AssTéc	19	
TSup	1	
Tecn Infom	3	
TOTAL	**522**	**522**

5. EFECTIVOS DE CAVALARIA PREVISTOS EM QO

Órgão	Nº	Cargo	Posto	Quadro/Especialidade	OF	SAR	Praças	Civis	Parcial	SubTotal	Máximo
Coudelaria	112	Comandante	MAJ	Cavalaria	1				1	10	1
	113	Oficial Adjunto	SUBALT	Cavalaria	1				3		3
	114	Sargento Adjunto	SAJ	Cavalaria		1			2		3
Gab Cav	148	Chefe	TCOR	Cavalaria	1				1		1
	149	Oficial Adjunto	MAJ	Cavalaria	(1)						
	150	Oficial Adjunto	CAP	Cavalaria	(1)						
Gab EdFisMil,Eq e Tiro	189	Oficial Adjunto (Equitação)	CAP	Cavalaria	1				1		2
	193	Sargento Adjunto (Equitação)	SAJ	Cavalaria		1					
Pel Rec	243	Comandante	SUBALT	Cavalaria	1						
Pel PE	250	Comandante	SUBALT	Cavalaria	1						
	251	Sargento de Pelotão	1SAR	Cavalaria		1			1		2
Sec VCB	255	Comandante	1SAR/2SAR	Cavalaria		1			1		5
Pel PE	256	Comandante de Esquadra	CABO	Esp 16 - Polícia Exército			1		1	4	1
	257	Polícia do Exército	SOLD	Esp 16 - Polícia Exército			2		3		3
	258	Cond Viat Lig / Operador Rádio	SOLD	Esp 16 - Polícia Exército			1				
Módulo ApFormManobra	211	Comandante	CAP	Infantaria/Cavalaria	1				1	12	
	212	2º Comandante	SUBALT	Infantaria/Cavalaria	(1)						
	213	Adjunto do Comandante	SAJ	Infantaria/Cavalaria		1			1		
	214	Sargento Adjunto	1SAR	Infantaria/Cavalaria		1			1		
Sec At / Pel At	220	Comandante	2SAR	Infantaria/Cavalaria		3			5		5
Sec MortLig/Médios	230	Comandante	1SAR/2SAR	Infantaria/Cavalaria		1			4		
Sec MortPes	233	Comandante	1SAR/2SAR	Infantaria/Cavalaria		1					
Sec ACar	237	Comandante	1SAR/2SAR	Infantaria/Cavalaria		1					
Pel Rec	244	Sargento de Pelotão	1SAR	Infantaria/Cavalaria		(1)					
Sec Rec / Pel Rec	245	Comandante	1SAR/2SAR	Infantaria/Cavalaria		1					
	246	Comandante de Esquadra	2SAR	Infantaria/Cavalaria		1					
Sec VCB	256	Chefe de Equipa VCB	2SAR	Infantaria/Cavalaria		1					

Parte da audiência na EPC, no Seminário de 08 de maio.

– Refere-se que a quase totalidade dos efectivos orgânicos da EA (oficiais e sargentos) são de Qualquer Arma.
– Há, no entanto, uma parte daqueles cargos a preencher exclusivamente por efectivos de Cavalaria:
  i. Oficiais: 1 tenente-coronel, 1 major, 1 capitão e 3 subalternos, num total de 6 oficiais.
  ii. Sargentos: 2 sargentos-ajudantes, 1 primeiro-sargento e 1 primeiro/segundo-sargento, num total de 4 sargentos.
  iii. Praças: 1 cabo e 3 soldados de Polícia do Exército, num total de 4 praças.

– Registam-se ainda os cargos que só poderão ser preenchidos Infantaria/Cavalaria:
  i. Oficiais: 1 capitão.
  ii. Sargentos: 1 sargento-ajudante, 1 primeiro-sargento, 4 primeiros/segundos-sargentos e 5 segundos-sargentos, num total de 11 sargentos.

6. ÚLTIMAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DO QO SUGERIDAS PELO CID

– No âmbito dos trabalhos da 2ª fase do preenchimento do QO/EA, o CID, como aliás já foi anteriormente referido, propôs o "desdobramento" de pessoal do Gabinete de Táctica e Técnica de Comando, Controlo e Guerra de Informação e do Gabinete de Táctica e Técnica de Movimento e Manobra (de Qualquer Arma para Infantaria).
– Ainda neste capítulo foram propostos outros desdobramentos, nomeadamente no Gabinete de Táctica e Técnica de Fogos e no Gabinete de Táctica e Técnica de Protecção.
– Seguem-se os quadros (apenas os dos Gabinetes onde a participação de cavaleiros será mais premente) evidenciando aquela proposta de desdobramento (no segundo quadro de cada bloco; a cor amarela). Os efectivos globais não são alterados, mas é dada maior preponderância à Infantaria.

130.300.20							
GABINETE DE TÁTICA E TÉCNICA DE COMANDO, CONTROLO E GUERRA DE INFORMAÇÃO							
161	Chefe	MAJ	QQ Arma	1			
162	Oficial Adjunto	CAP	QQ Arma	2			
163	Oficial Adjunto	SUBALT	QQ Arma	3			
164	Sargento Adjunto	SAJ	QQ Arma		2		
165	Sargento Adjunto	1SAR	QQ Arma		2		
			Subsoma	6	4	0	0

130.300.20							
GABINETE DE TÁTICA E TÉCNICA DE COMANDO, CONTROLO E GUERRA DE INFORMAÇÃO							
161	Chefe	MAJ	QQ Arma	1			
162	Oficial Adjunto	CAP	Infantaria	1			
162	Oficial Adjunto	CAP	QQ Arma	1			
163	Oficial Adjunto	SUBALT	Infantaria	1			
163	Oficial Adjunto	SUBALT	QQ Arma	2			
164	Sargento Adjunto	SAJ	QQ Arma		2		
165	Sargento Adjunto	1SAR	QQ Arma		2		
			Subsoma	6	4	0	0

130.300.30							
GABINETE DE TÁTICA E TÉCNICA DE MOVIMENTO E MANOBRA							
166	Chefe	MAJ	QQ Arma	1			
167	Oficial Adjunto	CAP	QQ Arma	2			
168	Oficial Adjunto	SUBALT	QQ Arma	3			
169	Sargento Adjunto	SAJ	QQ Arma		2		
170	Sargento Adjunto	1SAR	QQ Arma		2		
			Subsoma	6	4	0	0

130.300.30							
GABINETE DE TÁTICA E TÉCNICA DE MOVIMENTO E MANOBRA							
166	Chefe	MAJ	QQ Arma	1			
167	Oficial Adjunto	CAP	Infantaria	1			
167	Oficial Adjunto	CAP	QQ Arma	1			
168	Oficial Adjunto	SUBALT	Infantaria	2			
168	Oficial Adjunto	SUBALT	QQ Arma	1			
169	Sargento Adjunto	SAJ	QQ Arma		2		
170	Sargento Adjunto	1SAR	QQ Arma		2		
			Subsoma	6	4	0	0

7. CRONOGRAMA DE ACONTECIMENTOS VISANDO A IMPLEMENTAÇÃO DA EA

Áreas	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro
Organização	14: Rn EP, OCAD, CFT e pólos Anuência Política	Directiva Implementação Gen CEME	<28: QOP Aprovado			<28: Propostas de alterações legislativas			Fim das actividades formativas nas 5 EP; Despacho	
Formação						<28 Plano Formação anual 2014				10C: início TPO e CFS
Pessoal		<28: Núcleo Planeamento nomeado		<28: Descritivo Cargos elaborado	<31: Plano de Pessoal aprovado				<30: Transferência de Pessoal	
Material					<31: Plano de Material aprovado					Movimentos Finalizados
Infra-estruturas (IE)		<28: DIE – Plano Infra-estruturas (IE)	Projectos elaborados <15: Plano Instalação	Procedimentos IE	Início execução obras					Planos de IE 2014 e seguintes
Finanças			<28: Plano Actividades 2014			Reavaliação do PA 2013				
2014	06: CPC Pólos a funcionar		QOP optimizado							FOC Inspecção Ordinária até dec14

Refere-se o IOC da EA para Outubro de 2013 e a previsão da *Final Operational Capability* (FOC) e de uma Inspecção Ordinária até ao final de 2014.

8. PÓLOS DE FORMAÇÃO

Diagrama de Ligação da EA aos Pólos de Formação

– Os Pólos de Formação, apoiados nas Unidades da Componente Operacional, asseguram a formação técnica, que não seja possível desenvolver na EA, bem como a formação táctica.
– Ligação da EA, enquanto Entidade Formadora, às diferentes capacidades, associadas a Subunidades do dispositivo operacional das Armas do Exército, conforme quadro seguinte.

Lista dos Pólos de Formação e dos respectivos Cursos de que são responsáveis

Polos	Formação continua	Formação inicial e de progressão na carreira
RI 10	Instrutor do Sistema Míssil MILAN	---
RI 13	Chefe VBR Pandur II 8X8	---
RAAA1	Operador e Manutenção de Alvos Aéreos	Parte do TPOA e CFSA Exercício táctico de Btr / Grupo
	Radares de Artilharia Antiaérea	
	Sistema míssil ligeiro Chaparral	
	Sistema míssil portátil Stinger	
RA5 (Vendas Novas)	Operador do Simulador de Tiro de Artilharia de Campanha INFRONT IV	Parte do TPOA e CFS Exercícios de Fogos Reais de AC Exercícios Tácticos de Btr / Grupo
	Meteorologia	
	Radares de Artilharia de Campanha	
	Operador do Advanced Field Artillery Data System (AFATDS)	
	Operador do Battery Computer System (BCS)	
	Operador do Forward Observer System (FOS)	
	Operador do Gun Display Unit (GDU)	
RC 6	---	Parte do TPOC e CFSC (VBR Pandur II 8X8)
BrigMec	Chefe VBTP M113	Parte do TPOI, TPOC e CFSI, CFSC Parte do Curso de Apoio Combate Exercícios de Fogos Reais Exercícios de Comp / Esq / Btr Exercícios de Bat / Grupo
	Instrutores SLM M220 A2 TOW2	
	Artilharia Auto propulsada	
	Chefe CC Leopard 2 A6	
	Chefe CC M60 A3 TTS	
	Viaturas Blindadas de Lançamento de Pontes	
RL2	Controlo de Tumultos	---
	Protecção Pessoal	
	Treinador/Tratador de cães militares/droga	
RE1 (Tancos)	Operações de Contra Bombismo (C-IED)	Parte do TPOE e CFSE
	Inativação de Engenhos Explosivos Improvisados - EOD	
	Sapadores das Armas e Serviços	
	Operador de Embarcações	
RTm (Porto)	CISCO IT Essentials	Parte do TPOT e CFST Exercício de CTm
	CISCO Certified Network Associate (CCNA) - Discovery	
	CCNA - Exploration	
	CCNA - Security	
	Configuração e Gestão do Sistema P/525	
	Guerra Electrónica – Oficiais	
	Operador de Guerra Electrónica - Sargentos	
	Administração e Segurança de Redes Locais	
ETP	Chefe de Salto Abertura Manual	---
	Examinador de Piloto Tandem Operacional	
	Inspector de Abastecimento Aéreo	
	Instrutor de Abastecimento Aéreo	
	Instrutor de Pára-quedismo	
	Instrutor de Queda Livre Operacional	
	Operações Aeroterrestres	
	Pára-quedismo	
	Piloto Tandem Operacional	
	Percussor Aeroterrestre	
	Queda Livre	
	Saltador Operacional com Asa Automática	
	Técnico de Equipamento Aéreo	
	Treinador/Tratador de cães	
CTOE	Operações Especiais - QP	---
	Operações Irregulares	
	Patrulhas de Reconhecimento de Longo Raio de Acção	
	Prevenção e Combate a Ameaças Terroristas	
	Sniper	
	Técnicas de Montanhismo	
CTC	Comandos	---
	Instrutor de Tiro de Combate	

9. CURSOS NA EA

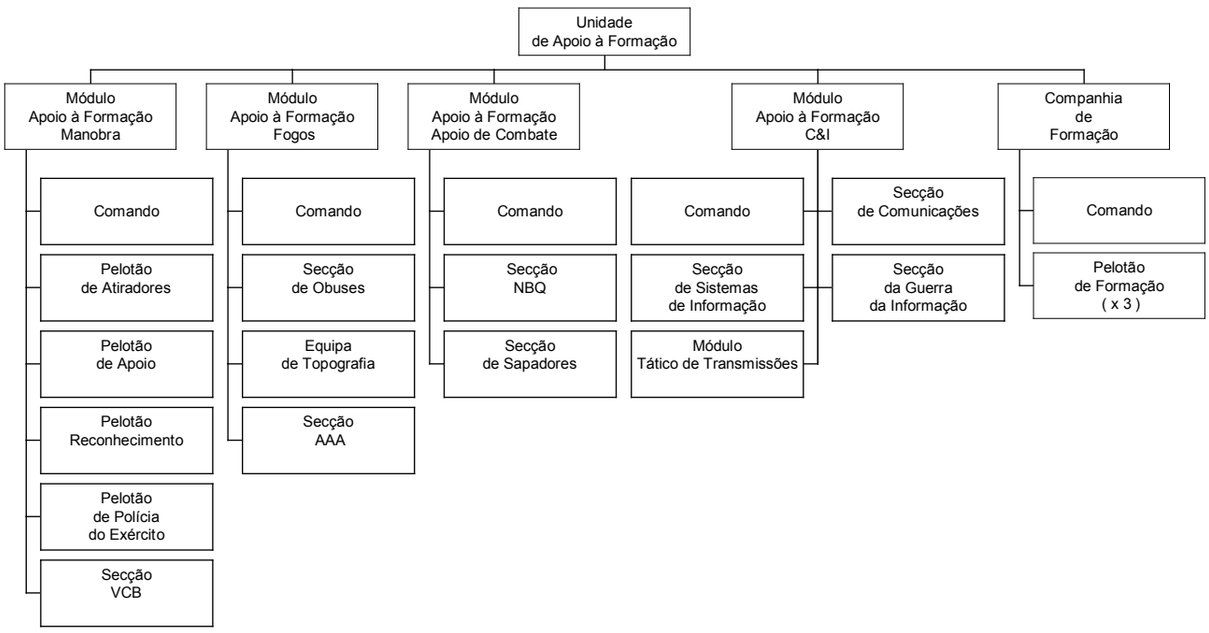
Acções de formação a desenvolver na EA

- Curso de Promoção a Capitão
- Tirocínio para Oficial
- 2ª Parte do Curso de Promoção a Sargento-ajudante
- 2ª Parte do Curso de Formação de Sargentos das Armas
- CFO/CFS RV/RC
- Curso de Apoio de Combate
- Elementar de Combate em Áreas Edificadas
- Avançado de Combate em Áreas Edificadas
- Elementar de Operações de Apoio à Paz
- Formação Pedagógica Inicial de Formadores
- Observador Militar
- Curso de Tiro
- Apoio de Fogos e Introdução ao Targeting
- Operador de Computador de Tiro GUNZEN MK3
- Complementar de Topografia
- Comando e Controlo do Espaço Aéreo na Zona de Combate do Exército
- Estágio de Transmissões de Artilharia – Of/Sar
- Operações e Informações de Cavalaria
- Estágio de Transmissões de Cavalaria – Of/Sar
- Vigilância do Campo de Batalha
- Estágio Chefe Viatura VBL Chaimite V200
- CIMIC Nível Tático
- Contra Vigilância
- Protecção Ambiental
- Vias de Comunicação
- Curso de Construções e Instalações
- Defesa NBQ
- Multimédia WebMaster
- Operação de Sistema P/525
- Transmissões das Armas e Serviços – Oficiais
- Transmissões das Armas e Serviços – Sargentos
- Utilizador do SICCE
- Material Segurança Cripto (Of/Sarg)
- Base de Dados
- Ferramentas de Apoio Administrativo
- Introdução às Tecnologias de Informação
- e-Learning para e-formadores
- Informações de Fontes Abertas – Of/Sar
- Operações HUMINT
- Segurança Militar – Oficiais
- Segurança Militar – Sargentos
- Ajudante de Monitor de Equitação
- Instrutor de Educação Física Militar
- Instrutor de Equitação
- Instrutor de Esgrima e Combate Corpo a Corpo
- Monitor de Equitação
- Monitor de Esgrima

10. UNIDADE APOIO À FORMAÇÃO

Orgânica

- Comandada por um TCor.
- Tem uma estrutura modular, que complementada com os Pólos de Formação, garante o apoio à formação técnica e táctica em todas as funções de combate e, ainda, através da Subunidade de Formação enquadra os Oficiais e Sargentos em RV/RC.



Principais materiais

Quantidade	Equipamentos completos principais
2	Autometralhadora V150
1	Viatura Blindada Porta morteiro V600
1	Viatura Blindada de Lagartas Chaimite V200
2	Viatura Blindada de Rodas Panhard M11
1	Viatura blindada de Transporte de Tropas M106
4	Viatura blindada de Transporte de Tropas M113
2	Viatura porta MILAN
2	Obus M114 A1 155 mm Rebocado, com palamenta e viatura de reboque
2	Obus M119 LG 105 mm, com palamenta e viatura de reboque
2	Canhão Bitubo AA 20mm M/81, com palamenta e viatura de reboque
1	Módulo SIC-T, com viatura

11. ESTIMATIVA DE CUSTOS

	Infra-estruturas	Estimativa de Custos
MAFRA	Alojamento	1.700.000,00€
	Alimentação	320.000,00€
	Apoio à formação	160.000,00€
	Tiro e desportivas	1.440.000,00€
	Outros serviços	360.000,00€
	TOTAL (sem IVA)	**3.980.000,00€**
	TOTAL (com IVA)	**4.895.400,00€**

12. SITUAÇÕES A ATENDER COM A EXTINÇÃO DA EPC AO NÍVEL DA ESCOLA E DAS UNIDADES ARMA

Património histórico e entidade herdeira das tradições da EPC

– A EPC, em boa verdade, assumiu alguns dos "encargos" da extinta Direcção da Arma de Cavalaria (DAC). Quem se seguirá neste domínio?
– A quem competirá a guarda do material honorífico e histórico da EPC? Por outras palavras qual a Unidade que deverá ser herdeira das tradições e do património histórico da EPC?
– O que fazer à Colecção Visitável da Cavalaria Portuguesa, actualmente sediada em Abrantes, na EPC?. Refere-se que a Colecção Visitável da Cavalaria Portuguesa TCor Salgueiro Maia, inclui uma colecção de viaturas "históricas" da Cavalaria.

Património arquivístico (processos individuais, justiça e logísticos) e informático da EPC

– Em andamento a preparação interna.
– Apesar de se antever difícil, é realizável sem sobressaltos exagerados.

Pessoal para a desactivação/extinção da EPC

– A EPC já identificou as necessidades em pessoal para garantir a "Desactivação da Escola" e posterior "Extinção" caso se concretize.

Entrega de materiais (cargas) à Unidade que "substituirá" a EPC (prevê-se a criação do Regimento de Apoio Militar de Emergência) no actual quartel (Quartel de S. Lourenço)

– Em andamento a preparação interna.
– Apesar de se antever difícil, é realizável sem sobressaltos exagerados.

Tradição das "Esperas"

– A Arma de Cavalaria tem neste particular uma tradição única inter-Armas: com a Espera aos Tirocinantes, lembram-se também as Esperas dos aspirantes de 25 e 50 anos atrás.
– Considera-se ser "proibido" subalternizar estes acontecimentos. É também "proibido", sob o pretexto de poder ser mais recatado "deslocar" este evento para o CMEFD. O "a pé" dos

Mesa do Painel N.º 1: Representantes da EPC, RC3 e RC6.

aspirantes tirocinantes deve ter lugar em frente à Porta de Armas da Escola das Armas.

O pessoal da EA, na fase inicial (± 2/3 anos) será maioritariamente oriundo de Infantaria (a EPI e o CMEFD preenchem na grande parte o efectivo inicial da EA)

– Não se aceita correr-se o risco de perda de "identidade cavaleira" na EA.
– Torna-se necessário o apoio de todas as Unidades da Arma no reforço da "identidade cavaleira" aproveitando-se, na máxima extensão possível, a presença dos formandos nos Pólos de Formação.

Movimentos no âmbito da formação entre EA e Pólos de Formação

– Os cursos das viaturas Pandur, dos Carros de Combate e dos M113 (?) serão ministrados fora da EA.
– Antevêem-se eventuais "choques" entre o desenvolvimento da actividade operacional *versus* formação, que interessa desde o primeiro curso eliminar/minimizar.
– Todos os envolvidos deverão sem qualquer sombra de dúvida emprestar ao processo a melhor e a maior idoneidade na formação; os formandos são os que não tem "culpa" nenhuma no processo.
– Exige-se "justiça" na avaliação.

Eventual rearticulação interna dos Pólos de Formação

– São de pesar ao nível das Unidades da Arma, agora também com o encargo de serem Pólos de Formação:
– As vantagens/inconvenientes da nomeação de subunidades (pessoal e material) afectas à formação (de forma permanente ou não).
– As consequências nos encargos operacionais.
– O "desgaste" do pessoal e do material.
– A reformulação dos Planos de Actividades e da Orçamentação.
– A "vivência" interna nos Pólos.

Formação de praças

– A EA não ministra formação a praças.
– As Unidades da Arma/Pólos de Formação poderão vir a ministrar recrutas, "especialidades" e outros cursos do Plano de Formação Anual.
– Alguns cursos previstos para a EA agora não destinados a praças poderão ser estendidos àquela categoria para se evitarem duplicações?

Outras actividades da Arma (actividades vistas como de interesse a toda a Arma)

– É de considerar a continuidade e o incremento de acções fortalecedoras do "espírito da Arma", nomeadamente:
– Conferência de Comandantes das Unidades da Arma.
– Seminários/Debates.
– Homenagem ao Patrono (21Jul) na Batalha.

Impacto da Criação da Escola das Armas na Arma de Cavalaria

– *Regimento de Lanceiros N.º 2*

A formação no Exército e nas especialidades relacionadas com a Polícia do Exército (PE) teve ao longo dos tempos vários modelos de organização, sendo que uma parte dessa formação sempre passou pela Escola Prática de Cavalaria (EPC).

Com a extinção desta e a criação da Escola das Armas (EA), já no corrente ano, urge estudar o impacto da criação da EA na formação ministrada no Regimento de Lanceiros nº2 (RL2).

Para enquadramento da questão foi analisado o Programa Funcional da EA:

- O RL2 constitui-se como Polo de Formação para a Formação Contínua de Controlo de Tumultos, Proteção Pessoal e Treinador/tratador de cães militares/droga;
- A EA assegurará a fase final da formação inicial para ingresso no QP, ao ministrar o último ano para os Oficiais (Aspirantes Tirocinantes) e a 2ª Parte do curso da Escola de Sargentos do Exército para os Sargentos (Furriéis);
- A EA está preparada para ministrar aos Oficiais e Sargentos do RV/RC a Instrução Básica, a Instrução Complementar e a Instrução de Especialidade;
- A EA é a Entidade Primariamente Responsável (EPR) pelas especialidades das Armas para a categoria de Praças, enquadrando-se o RL2, como Polo de Formação, dentro do Conceito de Centro de Formação.
- Nos Polos de Formação a equipa de formadores poderá ser exclusivamente constituída com base nos efetivos residentes ou ser, também, reforçada com formadores específicos destacados da EA.

Relativamente às tarefas da formação continua atribuída ao RL2, nomeadamente de Controlo de Tumultos, Proteção Pessoal e Treinador/tratador de cães militares/droga, a criação da EA não produz impactos nesta atividade. Foto 1

Constituindo-se a EPC, até ao momento, como Entidade responsável pelo levantamento dos cursos referidos, essa responsabilidade poderá vir a ser assumida por um Gabinete da futura EA.

Esta tarefa, sendo desenvolvida pelo RL2 de acordo com o prescrito no Plano de Formação Anual, não consta nas tarefas e possibilidades estabelecidas em Quadro Orgânico, que por sua vez também não prevê nenhum militar do RL2 habilitado para desenvolver as atividades de controlo da instrução e assim integrar uma secção de formação nível do Estado-Maior da Unidade, como também não existe nenhuma subunidade específica para ministrar esta formação, recorrendo o Regimento do seu Encargo Operacional para o efeito.

No corrente ano o RL2 ministra os três curos definidos com um empenhamento que de seguida se indica:

– VIII Curso Controlo de Tumultos – 4 semanas;
– III Curso de Proteção pessoal – 7 semanas;
– IV Curso de Treinador Tratador de Cães Militares/Droga – 12 semanas.

Demonstração de controlo de tumultos.

MAJ Cav ALVES DE SOUSA
RL2

Demonstração de cães militares.

Contudo, a criação da EA terá impactos na missão do RL2 que será acrescida com a instrução da especialidade de PE às Praças.

Esta tarefa que o RL2 desenvolveu até à reorganização de 2005, altura em que a mesma foi atribuída à EPC, não é estranha aos seus Quadros. Até então o RL2 possuía na sua estrutura organizacional uma subunidade específica para o efeito (Grupo de Instrução) e uma Secção de Instrução para controlo desta atividade. Esta atividade tinha bons resultados na medida que os militares eram formados na Unidade com mais atividade operacional neste âmbito a nível nacional.

A especialidade PE nunca foi considerada dentro das especialidades que podiam ser atribuídas em "On-Job-Training". Assim, sempre foi considerado que só após a conclusão da instrução da especialidade, os militares PE podiam ser distribuídos pelas restantes subunidades PE da Componente Operacional do Exército. Pela especificidade das tarefas desenvolvidas pela PE, na quase totalidade do tempo fora da Unidade em equipas de baixos escalões, com grande dispersão geográfica e autonomia, considera-se que este princípio deve continuar.

Desta forma se a instrução de especialidade é ministrada no RL2, este terá de levantar uma subunidade para o efeito, que não precisará de materiais de apoio à instrução pois utilizará os disponíveis nas subunidades operacionais.

A atribuição da tarefa ao RL2 não é tácito que promova um aumento dos seus quadros em virtude da conjuntura Nacional e do Exército, em particular, e do Programa Funcional prever que as ações de formação a desenvolver nos Polos possam ser exclusivamente constituídas com base nos efetivos residentes ou ser, também, reforçada com formadores específicos destacados da EA.

Relativamente ao controlo da instrução, não existe no RL2 nenhuma entidade com essa capacidade atribuída. À semelhança do que já acontece noutras unidades que se constituem apenas como Polos de Formação Continua, considera-se que deve ser equacionado o levantamento de uma secção de Estado-Maior vocacionada para esta atividade.

Face ao exposto, considera-se que no âmbito das tarefas da formação contínua atualmente atribuídas ao RL2, nomeadamente de Controlo de Tumultos, Proteção Pessoal e Treinador/tratador de cães militares/droga, a criação da EA não produzirá impactos nesta atividade.

No âmbito das tarefas de instrução da especialidade PE, considera-se que a mesma não pode ser ministrada no seio de uma subunidade operacional, pelo que a atribuição dessa tarefa, que o RL2 vê com agrado, motivará o levantamento de uma subunidade específica para o efeito.

Mesmo que a criação da EA não promova a alteração dos QO aprovados, é certo que a missão do RL2 sofrerá alterações, pelo que deverá ser levantada a Subunidade de apoio à instrução, mesmo que não disponha de materiais próprios e que seja de caracter temporário.

À semelhança de outras Unidades que se constituem como Pólos de Formação considera-se que o RL2 deverá levantar uma secção de EM vocacionada para o controlo desta atividade.

Demonstração de proteção a altas entidades.

Impacto da Criação da Escola das Armas na Arma de Cavalaria

– *Regimento de Cavalaria N.º 3*

Relativamente ao impacto da criação da EA na vertente formativa do RC 3, interessa ter presente as seguintes linhas de acção e constantes de força:

1. ORGANIZAÇÃO, MISSÃO E POSSIBILIDADES DO RC3:

A Missão, organização e possibilidades do RC 3 constantes no QOP 33.0.09 de 08AGO06, foram enunciadas detalhadamente, tendo sido relevado o facto do Regimento já ser um Centro de Formação na área da Formação de Condução Militar Auto de veículos ligeiros e pesados. Por outro lado, é interessante constatar que o RC 3 é a única Unidade do Exército que detém uma subunidade de Reconhecimento de rodas , com um grau de protecção, execução de fogos e mobilidade significativos, sendo facilmente projectável em avião militar para qualquer cenário de empenhamento.

MAJ Cav GONÇALVES
RC3

2. IMPACTO NA FORMAÇÃO:

a. Áreas de Instrução/ Capacidade Alojamento

O RC3 dispõe de diversas áreas bem adequadas para ministrar formação tanto para a Condução Auto como para aprontamento do ERec, distando todas estas áreas no máximo de 6,5 Km da Unidade.

O RC 3 dispõe de uma boa e significativa capacidade de alojamento e salas de instrução para formandos.

b. Formação de VBL M11

Os Cursos /Estágios dados no âmbito das viaturas M11 foram enunciados e as unidades que presentemente os ministram, EPC e RC 3, têm áreas de responsabilidade perfeitamente definidas. Releva-se que o RC 3 tem capacidades e possibilidades para ministrar a formação de Praças condutores de VBR M11.

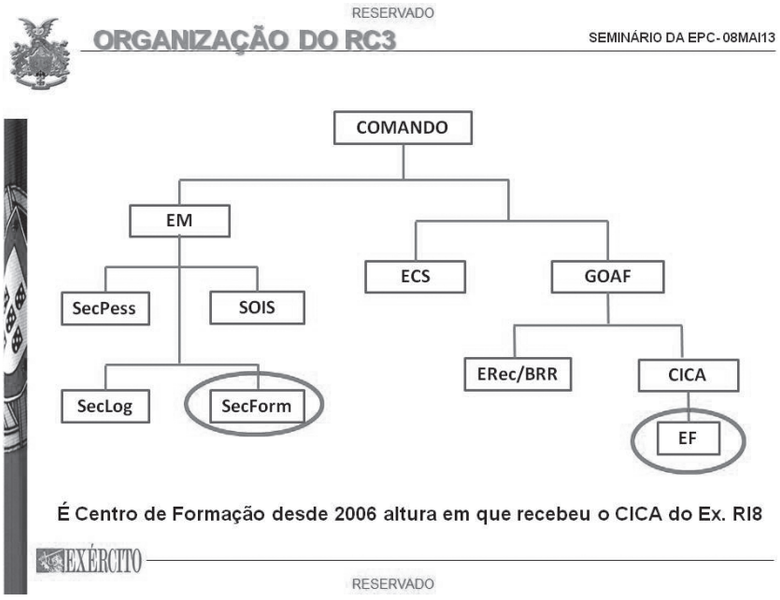
c. Formação de Condução Auto – EPR EPS

Realça-se que toda a Formação de Praças que o RC3 concretiza com

taxas de sucesso excelentes, no âmbito da condução auto, deve continuar a ser ministrada nesta Unidade e não ser deslocalizada para a EPS.

d. Legalidade dos Pré-Requisitos Para a Formação de Condução das Viaturas Blindadas de Rodas

As Fichas de Apresentação dos Cursos (FAC) das viaturas blindadas de rodas, nos seus pré – requisitos, exigem que os militares sejam possuidores de Carta de Categoria B, o que é ilegal de acordo com os dados lançados pela DMT/CMD LOG no GRW, pois todas as viaturas têm um peso bruto superior a 3500 kg, o que implica a necessidade do condutor ser possuidor de Carta de Categoria C.



3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa funcional da EA elaborado pela Divisão de Recursos/ EME em Fevereiro de 2013, foi estudado e analisado.

A missão, capacidades e possibilidades do RC 3 foram apresentadas bem como relevada a localização do RC3, a sua distância às diversas áreas de instrução e a sua capacidade de alojamento.

Na área da vertente formativa do sistema de Armas VBR M11, considera-se adequado e pertinente que o RC 3 continue a ministrar a Especialidade de Atirador Explorador de VBL M11 e quando entrar em funcionamento a EA, passe a ministrar os Cursos de Praças de Condutor de VBL M11. De realçar que se considera muito útil que a parte tática do TPOC e CFSC de VBL M11 seja realizada no RC 3, efectuando um exercício de Pelotão/ Esquadrão. Esta situação permitirá manter no RC 3 o número máximo de viaturas M11 presentes no território nacional para o treino operacional do ERec.

Na área da vertente formativa dos condutores de viaturas ligeiras e pesadas, o RC 3 propôs ao CID que as FAC dos Cursos de Condutores de VBR deveriam ser alteradas de forma a requererem como Pré – Requisitos que os militares fossem possuidores de Carta de Condução de Categoria C para a sua frequência.

Impacto da Criação da Escola das Armas na Arma de Cavalaria

– *Quartel da Cavalaria*

I. INTRODUÇÃO

No seguimento do processo de fusão das Escolas Práticas das diferentes Armas do Exército, a Escola Prática de Cavalaria (EPC) solicitou ao Quartel da Cavalaria (QCav) uma reflexão e análise do impacto que esta medida terá nas suas Unidades residentes: o Grupo de Carros de Combate (GCC) e o Esquadrão de Reconhecimento (ERec).

Este artigo foi apresentado no Seminário "O IMPACTO DA CRIAÇÃO DA ESCOLA DAS ARMAS NA ARMA DE CAVALARIA", a 8 de maio de 2013, e procurou posicionar-se de forma lógica face à incerteza que ainda paira na organização quanto às decisões finais daquele processo.

Assim, respondemos ao desafio partindo da revisão do binómio Formação *versus* Treino Operacional (TOp), analisando a sua relação proporcional atual.

Posteriormente, partindo do Programa Funcional da Escola das Armas (PFEA) e de algumas dúvidas colocadas à equipa da EPC que está no cerne deste processo em Mafra, delimitámos o objeto de estudo com base em pressupostos e, fundamentalmente, com base nas linhas orientadoras que o documento evidencia para o QCav. Face a estes pressupostos e ao que parece ser pedido no PFEA, foi apresentado o impacto na relação proporcional daquele binómio.

Dada a ambiguidade de alguns pontos no PFEA, analisámos ainda as implicações de uma modalidade mais perigosa, para o QCav, e encetámos algumas reflexões alternativas que podem ser levadas em conta num futuro próximo para a formação na Cavalaria.

II. ESTADO DA ARTE

Iniciámos este estudo com o levantamento das atividades formativas e de apoio que o GCC e o ERec têm no presente. Estas atividades comportam dois tipos de responsabilidade – Pólo de Formação ou Unidade Apoiante – que passamos a destacar:

1. Como Pólo de Formação

a. **GCC**
- Viatura Blindada de Recuperação M88;
- Carro de Combate (CC) M60 A3 TTS: cursos de Apontador e Municiador;
- CC Leopard 2 A6
  - Cursos da guarnição completa (Condutor, Apontador, Municiador e Chefe de CC). O curso de Chefe de CC inclui ainda a formação na Torre de Simulação do CC;
  - *Video Training Equipment*;
  - Formação de Formadores de Condução.

b. **ERec**
- Atirador Explorador para mecanizados (VBTP M113);

Instrução de Apontadores M60 A3 TTS.

CAP Cav FAZENDA
GCC/BrigMec

- Formação de apontadores e municiadores do Sistema Lança Mísseis (SLM) TOW 2;
- Curso de Instrutor do SLM TOW 2.

2. Como unidade apoiante

a. **GCC**
- Tática de CC (TCC) ao Tirocínio para Oficiais e Curso de Formação de Sargentos (TPO/CFS) de Cavalaria;
- Uma Secção de CC M60 A3 TTS (SecCC) na Tática de Reconhecimento (TRec) dos TPO/CFS de Cavalaria. Importa referir que esta SecCC é dada ao Pelotão de Reconhecimento, dado que o ERec não tem esta viatura na sua orgânica;
- Exercícios Finais da Academia Militar (AM).

b. **ERec**
- Curso de Apoio de Combate da Escola Prática de Infantaria (EPI);
- TRec aos TPO/CFS Cav, exceto a SecCC;
- Exercícios Finais da AM.

Após análise desta realidade, chegámos à relação de grandeza entre as atividade formativas já existentes no QCav e as atividades de responsabilidade primária do GCC e do ERec – o TOp – que pode ser melhor percebida pelo gráfico (Gráfico 1) que expomos. Podemos verificar que o pico das atividades formativas relativamente ao TOp – Outubro a Janeiro – é consequência da colocação de toda a formação das guarnições de CC Leopard 2 A6 e do apoio às "Táticas" dos TPO/CFS de Cavalaria, no final do 2º Semestre. As restantes variações são referentes às ações de formação retratadas anteriormente, por regra dadas de forma isolada.

Trabalhos de Manutenção em CC M60 A3 TTS.

III. PRESSUPOSTOS

A ambiguidade de alguns pontos do PFEA careceram de esclarecimento junto da equipa da EPC que se encontra a trabalhar neste processo em Mafra. Por intermédio deste contacto, chegámos aos seguintes pressupostos que utilizámos neste estudo de impacto:

1. **A Escola das Armas fornece os formadores para as seguintes áreas:**
   a. Técnica e TCC dos TPO/CFS Cav;
   b. Técnica de CC dos CFO/CFS Cav;
   c. TRec dos TPO/CFS Cav.
2. **O CC Leopard 2 A6 não será incluído em nenhum programa de formação inicial e é totalmente ministrado no QCav;**
3. **O CC M60 A3 TTS passa a ser ministrado totalmente no QCav;**
4. **Toda a restante componente técnica mecanizada é ministrada na Escola das Armas.**

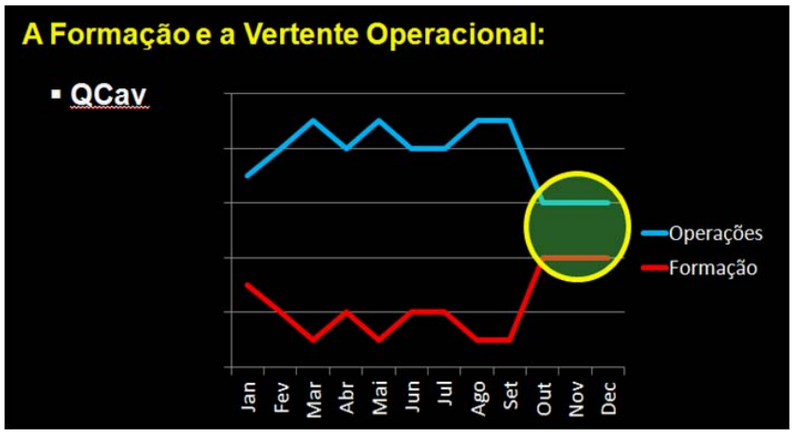


Gráfico 1.

IV. O QUE NOS É PEDIDO?

Dos pressupostos que retirámos na análise do PFEA, concluímos que o que nos é pedido com a criação da Escola das Armas é o seguinte (constando a **negrito** as alterações face ao antecedente):

1. Como Pólo de Formação

a. **GCC**
- Viatura Blindada de Recuperação M88;
- Carro de Combate (CC) M60 A3 TTS: cursos de Apontador, Municiador **e agora também o de Condutor;**
- CC Leopard 2 A6
  - Cursos da guarnição completa (Condutor, Apontador,

Instrução de CC Leopard 2 A6.

Municiador e Chefe de CC). O curso de Chefe de CC inclui ainda a formação na Torre de Simulação do CC;
- *Video Training Equipment*;
- Formação de Formadores de Condução.

b. **ERec**
- Atirador Explorador para mecanizados (VBTP M113);
- Formação de apontadores e municiadores do Sistema Lança Mísseis (SLM) TOW 2;
- Curso de Instrutor do SLM TOW 2.

2. Como unidade apoiante

a. **GCC**
- Formação técnica de CC M60 A3 TTS aos Quadros de Cavalaria:
  - TPO/CFS Cav, totalizando 3 semanas;
  - CFO/CFS Cav, 2 turnos de 3 Semanas.
- TCC aos TPO/CFS de Cavalaria;
- Uma SecCC na TRec dos TPO/CFS de Cavalaria;
- Exercícios Finais da AM.

b. **ERec**
- Curso de Apoio de Combate da Escola Prática de Infantaria (EPI);
- TRec aos TPO/CFS Cav;
- Exercícios Finais da AM.

V. COMO FICAMOS?

Com base nos pressupostos apresentados, concluímos que, em termos de responsabilidades de execução – como Pólo de Formação – o QCav não sofre ajustes ao nível do antecedente, salvaguardando o acréscimo de uma equipa de formação destinada à formação de condutores de CC M60 A3 TTS para o GCC.

No que diz respeito ao apoio de formação, concluímos que o QCav tem alterações ao nível de infraestruturas, alimentação, material de apoio à formação e administrativo-logístico, consequência do acréscimo à permanência de formandos e formadores no QCav:

1. **2 meses de apoio** aos TPO/CFS de Cavalaria;
2. **2 turnos de 3 Semanas para os** CFO/CFS de Cavalaria.

Estes ajustes significam severas dificuldades ao nível do alojamento de Oficiais, devido às condições atuais das estruturas, e a alocação de mais meios para apoio à formação técnica dos cursos (i.e. **CC M60 A3 TTS**).

Quanto à relação da proporcionalidade entre a Formação e o TOp, concluímos que o incremento da formação de condutores de CC M60 A3 TTS não afeta a ordem de grandeza já existente, assegurando o TOp como prioridade.

VI. ANÁLISE A UMA MODALIDADE MAIS PERIGOSA

A equipa da EPC que se encontra a trabalhar em Mafra estabeleceu como provável o fornecimento de formadores por parte da Escola das

Armas, à luz do que estabelecemos como pressuposto. No entanto, importa equacionar a hipótese da não aplicação desta modalidade e avaliar as consequências do QCav aparecer como unidade responsável pela execução de toda a formação.

Em traços sintéticos, o resultado seria a fusão de todas as atividades formativas que se desenrolam no QCav, quer do quartel como Pólo de Formação, quer as que são apoiadas em termos de recursos materiais e humanos, e carregá-las nas células de planeamento do GCC e do ERec.

As consequências desta medida, embora impossíveis de calcular na sua plenitude, passariam pelos seguintes pontos-chave (Gráfico 2):

1. **Empenhamento decisivo do EM do GCC e SecOp do ERec em fases cruciais do TOp**:
   a. **Maio** e **Setembro: Com a fase de planeamento dos cursos.** Em Maio de forma menos intensa, preparando o primeiro turno de CFO/CFS de Cavalaria, mas em Setembro as células de planeamento esgotam-se na preparação do segundo turno de CFO/CFS de Cavalaria, de toda a formação de Leopard 2 A6 e dos TPO/CFS de Cavalaria.
   b. **Junho/Julho/Agosto** e **Outubro/Novembro/Dezembro: Com a fase de execução dos cursos descritos no ponto anterior.** Sendo a responsabilidade de execução descentralizada no QCav, todo o acompanhamento e elaboração dos processos de curso prescritos no Regulamento Geral de Instrução do Exército recaem no EM do GCC e na SecOp do ERec.
   c. **Setembro** e **Janeiro: Com a fase de rescaldo da formação dada.**

2. **Empenhamento de forças operacionais:**
   a. Na melhor das hipóteses, pelo menos **2 Pelotões de CC M60 A3 TTS ficam sem o seu treino** em **Junho, Julho e Agosto**, assegurando o apoio aos exercícios finais da AM, a formação do primeiro turno de CFO/CFS de Cavalaria e as restantes ações de formação de M60 A3 TTS, nomeadamente a de condutores.
   b. **O GCC perde a capacidade de treinar qualquer força operacional nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro.** Para além dos constrangimentos em termos de células de planeamento que começam em setembro, também os Esquadrões operacionais perdem a capacidade de desenvolver o seu treino. O Esquadrão de CC Leopard 2 A6 esgota-se na formação e no apoio à formação de guarnições completas para este sistema. O Esquadrão de CC M60 A3 TTS esgota-se na formação técnica do segundo turno de CFO/CFS de Cavalaria, na formação técnica de CC dos TPO/CFS de Cavalaria e na formação de TCC dos TPO/CFS de Cavalaria.

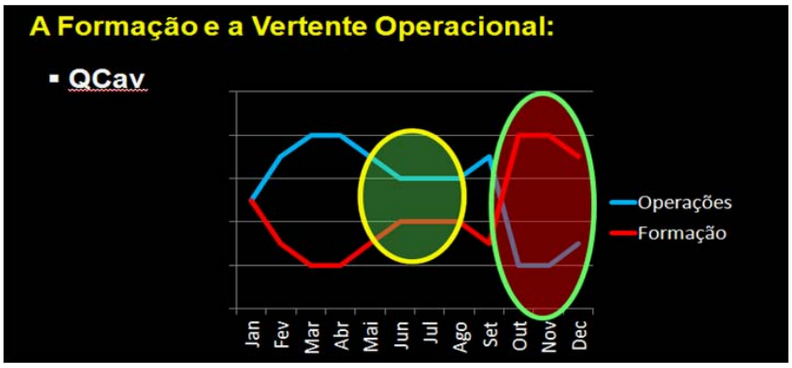


Gráfico 2.

VII. OUTRAS REFLEXÕES

O Exército tem vindo a desenvolver restruturações massivas em termos de acondicionamento infraestrutural e organizacional interno, é um facto, e de ajustamento a outras variáveis que equiparam a estrutura militar a estruturas civis. Neste aspeto, olhando para afetação da formação, podemos destacar o famigerado processo de Bolonha, que veio revolucionar o ensino superior militar, e a deslocalização/extinção dos encargos operacionais que algumas escolas práticas tinham na sua orgânica, que retiraram a independência a estas entidades no que concerne à formação tática. No entanto, as principais consequências destas mudanças resumiram-se a um ajustamento na carga horária dos cursos, eliminando matérias fulcrais na formação de quadros e reduzindo os tempos de formação a outras[1].

No campo da formação da Cavalaria, acresce ainda a mudança significativa nos sistemas de armas (i.e. família Pandur e Leopard 2 A6) que, por si só, deveria ter tido um impacto mais significativo na

formação dos nossos quadros.

Importa então refletir no futuro deste ajustamento, ficando aqui alguns pontos genéricos a título de exemplo.

1. **Estrutura dos TPO/CFS e CFO/CFS de Cavalaria**
   Continua a dar-se o curso completo de CC M60 A3 TTS aos TPO/CFS e CFO/CFS de Cavalaria. Este facto levanta um conjunto considerações, nomeadamente:
   a. O primeiro ponto de reflexão prende-se com os CFO/CFS de Cavalaria. Na variante de Reconhecimento de Lagartas, tendo como única unidade de colocação o ERec da Brigada Mecanizada, julgamos desnecessária e inconsequente a formação em CC M60 A3 TTS, dado que o ERec não contempla esta viatura no seu quadro orgânico. Na variante de carros de combate, existem duas possibilidades de colocação: no Esquadrão de CC M60 A3 TTS e nos Esquadrões de CC Leopard 2 A6. Se a formação continuar a englobar a formação técnica de uma viatura, julgamos que é fundamental a reflexão sobre o destino destes quadros, sob o pretexto de se formarem quadros contratados com qualificações descontextualizadas da realidade e de se perder tempo desnecessário em formações posteriores à formação inicial.

O segundo ponto de reflexão passa pelos TPO/CFS de Cavalaria. No que diz respeito aos objetivos gerais e específicos destes cursos, importa que sejam norteados por finalidades fundamentais de formação. Por exemplo, continuará a ser lógico, face às alterações nos sistemas de armas e no tempo de formação prática disponível, que o curso de CC M60 A3 TTS seja dado de forma completa e como principal sistema de armas da Cavalaria? Ou que, pelo contrário, face aos mesmos constrangimentos que impedem a formação de Leopard 2 A6 nestes cursos, que o CC M60 seja "apenas" uma ferramenta de apoio à condução da Tática de CC e de Autometralhadoras? Destas dúvidas, nasce então a importância de decidir se é fundamental cativar três semanas, das quinze disponíveis, para uma formação que escalpeliza todos os lugares dos operadores deste CC, quando poderia ser apenas ministrada formação ao nível de Chefe de Carro e Apontador, capaz de dotar os formandos com a capacidade técnica necessária à condução tática de exercícios. No nosso entender, no final dos TPO/CFS de Cavalaria, logo após a colocação dos quadros nas Unidades, poderiam ser dadas as qualificações técnicas mais adequadas ao desempenho de cada um, não esquecendo que, no campo da Tática de Carros de Combate, **existem três sistemas de armas que devem ter igual importância qualificativa:** Autometralhadora V-150, CC M60 A3 TTS e CC Leopard 2 A6.

2. **Equitação**
   Na equitação, formação essencial para os quadros da Cavalaria, importa salvaguardar que a descentralização de toda a formação ao nível dos TPO/CFS de Cavalaria

Instrução em Paineis de Seguimento com CC Leopard 2 A6 e M60A3TTS.

vai ter impacto na localização desta vertente. Julgamos que este assunto deverá ser alvo de uma reflexão atempada, analisando a formação que (já não[2]) é dada na AM e os objetivos que se pretendem atingir no final destes cursos.

No caso de deslocalização da Equitação, o QCav não prevê dificuldades na receção de solípedes e respetivos tratadores, desde que seja assegurada a colocação/mobilização de instrutores qualificados para o efeito.

3. **Inexperiência operacional da EA**

Iniciámos as reflexões com a referência à extinção/deslocalização de encargos operacionais que as escolas práticas tinham. A EPC perdeu o seu encargo operacional e não terá qualquer responsabilidade operacional após a criação da Escola das Armas. Neste sentido, há que refletir sobre em quem recai a responsabilidade de outras atividades específicas que os cursos têm de executar, concretamente, no que diz respeito às sessões de tiro real com os diversos sistemas de armas e à própria condução dos exercícios de TCC e TRec.

Do antecedente, o QCav tem vindo a apoiar estas atividades em recursos humanos e materiais, sempre sobre a responsabilidade de execução da EPC. Julgamos ser pertinente a convergência de esforços para que se aproveitem as propriedades de cada entidade neste processo de formação, no sentido de termos quadros melhor formados, com a formação a ser norteada pela realidade do contexto operacional. Nesta linha, exortamos à reflexão sobre a utilização dos recursos humanos do QCav nestas atividades, por vezes alocados somente às questões de segurança do material, o que nos parece redutor das potencialidades que se podem retirar deste apoio.

VIII. CONCLUSÕES

Num apanhado conclusivo, julgamos que a modalidade enquadradora dos pressupostos levantados traz alterações mínimas ao Treino Operacional das Unidades do QCav, não esquecendo, obviamente, o impacto antecedente que a formação e o apoio à formação já provocava no GCC e no ERec.

Afigura-se provável que os TPO/CFS e CFO/CFS de Cavalaria tenham uma permanência no QCav de cerca de dois meses e de dois turnos de três semanas, respetivamente. Esta permanência, apesar de trazer alguns constrangimentos e necessidades, permite uma melhor integração e proximidade dos quadros de Cavalaria com a vida operacional do QCav. Como constrangimentos mais relevantes, levantámos o desgaste acentuado das infraestruturas e os maiores custos que estas formações imputarão ao QCav. Nas necessidades, destacámos o reforço de material e equipamento para apoiar a formação, nomeadamente em CC M60 A3 TTS (por exemplo os que estão atualmente na EPC), e a imprescindível remodelação nos alojamentos de Oficiais e Sargentos, por não conseguirmos receber condignamente estes quadros por um período de tempo alargado.

Analisámos ainda uma modalidade devastadora para o Treino Operacional do GCC, concluindo que, se a responsabilidade da execução de toda a formação recair no QCav, quer em material, quer em formadores, o GCC fica sem capacidade de treino ao longo do 2º semestre, dado o empenhamento decisivo do seu Estado-Maior e dos dois Esquadrões de Carros de Combate em todo o processo formativo dos cursos.

Este estudo culminou com o levantamento de algumas considerações que nos pareceram merecer alguma reflexão para o futuro da formação da Cavalaria, nomeadamente na vertente da Equitação e na estrutura dos TPO/CFS e CFO/CFS de Cavalaria. Na Equitação, o QCav prevê uma natural deslocalização da formação para os Polos de Formação e assume a exequibilidade desta formação nas suas instalações, acautelando a necessidade da Escola das Armas fornecer o/os instrutor/es para o efeito. Relativamente à reestruturação dos TPO/CFS e CFO/CFS de Cavalaria, aconselhámos a revisão dos programas de curso, sustentando-os em objetivos gerais e específicos que se norteiem por finalidades fundamentais para a Arma de Cavalaria, equacionando as variáveis que modificaram outras realidades existentes, nomeadamente a redução significativa do tempo de formação técnica e prática na formação de quadros e tropas, e a substituição dos sistemas de armas nas suas Unidades.

NOTAS:

1. Para uma melhor visão sobre este assunto, basta comparar os programas dos TPO no pré- e pós-processo Bolonha.
2. Também se deve analisar o impacto do processo de Bolonha na Equitação. Neste momento os alunos da AM só escolhem as Armas no final do 3º ano. Esta formação foi severamente penalizada, comparando com a preparação com que os alunos chegavam ao TPO no pré-processo de Bolonha.

Impacto da Criação da Escola das Armas na Arma de Cavalaria

– Regimento de Cavalaria N.º 6

I. INTRODUÇÃO

O processo de transformação do Exército, iniciado em 2006, previa a necessidade de serem efetuadas alterações aos recursos alocados à área da formação. Esta necessidade, conjugada com o Despacho nº149/MDN/2012 de S. Exª o Ministro da Defesa Nacional que prevê a reorganização da estrutura da Defesa Nacional e das Forças Armadas, acelerou o processo de alterações estruturais na organização superior do Exército, tendo a instituição optado por fazer simultaneamente as alterações referentes aos recursos destinados à área da formação. Nesta sequência e neste âmbito, a principal alteração pretendida pelo Comando do Exército é a constituição da Escola das Armas (EA) que agregará as atuais 5 Escolas Práticas e o Centro Militar de Educação Física e Desportos. Os estudos até ao momento elaborados já permitiram a difusão de um Programa Funcional da EA, que servirá como principal referência ao desenvolvimento da presente reflexão. Importa no entanto referir, que o processo em curso referente à EA, por implicar significativas alterações à metodologia atualmente em vigor na área da formação, acaba por se constituir num processo dinâmico que envolverá com toda a certeza, ajustamentos à orientação definida, até à sua efetiva implementação. A formação ministrada na EA será a correspondente à "*formação inicial, de progressão de carreira e de qualificação dos Oficiais e Sargentos do Quadro Permanente (QP) e do Regime de Voluntariado e de Contrato (RV/RC)*". Toda a formação destinada à categoria de praças será ministrada nas unidades da componente operacional e nos Pólos de Formação.

A pergunta à qual pretendo responder no final da presente reflexão será "qual o impacto da criação da EA na formação ministrada no Regimento de Cavalaria nº6 (RC6)?" Para isso, farei uma abordagem inicial aquelas que têm sido as tarefas do RC6 no âmbito da formação, quais as responsabilidades que esperamos que venham a ser atribuídas à unidade na sequência da criação da EA, e finalmente, qual o impacto que estas alterações terão nas missões atualmente cumpridas pelo RC6. Importa igualmente referir, que a única informação oficial que chegou até ao momento ao RC6 foi o Programa Funcional da Escola das Armas, ao qual tivemos que acrescentar outras informações resultantes de esclarecimentos solicitados ao Grupo de Trabalho da mesma e também aquele que é o nosso entendimento sobre este assunto.

Esta reflexão terá como principal objetivo, contribuir de uma forma colaborativa para o desiderato do processo em curso, levando ao conhecimento de quem a analisar, a perceção do RC6 para as novas missões que aí vêm.

II. O ESTADO DA ARTE REFERENTE À FORMAÇÃO NO RC6

A missão do RC6 que se encontra presentemente aprovada é a seguinte: "*O RC 6 apronta um Grupo de Autometralhadoras e um Esquadrão de Reconhecimento*". Se analisarmos o organograma do RC6 (Ver Fig. 1), verificamos a existência de uma estrutura base, idêntica a muitos outros Regimentos, e de uma estrutura operacional composta pelo Grupo de Autometralhadoras (GAM) e pelo Esquadrão de Reconhecimento (ERec). Na estrutura base, podemos verificar que não existe qualquer órgão destinado exclusivamente às atividades relacionadas com a Formação. De qualquer modo, o Regimento possui na Secção de Operações Informações e Segurança

TCOR Cav JOSÉ MIGUEL PIMENTA
RC6

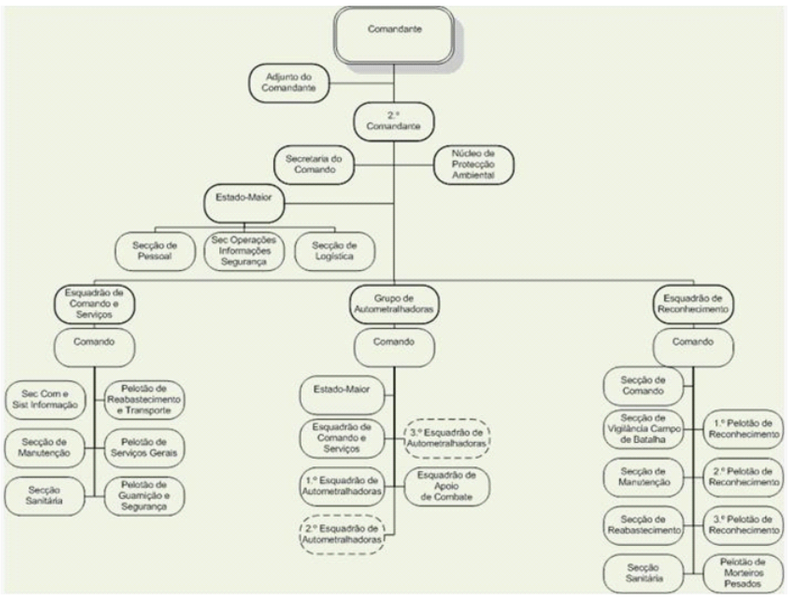


Fig. 1 - Organograma do RC6.

um oficial (Delegado de Apoio à Formação) responsável pelo planeamento e supervisão de todas as ações de formação que são ministradas na unidade.

Nos últimos anos, além da formação tática que decorre do treino operacional realizado pelo GAM e ERec, tem ficado à responsabilidade do RC6 a realização de algumas ações de formação eminentemente técnicas, como sejam os cursos das especialidades de Atirador Explorador; Municiador de AM V-150; Apontador de V-150 e também, não com tanta regularidade, estágios de mecânicos de viaturas V-200 para militares com destino à FND do Kosovo. Estas ações de formação foram sempre autorizadas e coordenadas com a Escola Prática de Cavalaria.

O RC6 tem igualmente realizado um esforço de modernização das diversas infraestruturas, nomeadamente os alojamentos das diversas categorias, as instalações destinadas à formação, ao comando e controlo e às áreas destinadas ao parqueamento e manutenção das viaturas e equipamentos.

III. O RC6 COMO POLO DE FORMAÇÃO

O Programa Funcional da EA prevê que fique à responsabilidade da EA toda a formação técnica *"articulada com a formação complementar, essencialmente tática, a ser ministrada nos Polos de Formação, constituídos por unidades operacionais selecionadas."* [1] No entanto, prevê o mesmo documento que "*os Polos de Formação, apoiados nas Unidades da Componente Operacional, asseguram a formação técnica, que não seja possível desenvolver na EA, bem como a formação tática*" [2]. O RC6 será um Polo de Formação da Escola das Armas ficando com a responsabilidade de ministrar a formação de alguns cursos ao Tirocínio para Oficiais (TPO) e ao Curso de Formação de Sargentos (CFS) da arma de Cavalaria. Da mesma forma, e uma vez que os Cursos de Formação Geral Comum de Praças do Exército (CFGCPE) ficarão à responsabilidade das unidades da componente operacional, poderá eventualmente recair sobre o RC6, a responsabilidade de uma qualquer incorporação de Praças, para além dos cursos referentes aos sistemas de armas existentes na unidade. Sistematizando, as ações de formação que vão/poderão recair sobre o RC6 são as seguintes:

a. Quadros Permanentes
(1) Cursos no âmbito do Plano Formação Inicial e de Progressão na Carreira
  (a) VBR Pandur II 8X8
    Destinado ao TPO e ao CFS de Cavalaria. Cremos que possa ser o Curso de Chefe de Viatura da versão base da VBR Pandur II 8X8;
  (b) Comando de Tropas do TPO e CFS de Cavalaria (eventual)
    Estando previsto que a Instrução Básica e Complementar (IB+IC) destinada às Praças passe a ser ministrada nas unidades da componente operacional, poderá acontecer que uma incorporação que venha a ser ministrada no RC6, possa ser aproveitada para o Comando de Tropas do TPO e CFS de Cavalaria.
(2) Cursos no âmbito do Plano de Formação Anual[3]
  (a) Chefe de Viatura Pandur II 8x8 Recce;
  (b) Chefe de Viatura Pandur II 8x8 RWS;
  (c) Apontador Viatura Pandur II 8x8 RWS;
  (d) Operador Viatura Pandur II 8x8 Recce.
b. RV/RC
(1) Cursos no âmbito do Plano Formação Inicial e de Progressão na Carreira
  (a) VBR Pandur II 8X8
    Destinado ao Curso de Formação de Oficiais e Curso de Formação de Sargentos da especialidade Rec Rodas.
  (b) IB+IC (Praças)
    (Eventual)

(2) Cursos no âmbito do Plano de Formação Anual
  (a) Chefe de Viatura Pandur II 8x8 Recce;
  (b) Chefe de Viatura Pandur II 8x8 RWS;
  (c) Apontador Viatura Pandur II 8x8 RWS;
  (d) Operador Viatura Pandur II 8x8 Recce;
  (e) Condutor de V-200 Chaimite (Praças);
  (f) Condutor de AM V-150 (Praças);
  (g) Apontador de V-150 (Praças);
  (h) Municiador de V-150 (Praças).

IV. O IMPACTO QUE A CRIAÇÃO DA EA PROVOCA NA FORMAÇÃO MINISTRADA NO RC6

Verificar o impacto que a criação da EA provoca na formação ministrada no RC6, exige que sejam definidos pressupostos baseados na informação atualmente disponível, salvaguardando desta forma, futuras alterações que venham a ser implementadas.

a. Pressupostos
(1) Os cursos que vão ser ministrados no RC6 são os constantes em 2.;
(2) No máximo serão ministrados anualmente os seguintes Cursos:
  (a) 1 Curso de VBR Pandur II 8X8 destinado ao TPO e ao CFS de Cavalaria;
  (b) 1 Curso de VBR Pandur II 8X8 destinado ao CFO/CFS Rec Rodas;
  (c) 1 Curso de Chefe de Viatura Pandur II 8x8 Recce;
  (d) 1 Curso de Chefe de Viatura Pandur II 8x8 RWS;
  (e) 1 Curso de Apontador Viatura Pandur II 8x8 RWS;
  (f) 1 Curso de Operador Viatura Pandur II 8x8 Recce.
  (g) 1 Curso de Condutor de V-200 Chaimite (Praças);
  (h) 1 Curso de Condutor de AM V-150 (Praças);
  (i) 1 Curso de Apontador de V-150 (Praças);
  (j) 1 Curso de Municiador de V-150 (Praças);
  (k) 1 Curso de Formação Geral Comum de Praças do Exército (IB+IC).
(3) O efetivo atualmente previsto para o RC6 (componente fixa + componente operacional) não será diminuído com alterações futuras que venham a ocorrer ao nível dos QOP das Unidades;
(4) O GAM e o ERec mantêm no futuro, as atuais necessidades de treino operacional.

b. Análise
(1) Os cursos aqui referidos representam no seu conjunto cerca de 30 semanas de formação. Desta forma, teremos em simultâneo e durante um longo período do ano, ações de treino e exercícios operacionais e ações de formação;
(2) Os recursos materiais necessários para ministrar estes cursos existem no RC6, não sendo por isso, uma limitação à execução dos mesmos;
(3) Os recursos humanos necessários para ministrar estes cursos existem na unidade, apesar de uma grande parte deles pertencer às subunidades do encargo operacional (GAM e ERec);
(4) A unidade de destino da grande maioria dos formandos destes cursos será o RC6;
(5) Pensamos que o RC6 poderá vir a ter uma maior facilidade em colmatar as necessidades de militares habilitados com estes cursos, uma vez que será unidade formadora e destinatária dos mesmos.

Face ao exposto, facilmente verificamos que as principais alterações que serão sentidas no RC6 em consequência da criação da EA e da metodologia de formação exarada no seu Programa Funcional, são consubstanciadas num significativo aumento de ações de formação. Interessa pois, proceder à classificação destas alterações e concluir o impacto que elas terão no RC6, dando assim resposta à questão inicial desta reflexão.

Autometralhadora V-150.

Através da análise das alterações apresentadas, podemos enumerar alguns aspetos que se consideram positivos para o RC6:

– O RC6 passa a formar para o RC6. A maioria dos cursos necessários às subunidades da componente operacional (GAM e ERec) passarão a ser ministrados no RC6. Este aspeto é por nós considerado positivo, uma vez que os formandos terão uma maior motivação e predisposição para a frequência dos vários cursos, se estes forem ministrados naquela que é a sua unidade;
– Diminuição dos custos de formação. Efetivamente, este acréscimo de ações de formação representa não só uma diminuição de custos por parte da unidade, uma vez que não terá que suportar o deslocamento de militares para outras unidades[4] formadoras, mas também, uma diminuição dos gastos a que normalmente os formandos ficam sujeitos, sempre que frequentam cursos noutras unidades que não a sua;
– Diminuição dos custos de manutenção das VBR Pandur 8x8. Embora desconhecendo o racional que esteve subjacente à decisão de não colocar estas viaturas na EA, parece-nos que esta decisão é positiva uma vez que evita a necessidade de colocar em Mafra os meios humanos e materiais necessários à manutenção destas viaturas;
– Diversifica a missão do Regimento. Cremos que num futuro próximo, fruto de todos os condicionalismos que atualmente se verificam no nosso país e o processo de transformação do Exército deles decorrentes, levará as unidades regimentais a ter que absorver outras missões, não diretamente relacionadas com a componente operacional. A formação e provavelmente o recrutamento, serão áreas que vão diversificar as atuais missões regimentais, sendo este aspeto por nós considerado positivo, uma vez que permite que os quadros possam enriquecer o seu conhecimento, através do cumprimento um leque mais alargado de tarefas, e simultaneamente, possam manter esse conhecimento atualizado.

Operação de VBR PANDUR II 8x8.

Apesar destes aspetos que consideramos positivos, existem outras considerações, que no caso do RC6, requerem a nossa atenção e deverão ser consideradas em todo este processo:

– O acréscimo de formação que se vai efetivar no RC6 como consequência da criação das EA irá conduzir à eventual necessidade da constituição de um órgão de formação, muito provavelmente acompanhado pela cabeça de uma subunidade de formação, para os períodos de atividade formativa. Esta solução permite salvaguardar que os objetivos da formação e do treino operacional possam ser procurados de forma independente;
– Coordenação das atividades. Esta nova realidade vai obrigatoriamente implicar um maior planeamento e coordenação entre as atividades de formação e o treino operacional. É nosso entendimento que essa necessidade de coordenação terá que ser integrada e transversal ao Exército e como tal envolver a Brigada de Intervenção, o Comado das Forças Terrestres e o Comando do Pessoal;
– A colocação de Autometralhadoras (AM) V-150 na EA. O Programa Funcional da Escola das Armas prevê que sejam colocadas na EA 2 AM V-150 para apoio à formação do TPO (Cavalaria), CFS (Cavalaria) e CFO/CFS (Rec Rodas). As AM V-150 são as únicas AM existentes no Exército Português, não se prevendo que possam vir a ser substituídas nos próximos anos. Presentemente existem no Exército 15 AM V-150 que se encontram distribuídas da seguinte forma: 11 no RC6, 2 RMan e 2 na EPC. A colocação de 2 AM

na EA, além de dificultar o levantamento de um Esquadrão de AM, uma vez que, no mínimo, serão necessárias 9 AM (pelotões a 3 AM, embora o desejável seja pelotões a 4 AM), acarreta um aumento de custos destinados à manutenção. É nossa convicção, que o racional subjacente à decisão de não colocar na EA as VBR Pandur II 8x8, deveria ter idêntica aplicação no caso das AM V-150 e das V-200/600. O destino de todos os militares RV/RC e grande parte dos TPO e CFS de Cavalaria que necessitam de frequentar cursos de AM V-150 e V-200/600 é o RC6.

V. CONCLUSÕES

A EA vai provocar alterações significativas na formação ministrada no Exército. Estas alterações serão sentidas não só nas unidades onde se encontram atualmente implantadas as atuais Escolas Práticas, mas também nas unidades da componente operacional. No caso específico do RC6, e pelas razões já apresentadas, o impacto destas alterações será, no nosso entender, positivo para o Regimento. No entanto, a implementação da EA leva a uma série de outras necessidades que devem ocorrer em simultâneo. Refiro-me concretamente às alterações que serão necessárias realizar ao nível dos QO de algumas unidades, que irão ver aumentada, não só a sua responsabilidade na área da formação, mas também em assuntos relacionados com o recrutamento.

Sendo este, como já foi referido, um processo dinâmico que gera profundas alterações na estrutura formativa do exército, mas que também arrasta consigo a exigência de serem efetuadas alterações a outras estruturas, seria importante ponderar algumas das atuais orientações do processo, tentando desta forma, e numa postura colaborativa, otimizar o seu resultado final. Um desses aspetos é o relativo à colocação de viaturas blindadas na EA. A informação obtida no seminário que foi realizado sobre este assunto em maio passado na Escola Prática de Cavalaria, aponta para que, no caso do TPO/CFS de cavalaria, o número de horas de formação da parte específica da arma, seja resumida a cerca de 18 horas de formação. Será que se justifica, atendendo a este número de horas, que seja criada na EA uma estrutura "pesada", constituída à base de viaturas blindadas para apoio à formação, com todas as implicações de manutenção a ela inerente? Provavelmente, se estas viaturas estivessem nas unidades que as utilizam ao nível operacional, conseguiríamos o duplo objetivo de diminuir os custos com a manutenção e simultaneamente aumentar a capacidade da estrutura operacional.

Como este, provavelmente outro aspetos haverá a rever em todo este processo que nesta fase é eminentemente teórico.

Heráclito de Éfeso disse assim um dia:

"Nada existe de permanente a não ser a mudança".

Heráclito

Mesa de Abertura do Seminário: Diretor Honorário da Arma; Comandante da Escola Prática de Cavalaria e Diretor da Revista da Cavalaria.

NOTAS

1 Programa Funcional da Escola das Armas, 2013, p. 1

2 Ibidem, p. 7

3 Estes cursos, apesar de ainda não existir autorização para que sejam ministrados no RC6, é nosso entendimento que será uma inevitabilidade a sua realização nesta unidade, uma vez que estas viaturas não existem em qualquer outra unidade.

4 Esta "economia" diz fundamentalmente respeito aos gastos com combustível, requisições de transporte ou "viaturas auto próprias".

5 Estes gastos dizem fundamentalmente respeito às viagens de fim-de-semana e também alguma alimentação.

Impacto da Criação da Escola das Armas na Arma de Cavalaria

– *Conclusões*

1. O seminário teve o grande mérito de informar uma grande parte dos Quadros Permanentes de Cavalaria a prestar serviço nas unidades da Arma sobre o processo em curso de extinção das Escolas Práticas das Armas e criação da "Escola das Armas". Este sentimento decorre do facto de ser reduzida ou quase inexistente, através da cadeia de comando, de informação credível sobre este processo.
2. De uma forma geral as unidades da Arma revelaram possuir meios materiais e humanos para assumirem responsabilidades no apoio à formação, em módulos específicos, quer para oficiais e sargentos do QP (TPOC e CFSC) e RV/RC, quer para a formação de praças das especialidades de Cavalaria.
3. A especificidade e singularidade de algumas especialidades de Cavalaria fazem com que certas unidades da Arma venham a ter um papel central na formação das praças e na formação técnica dos quadros. Para as praças é o caso da especialidade de "Polícia do Exército" no RL2; de condutor VBL M-11 no RC3; do condutor de CC M60A3TTS no QCav (GCC & ERec/BrigMec); do condutor de V-150 e de algumas funções da VBR Pandur, no RC6. Para os oficiais e sargentos é o caso da formação técnica de Chefe de Viatura dos seguintes sistemas de armas: CC M60 A3TTS e CC Leopard 2 A6 no QCav (GCC); V-150 e VBR Pandur no RC6. Também a componente prática da formação tática de oficiais e sargentos (QP e RVR/RC) acarretará um aumento das responsabilidades das unidades.
4. O aumento do papel das unidades da Arma na formação implicará que seja equacionada a criação de estruturas especificamente orientadas para esta área (por exemplo; secção de formação). Se é certo que nas unidades regimentais essa responsabilidade pode ser cometida ao EM, desde que devidamente reforçado, no caso das unidades exclusivamente operacionais como é o QCav (com o GCC e ERec da BrigMec) a situação deverá ser acautelada de forma a não hipotecar recursos humanos da unidade e, por isso, comprometer a sua principal função: prontidão para o combate. No caso do RL2 foi lembrado que o emprego operacional diário das unidades PE inviabiliza a formação em simultâneo, pelo que será desejável a criação de uma subunidade específica para a formação, tal como acontece com outras especialidades, por exemplo, o caso das tropas Comando que tem uma companhia de instrução diferente das companhias operacionais.
5. Foi consensual a preocupação em aferir prospetivamente o eventual impacto deste avolumar de novas responsabilidades no produto operacional das unidades. Se é certo que constitui um desafio motivador para quadros e tropas participar na formação, não deixa de ser preocupante o exercício de antever os recursos (tempo e pessoas) que serão inevitavelmente desviados do treino operacional com a consequente mudança de *mindset* de "operacional" para "formação" e o consequente desgaste dos meios (sistema de armas e viaturas). É certo que numa altura de forte contenção de despesas é tentador o abandono do modelo que diferencia as entidades da formação e as da componente operacional, mas poderá trazer consequências negativas que, embora não mensuráveis no curto prazo, poderão conduzir a danos penosos no médio e longo prazo no produto operacional do exército: a final a razão de ser de qualquer exército.

Direção da Revista da Cavalaria

Transformação do Exército 2013 – Implicações na Cavalaria *(Parte I)*

Tendo como mote o processo de reorganização que o Exército agora iniciou e cujo impacto, no atual *modus operandi* da instituição castrense, se perspetiva vir a ser significativo, pretende-se com este artigo apresentar aos *cavaleiros*, as principais alterações que se farão sentir na Arma, especialmente àqueles que fruto da sua situação (reserva/reforma ou civil) a informação descendente nem sempre alcança ou que os *media* e as usuais conversas de maldizer distorcem.

Com o intuito de clarificar o processo em curso e evitar a desinformação e especulação irei somente cingir-me a decisões já assumidas e divulgadas, motivo pelo qual este artigo será publicado em duas partes. Começarei por fazer uma caraterização geral do processo de reorganização da Defesa para depois particularizar aspetos mais relacionados com a Cavalaria. Assim, neste número da Revista da Cavalaria, depois do necessário enquadramento, irei inferir possíveis implicações que a nova Componente Fixa do Exército trará para a Cavalaria, para no próximo número, me centrar nas alterações da Componente Operacional.

MAJ Cav MORAIS
EME

I. REORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

1. Situação

A recente alteração do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), assim como a atual conjuntura de crise económica e financeira que se vive, tornou inevitável o desencadeamento de mais uma reorganização da Defesa, onde o Exército, fruto da sua dimensão, sentirá os seus efeitos.

Tendo presente as causas que estão a montante, não só estruturais mas sobretudo conjunturais, identificamos claramente que estamos perante uma imposição de ordem política, ao invés, de uma necessidade internamente sentida. Com este pano de fundo e cientes do peso que as questões de ordem financeira têm na atual governação, os desafios que esta reorganização coloca às Forças Armadas (FFAA) são de extremo risco, sendo imperioso ter presente a razão da nossa existência e salvaguardar as condições mínimas para o cumprimento da missão.

2. Documentos enquadrantes

O **CEDN** "*define os aspetos fundamentais da estratégia global a adotar pelo Estado para a consecução dos objetivos da política de segurança e defesa nacional*". A sua revisão foi imperiosa tanto pela alteração da situação estratégica e do ambiente internacional, em grande parte devido à crise económico-financeira, em particular na Zona Euro, e fruto do novo conceito estratégico da Organização do Atlântico Norte (OTAN) e novo Tratado da União Europeia. O CEDN incorpora igualmente o facto de Portugal ter sido "*obrigado a recorrer à assistência financeira internacional e a sujeitar-se a severas limitações orçamentais para os próximos anos, com impacto, designadamente, na segurança e defesa nacional*".

A Resolução do Conselho de Ministros nº 26/2013, designada por **Reforma** "Defesa 2020", aprovou as linhas de orientação para uma reforma estrutural na defesa nacional e nas FFAA. Definindo como "*medida principal – racionalizar a despesa militar*", a Reforma "Defesa 2020" elenca diretrizes para o ciclo de planeamento estratégico de defesa, desde logo por definir o nível de ambição das FFAA (deixando de ter qualquer classificação de segurança como até aqui) e estabelece objetivos a atingir com a reorganização. Das medidas constantes no documento destacamos:

- Orçamento para a defesa nacional igual a 1,1% (± 0,1) do produto interno bruto (PIB);
- Centralização ao nível do MDN dos processos relativos à aquisição, recrutamento e inovação;
- Adaptação da estrutura do EMGFA para eliminar dupli-

cações, potenciar a capacidade de planeamento e a execução de operações;

- Reconfiguração do Comando Operacional Conjunto e comandos de componente dos Ramos;
- Criar o Instituto Universitário Militar;
- Criação de uma unidade militar de ajuda de emergência;
- Efetivo máximo das FFAA, de 32.000 militares (incluindo pessoal na reserva na efetividade de serviço);
- Redução de 4.000 militares até final de 2015;
- Redução de cerca de 30% dos quadros do pessoal civil, até final de 2015;
- Redução de 30% do dispositivo das FFAA.

A **Diretiva Ministerial para a Reorganização da Estrutura Superior da Defesa Nacional e das FFAA** desencadeia o processo de reorganização. Além de determinar o desenvolvimento por parte dos Ramos dos estudos conducentes à redefinição das suas estruturas e organização, esta diretiva identifica tarefas, define responsabilidades e estabelece prazos para a execução das medidas.

A **Diretiva para o Exército – Reforma "Defesa 2020"** surge no seguimento da diretiva ministerial e define instruções gerais para as principais ações a desenvolver no âmbito da Reforma "Defesa 2020". Nela, o Exército revela que irá "*assentar o processo de transformação na otimização da componente fixa, preservando ao máximo a componente operacional*" e procurar manter uma presença territorial através de um equilíbrio entre a concentração e a dispersão do seu dispositivo.

3. Principais condicionantes

Considerando o enquadramento apresentado afiguram-se como principais condicionantes ao processo de transformação:

- **A redução de efetivos**: o dispositivo territorial do Exército assenta em cerca de 150 Unidades, Estabelecimentos e Órgãos (UEO) da Componente Fixa e cerca de 60 Unidades da Componente Operacional, o que traduz uma necessidade de aproximadamente 22.300[1] militares. O redimensionamento agora imposto para a ordem dos 17.000[2] militares implica uma redução significativa na estrutura do Exército.
- **O orçamento disponível:** tendo presente a percentagem do PIB que nos últimos anos tem sido afeto à defesa nacional (gráfico 1) e sendo expectável um decréscimo do PIB, o facto da Reforma "Defesa 2020" amarrar o orçamento da defesa e cientes do peso que as despesas com pessoal têm no orçamento, este condicionante poderá implicar uma ainda maior redução de efetivos.
- **A necessidade de implementação e otimização de processos**: "*fazer mais com menos*" é um dos chavões mais pronunciado nos dias que correm. Contudo, não passa de uma utopia, em especial na instituição militar, se o redimensionamento das estruturas não for complementado com a implementação de novos processos e equipamentos, apoiados em plataformas e sistemas de informação modernos e capazes. Como *menos poderão fazer mais* se os processos se mantêm inalterados? Terão sido os nossos antecessores menos capazes e menos dedicados, se hoje cremos que um faz o trabalho antes executado por muitos? Claro que não, muito pelo contrário, daí a afirmação ser uma quimera. No caso presente, ao invés de ser a introdução de novos processos e meios a reclamar a transformação é esta que vai impor uma alteração dos procedimentos, em especial os burocráticos e administrativos.

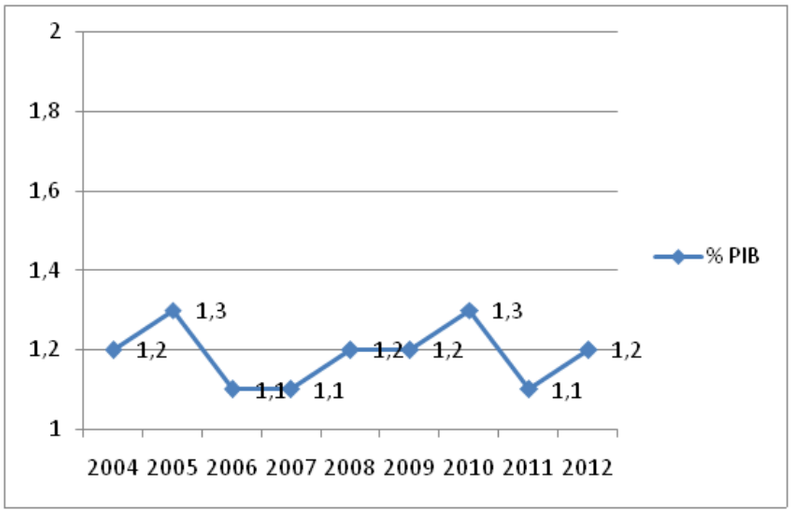


Gráfico 1 – Orçamento da Defesa Nacional (% do PIB) (fonte: www.emgfa.pt)

4. Áreas a reorganizar

Embora a reorganização da Defesa vá atingir os pilares que sustentam a instituição militar, nomeadamente EMFAR, Reserva, Saúde e ADM, cingindo-nos ao Exército, os domínios onde será exercido o esforço serão:

- Estrutura Superior – redução de cargos na ordem dos 30%, prevendo-se fusões/extinções de estruturas de comando e direção.
- Sistema de Formação – redução de estruturas e participação da componente operacional. Neste domínio enquadra-se a criação da Escola das Armas (EA) e consequente extinção das Escolas Práticas de cada Arma e do Centro Militar de Educação Física e Desportos.
- Estrutura de Recrutamento – eliminação de estruturas e maior participação das unidades territoriais. Neste âmbito já se iniciou o processo de extinção de alguns Centros de Recrutamento e Gabinetes de Atendimento, passando estes últimos a dependerem diretamente de unidades localizadas na sua proximidade.
- Área Financeira – transferência de competências e de atividades dos Centros de Finanças e das Seções Logísticas das UEO para a Direção de Finanças.

Simultaneamente, a unidade base do Exército – o Regimento – vai ser alvo de uma redefinição do seu conceito e da sua organização, procurando adequar a sua finalidade à dimensão e encargo operacional que apronta.

A juntar às medidas referidas acresce ainda a reestruturação dos estabelecimentos militares de ensino, a reconfiguração da estrutura de saúde operacional, a problemática dos estabelecimentos fabris do Exército e a redefinição da componente operacional, que certamente serão consideradas neste processo de transformação e que no final ditarão o dispositivo do Exército e os efetivos necessários.

5. Etapas do processo

De acordo com a Reforma "Defesa 2020" e a Diretiva Ministerial deverão estar concluídos:

- Até 30Jun13: Projetos de LDN, LOBOFA;
- Até 30Set13: Conceito Estratégico Militar (CEM), Missões das FFAA (MIFA), Sistema de Forças Nacional (SFN), Dispositivo de Forças (DIF) e revisão do EMFAR;
- Até 31Out13: Definição dos efetivos de militares;
- Até 20Dec13: Plano de redução do dispositivo territorial.

Com vista à prossecução dos objetivos definidos pela tutela, o Exército irá desenvolver o seu processo de transformação em 3 fases:

- 1ª Fase (até 31Dec13) - visa contribuir para a elaboração dos vários projetos legislativos e estudos e na qual serão iniciadas algumas ações;
- 2ª Fase (01Jan14-31Dec15) - visa atingir os objetivos intermédios da Reforma "Defesa 2020", materializando a execução a curto e médio prazo;
- 3ª Fase (01Jan16-31Dec20) - compreende a execução a longo prazo dos planos que vão materializar os objetivos finais da Reforma "Defesa 2020" e assim concluir o processo agora iniciado.

Das ações a operacionalizar no corrente ano, salientam-se:

- A criação da EA e do Regimento de Apoio Militar de Emergência (RAME);
- Desativação, com vista à sua extinção, das Escolas Práticas e do CMEFD;
- Transferência do RA 5, RE 1 e RT para as instalações, respetivamente, da EPA, EPE e EPT;
- Transferência da UnAp/CmdPess para as instalações do RA 5;
- Reorganização da estrutura de recrutamento e financeira.

II. COMPONENTE FIXA

1. Situação atual

A componente fixa do Exército comporta aproximadamente 10.400 militares e 2.800 funcionários civis. Embora em termos estruturais corresponda, sensivelmente, a 50% dos efetivos totais, considerando as existências, verificamos que estão alocados a esta componente cerca de 66% do efetivo do Exército. É pois nesta componente que o Exército vai exercer o esforço da transformação, procurando otimizar sinergias e racionalizar, preservando quanto possível a componente operacional.

Começando, finalmente, a relacionar o processo em curso com a Arma de Cavalaria, constatamos que é a criação da EA e consequente extinção da EPC, a medida que mais impacto tem na Arma e que significa uma mudança do paradigma, uma transformação no verdadeiro sentido da palavra, não só no que à formação diz respeito mas também no papel da(s) Arma(s) no seio da Instituição.

O novo modelo organizacional dos regimentos é outra medida, que embora seja transversal a todas as Armas e Serviços, traduz uma alteração significativa no conceito atualmente associado às unidades regimentais, razão pela qual será aqui também abordado.

2. Escola das Armas

Assim como os Ramos formam as FFAA, são as Armas e Serviços que compõem o Exército. Toda a gestão de pessoal, formação e historial do Exército assenta e provém desta organização.

Cientes que a extinção da EPC não implica a extinção da Arma, o seu desaparecimento obriga a uma adaptação e uma atitude ativa, por forma a preservar o espírito e as idiossincrasias que caraterizam a Cavalaria.

Fundamentada a sua criação na centralização do conhecimento e na otimização dos recursos, a EA, em particular a sua organização, permite identificar alguns aspetos que deverão merecer especial atenção aquando da sua entrada em funcionamento.

A – Não é uma Escola Prática

Não sendo possível concentrar no mesmo local os meios necessários para a prática de índole tática e técnica, a EA irá naturalmente tender a focalizar-se nos conceitos teóricos e doutrinários. Mesmo estando prevista a existência de Polos de Formação, garantidos pelas unidades operacionais, para colmatar esta lacuna, a constante e contínua coordenação e sincronização que exige representa um grande desafio.

Se no que respeita à tática, a Cavalaria não terá grande dificuldade em adaptar-se, pois essa situação já se vivia na EPC, onde era usual socorrer-se dos Regimentos para ministrar esta formação, o mesmo não se passa relativamente à técnica, em especial, de viaturas. Sendo esta ultima uma vertente muito importante para quem combate montado, o facto de não ser garantida logo à partida na Escola poderá fragilizar a estreita ligação que obrigatoriamente terá de existir entre o cavaleiro e a sua "montada".

B – Formação só de graduados

O facto de não estar previsto que a EA ministre qualquer formação a Praças vai reduzir a importância que as Armas tinham neste âmbito. Embora já hoje as unidades operacionais ministrem alguma formação, o facto de estas passarem a ministrar a totalidade e pela impossibilidade da EA assegurar, na plenitude, a sua conceção e supervisão, pois a sua organização não contempla esta possibilidade, além de significar o fim da existência de uma única entidade que represente a Arma, não possibilita a desejável interação entre os Quadros e as Praças aquando da sua formação.

C – Organização

Apesar da organização macro da EA ser idêntica à que existia nas Escolas Práticas (fig. 1), quando analisamos mais em pormenor verificamos que as diferenças são enormes.

Considerando os estudos técnicos, a conceção, planeamento e direção da formação como a essência de uma Escola e pesando sobre a Arma, a responsabilidade da definição, produção e difusão da doutrina aos baixos escalões (até Grupo), importa agora dar resposta a situações que naturalmente surgirão, como por exemplo:

– Quem irá a partir de agora elaborar manuais (doutrinários ou de apoio à formação) sobre Policia do Exército ou Reconhecimento, por exemplo?
– Qual a entidade responsável por acompanhar os cursos da Arma (TPO e CFS, por exemplo), analisar o seu conteúdo, propor alterações e quando necessário tomar decisões nesse âmbito?

Recaindo na EPC e no seu comandante, após a extinção da

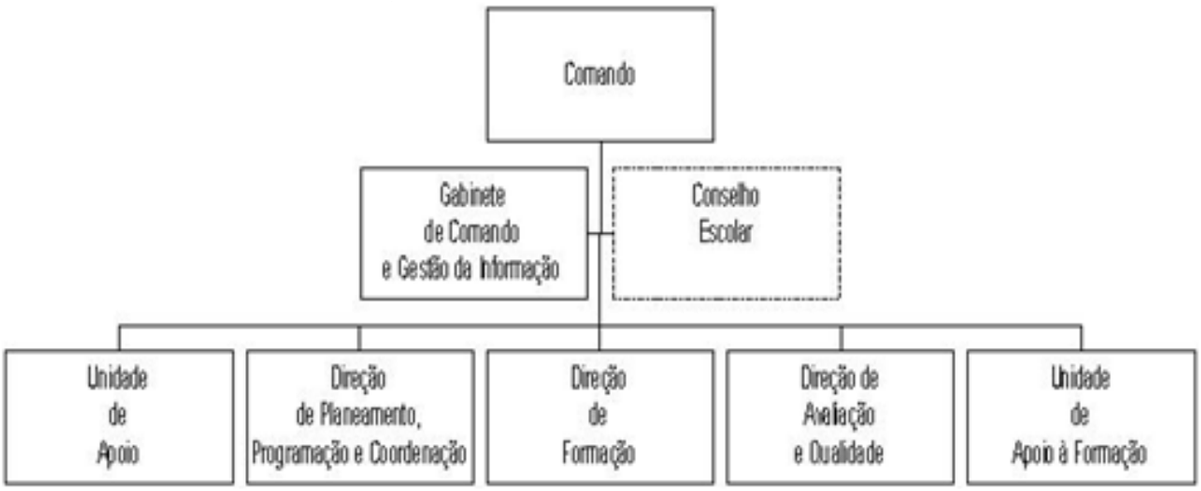


Figura 1 – Organograma da EA

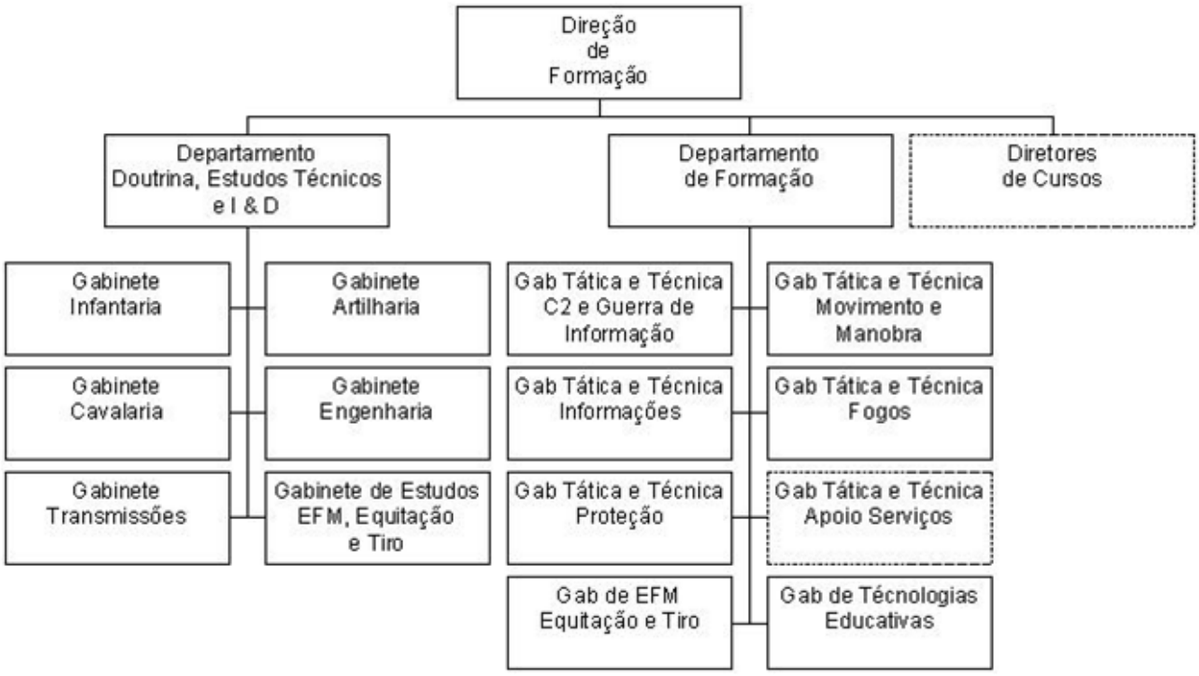


Figura 2 – Organograma da DF/EA

Direção da Arma de Cavalaria, estas atribuições, e conhecida a estrutura e cargos previstos na EA, a resposta às questões elencadas não é direta nem fácil. Observando a orgânica da Direção de Formação (fig. 2) que é dirigida por um Coronel de qualquer Arma, mesmo tendo um Departamento de Doutrina, Estudos Técnicos e Investigação e Desenvolvimento e ainda Diretores de Curso, verificamos que o Gabinete de Cavalaria só possui, em exclusividade, um Tenente-Coronel, sendo os Diretores de Curso nomeados em regime de acumulação de funções. Analisando o Departamento de Formação, que possui um efetivo significativo, constatamos que a sua organização por funções de combate, não vincula qualquer cargo à Cavalaria, logo não garante a existência do *manning* necessário para o cumprimento de tarefas estritas da Arma.

Será pois imperioso ver o organograma não como uma ferramenta que define a forma de trabalhar mas antes a massa crítica disponível para tal. Assim, urge definir procedimentos e estabelecer relações funcionais que permitam o cabal cumprimento da missão sem esquecer os assuntos intrínsecos da Arma.

D – Extinção da EPC

Ainda presente a recente transferência da EPC, de Santarém para Abrantes, está novamente em marcha mais uma mudança de morada. Sustentada agora numa lógica e num quadro mais abrangente e do conhecimento geral, até neste aspeto *somos diferentes*. Embora tenha sido intenção que as Escolas Práticas dessem lugar a Regimentos da mesma Arma, a singularidade da Cavalaria não possibilitou este desiderato, e será a nova unidade do Exército – o RAME – que irá render a Casa Mãe da Cavalaria.

Se por um lado, esta circunstância implica mais um ponto de decisão na Cavalaria – definir quem será o fiel depositário e herdeiro da EPC – por outro, vai indubitavelmente ligar a Arma a esta novidade do Sistema de Forças.

3. Estrutura Regimental

Não abdicando de um dispositivo que garanta uma presença efetiva na sua máxima extensão, o processo de transformação irá levar à reestruturação da unidade base do Exército, o Regimento, ao invés de uma diminuição do seu número.

A nova estrutura irá integrar 3 áreas distintas – operacional, formativa e territorial – mas terá como principal condicionante os efetivos disponíveis. Assim, com vista a maximizar as sinergias entre a componente fixa e a componente operacional, as possibilidades dos Regimentos e consequentemente as suas atribuição passarão a estar diretamente dependentes do encargo operacional que possui. É precisamente neste dado que reside a grande alteração que se perspetiva.

Sendo inexequível a existência

de pessoal dedicado, em exclusivo, a cada uma das 3 áreas, a solução encontrada, e já materializada nos Quadros Orgânicos recentemente aprovados (RA5, RE1 e RTm), sustenta-se na polivalência e na rentabilização dos recursos humanos e na preservação da sua missão primária – o aprontamento de forças.

Será o encargo operacional, e em especial a sua dimensão, que potenciará o Regimento. Isto significa que nos casos em que a unidade operacional se encontra projetada, o Regimento deverá limitar-se a garantir a segurança das instalações, assegurar o apoio administrativo-logístico ao seu efetivo e desenvolver ações de recrutamento caso possua um Gabinete de Atendimento ao Público.

Assim, a nova estrutura só vem de facto alterar a situação atual, onde as acumulações de funções já são uma realidade, se o Regimento passar a desempenhar as tarefas em função da disponibilidade do seu encargo operacional e não o oposto.

Olhando para os Regimentos da Arma (RC3, RC6 e RL2) e considerando a expectável reduzida dimensão dos seus encargos operacionais, esta nova abordagem, embora indicie uma possível diminuição da sua influência, quer junto das comunidades onde se inserem quer mesmo no seio do Exército, por certo fará com que a Cavalaria, mais uma vez responda "*pronto*" e dê uma resposta exemplar e inequívoca ao novos desafios que tem pela frente.

III. CONCLUSÕES (I Parte)

A qualquer processo de mudança está sempre associada uma certa resistência. A transformação agora desencadeada como vimos é uma inevitabilidade, estando fortemente ligada à conjuntura económico-financeira que se vive em Portugal.

Sendo a sustentabilidade financeira o fator ditador da mudança esta só será verdadeiramente conseguida caso se adotem novos procedimentos e metodologias.

Assentado o esforço da transformação do Exército, na componente fixa, a criação da EA e a nova estrutura dos regimentos são duas medidas que terão impacto na Cavalaria. Além de significar a extinção da sua Escola, a criação da EA rompe com atual paradigma da formação, tornando imperioso que a Arma ganhe espaço e relevo nesta nova Unidade e, simultaneamente, salvaguarde a nossa identidade. Já o novo conceito de regimento deverá ser visto não como um condicionador mas antes uma adequação à realidade atual e principalmente como uma preservação do encargo operacional – a essência de qualquer exército.

NOTAS

1 Somatório dos Quadros Orgânicos.

2 Aprox. 53% dos 32.000 militares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Conceito Estratégico de Defesa Nacional 2013, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 21 de março.

Reforma "Defesa 2020", aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 11 de abril.

Diretiva Ministerial para a Reforma Estrutural na Defesa Nacional e nas Forças Armadas – Reforma "Defesa 2020", anexa ao Despacho n.º 7527-A/2013, de 31 de maio.

Diretiva n.º 55/CEME/13 – Criação da Escola das Armas, de 24 de maio.

Diretiva n.º 56/CEME/13 – Criação do Regimento de Apoio Militar de Emergência, de 24 de maio.

Diretiva n.º 70/CEME/13 - Diretiva para o Exército – Reforma "Defesa 2020", de 12 de junho.

QO n.º 07.03.10 Escola das Arma, de 04Jun13.

Exército Português
Carros de Combate (2.ª parte)

– *CARROS DE COMBATE DA DIVISÃO NATO*

3. CARROS DE COMBATE DA DIVISÃO NATO

a. Carro de Combate "Patton" M-47 44 Ton. 9 cm m/952

Em 1952 foram recebidos os primeiros 55 CC M-47, ao abrigo da ajuda NATO.

De Outubro de 1952 a Maio de 1953, foram realizados no RC 7 cursos de CC M-47 para oficiais e sargentos. Também parte das guarnições dos "Valentines" e dos "Centauros" dos RC 3, RC 4 e RC 7, nos primeiros meses de 1953, foram recicladas para operarem os CC M-47

Em Junho de 1953, teve início, no Campo Militar de Santa Margarida, a cargo dos RC 3 e RC 4, a preparação do pessoal para o Grupo de Carros de Combate e para os Esquadrões de Carros de Combate dos três Regimentos de Infantaria da 1.ª Divisão de Infantaria. (O RC 3 formava o GCC divisionário e o RC 4 os três ECC regimentais).

Fig. 14 - CC M-47 do RC 4
Fonte: Coleção de António Pereira Coutinho

MGen PEREIRA COUTINHO
Reforma.

Os M-47 eram o carro de combate principal do nosso exército. Nunca tínhamos tido um carro de combate com a qualidade do M-47. Vieram para Portugal acabados de sair da fábrica. Estiveram ao serviço do Exército Português durante 32 anos (até 13 de Março de 1984).

Os ECC da 1.ª Divisão de Infantaria, eram constituídos por quatro pelotões, cada um com cinco CC M-47. Os dois carros de combate do comando dos ECC eram Sherman M4 A3 E8, com obus de 10,5 cm. Durante as manobras da 1.ª Divisão, que tiveram início em Setembro de 1953, os Esquadrões de Carros de Combate já eram constituídos por três pelotões (a cinco CC, cada) e os dois carros do comando dos ECC também eram M-47.

Iam as manobras a meio, quando foi recebida ordem para terminarem e recolher o pessoal às suas unidades.

Os M-47 ficaram parqueados no lamaçal que existia onde hoje ficam as placas para CC do "Quartel da Cavalaria" do Campo Militar de Santa Margarida. Estes carros de combate nunca se conseguiram restabelecer completamente das consequências do inverno e do abandono a que foram votados depois das manobras divisionárias de 1953.

Para a recuperação dos carros de combate foi constituído um Centro Eventual de Revisão de Material, liderado por oficiais de Cavalaria que tinham feito os cursos de manutenção de CC nos E.U.A e na Alemanha.

Em 1954, foi iniciada a preparação da 2.ª Divisão (Divisão Nun'Álvares). O Grupo de Carros de Combate Divisionário passou a ser encargo da Escola Prática de Cavalaria e os três Esquadrões de Carros de Combate Regimentais do Regimento de Cavalaria N.º.8.

Em 1955, a grande unidade passa a designar-se 3.ª Divisão (Divisão Nun'Álvares). A maioria das suas sub-unidades pertencia à 3.ª Região Militar (Tomar).

Pelo Decreto-Lei n.º 45.735, de 29 de Maio de 1964 (O.E. n.º 5, 1.ª Série, de 30 de Maio de 1964) é feita a fusão do GCC/Div e dos 3 ECC/RI e criado um Regimento de Carros de Combate, em Santa Margarida, que, pela Portaria N.º 20.608, de 29 de Maio de 1964, passou a ser designado por Regimento de Cavalaria N.º 4.

Durante o período da Guerra do Ultramar, a modalidade Carros de Combate esteve praticamente inativa. Todo o esforço do RC 4 esteve canalizado para a formação de unidades de atiradores destinadas ao ultramar.

Em 1967, sendo previsível a ocorrência de distúrbios por altu-

ATE EXÉRCITO PORTUGUÊS CARROS DE COMBATE EXÉRCITO PORTUGUÊS CARROS DE COMBATE EXÉRCITO PORTUGUÊS CARROS DE COMB

b. Carro de Combate "Chaffee" M-24 17,5 Ton 7,5 cm m/52

Os carros de combate M-24 chegaram em 1952, juntamente com os carros de combate M-47.

Inicialmente foram para o RC7, onde foi ministrado o primeiro curso de CC M-47 e M-24 para oficiais e sargentos de Cavalaria.

Depois do Curso, os primeiros nove M-24 foram destinados, sete para o RC5 (Aveiro), unidade responsável pelo levantamento do Esquadrão de Reconhecimento da 1.ª Divisão (cujo primeiro comandante foi o capitão Serras Pereira) e os outros dois para o Pelotão de Reconhecimento do Esquadrão de Comando e Serviços, do Grupo de Carros de Combate da 1.ªDivisão (cujo primeiro comandante foi o tenente Lopes Cavalheiro do RL 1) .

Em 1954, conseguiram-se obter mais sete M-24, para o Esquadrão de Reconhecimento da Escola Prática de Cavalaria. Foram recebidos pela EPC em 1 de Maio de 1955 (fiz parte da comissão de recepção).

Era um carro muito rápido, manobrável e, para a época, bem armado para reconhecimento.

Dispunha de uma peça M6 de 7,5 cm, de duas metralhadoras Browning 7,62 (USA) (coaxial e da proa) e de uma metralhadora exterior Browning de 12,7 mm.

A peça de 7,5 cm do CC M-24 é a versão para carro de combate da peça M5 de 7,5 cm instalada nos bombardeiros B-25 Mitchell, para utilização contra navios.

Fig. 16 - Carro de Combate Ligeiro "Chaffee" M-24
Fonte: Internet

Este carro, como tinha dois motores, tinha muita dificuldade em os sincronizar (quando estavam a trabalhar, havia uma tolerância máxima de 200 rpm, de um em relação ao outro).

No nosso clima, especialmente no verão, os motores aqueciam muito.

A partir de 1954, o Esquadrão de Reconhecimento da Divisão passou a ser encargo do Regimento de Cavalaria N.º 8.

Em finais de 1977, todos os M-24 estavam na EPC, última unidade que os utilizou, ou no Depósito Geral de Material de Guerra, em Beirolas.

c. Carros de Combate Sherman originários dos E.U.A.

Na mesma altura em que vieram os M-47, foram recebidos carros de combate Sherman, originários dos E.U.A., destinados:

- Aos comandos dos ECC, Carro de Combate ShermanM4A3 HVSS 32 Ton 10,5 cm m/53 (12);

CARRO DE COMBATE M-24					
DADOS GERAIS					
País de Origem: Estados Unidos da América			Tipo: Carro de Combate Ligeiro		
Data de introdução nos EUA: 1944			Guarnição: 5 (Chefe de carro, apontador, condutor, municiador e metralhador da proa)		
Fabricante: Cadillac Motor Car Divisin of General Motors Corp. e Massey Harris Co.					
Peso em ordem de combate: 18,4 Ton			Pressão unitária: 0,739 Kg/ cm^2		
Comprimento (peça para a frente): 5,486 m			Largura: 2,946 m		
Altura: 2,46 m			Altura ao solo: 46 cm		
DESEMPENHO					
Motor: Dois motores Cadillac Série 44T24, a gasolina, 8 cilindros em V(cada) arrefecidos por água					
Potência do motor: 110 hp(cada).			Torque do motor: ?		
Autonomia: 161 Km (em estrada)			Capacidade de combustível: 420 l		
Velocidade máxima: 56 Km/h (durante períodos curtos)			Velocidade de cruzeiro: 40 Km/h		
Velocidade TT: 20 Km/h			Vau máximo: 1,02 m		
Declive máximo: 60%			Fosso máximo: 2,44 m		
Obstáculo vertical máximo: 91 cm			Estabilização: Vertical, só para a peça		
Raio de viragem: Pião			Direção: Por alavancas, diferencial controlado		
Travões: Mecânicos de maxilas			Declive lateral: 30°		
Transmissão: Duas transmissões Hidramatic, automáticas, c/ 8 velocidades para a frente e 4 para a rectaguarda.					
Relação peso/potência: 12,2 hp/ton			Consumo por Km: 2,64 l/km		
SUSPENSÃO					
Tipo: Barras de torsão e amortecedores			Rodas do trilho: 5 de cada lado		
Roletes guias: 3 de cada lado			Rodas compensadoras: Não		
Rodas motoras: As duas da frente			Rodas tensoras: As duas de trás		
Amortecedores: Nas duasprimeiras e nas duas últimas rodas de trilho					
ARMAMENTO					
Tipo	Campo de tiro		Alcance	Munições	Tipo de munições
	Horizontal	Vertical			
Peça M6 de 7,5cm	360°	+15° a -10°	1.000 m	48	APC, HV-APC, HP, WP.
Metralhadora coaxial .30			800 m	3.750	
Metralhadora da proa .30			400 m		
Metralhadora exterior .50	360°		1.200 m	440	
SISTEMA DE PONTARIA E CONTOLO DE TIRO					
Tipo do sistema: Luneta					
Visão nocturna: Não			Telémetro:Não		
Periscópios: Chefe de carro, municiador, condutor e metralhador					
PROTEÇÃO					
Blindagem: 13 a 38mm			NBQ: Não		
Fumos: Lança bombas de fumos M3 de 5cm– 14 granadas			Contra incêndios: Extintor portátil		
TRANSMISSÕES					
Rádio e Intercomunicação	Posto de rádio SCR-508/528				
Telefone exterior:	RC-298				

Fig. 17 – Caraterísticas do CC M-24

- À Companhia de Engenharia de Combate da Divisão, Carro de Combate Engenharia Sherman M4A3 VVSS 32 Ton. 7,6 cm Dozer m/1954 (7)
- Ao Pelotão de Reconhecimento/GCC Divisionário, Carro de Combate Sherman M4A3 HVSS 32 Ton 7,6 cm m/53 (2).

1) Carro de Combate "Sherman" M4A3 HVSSv32 Ton 10,5 cm m/53

Eram os carros de combate que, pelos Q.O.M. da 1.ª Divisão, eram atribuídos aos comandos dos seis esquadrões de carros de combate. Nunca chegaram a ser utilizados, estiveram em Santa Margarida até serem julgados incapazes.

Fig 18 - Carro de combate "Sherman" M4A3 HVSS 32 Ton 10,5 cm m/53
Fonte:

2) Carro de combate Sherman M-4 A3 HVSS, 32 ton 7,6 cm m/53

Vieram para Portugal dois carros deste modelo. Destinavam-se ao Pelotão de Reconhecimento do Grupo de Carros de Combate Divisionário. Nunca foram distribuídos. Um deles está no Museu de Carros de Combate da Casa da Cavalaria no Campo Militar de Santa Margarida.

Fig. 20 - Carro de combate Sherman M-4 A3E8, 32 ton 7,6 cm m/53
Fonte: Internet

CARRO DE COMBATE "SHERMAN"" M4A3 HVSS 32 TON 10,5 CM M//53					
DADOS GERAIS					
País de Origem: Estados Unidos da América			Tipo: Carro de Combate Médio		
Data de introdução nos E.U.A.: 1944			Guarnição:5 (Chefe de Carro, Apontador, Municiador, Condutor e Metralhador)		
Fabricante: Dedroit Tank Arsenal					
Peso em ordem de combate: 32 Ton			Pressão unitária: 1,07 Kg/cm²		
Comprimento: 6,27 m			Largura: 3,00 m		
Altura: 2,97 m			Altura ao solo: 43 cm		
DESEMPENHO					
Motor: Ford GAA; 8 cilindros em V (60°), 4 tempos, gasolina, arrefecimento por água					
Potência do motor: 500 hp a 2.600 rpm.			Torque do motor: Net 950ft-Lb@2200 rpm		
Autonomia: 161 Km (estrada)			Capacidade de combustível: 636 l		
Velocidade máxima: 42 Km/h			Velocidade de cruzeiro: 30 Km/h		
Velocidade TT: 20 Km/h			Vau máximo: 91 cm		
Declive máximo: 60%			Fosso máximo: 2,30 m		
Obstáculo vertical máximo: 61 cm			Estabilização: Não tem.		
Raio de viragem: 19 m			Direção: Alavancas e diferencial controlado		
Travões: Mecânicos de maxilas			Declive lateral: 30%		
Transmissão: Sychromesh, 5 velocidades para a frente e 1 para trás					
Relação peso/potência: 15,6 hp/Ton			Consumo por Km: 4 l/Km		
SUSPENSÃO					
Tipo: HVSS (Horizontal volute spring suspension)			Rodas do trilho: 3 bogies com duas rodas cada, de cada lado		
Roletes guias: 1 atrás de cada bogie			Rodas compensadoras: Não		
Rodas motoras: As da frente			Rodas tensoras: As da retaguarda		
Amortecedores: Não tem					
ARMAMENTO					
Tipo	Campo de tiro		Alcance	Munições	Tipo de munições
	Horizontal	Vertical			
Obús de 10,5 cm M4	360°	+35° a -10°	1.200 m	66	
Metralhadora coaxial .30			800 m	4.000	
Metralhadora da proa .30			400 m		
Metralhadora exterior .50			1.200 m	600	
SISTEMA DE PONTARIA E CONTOLO DE TIRO					
Tipo do sistema: Luneta. Rotação e elevação das armas manual.					
Visão nocturna: Não tem			Telémetro: Não tem		
Periscópios: Chefe de carro, condutor, municiador, metralhador.			Projetor I.V. luz branca: Não tem		
Intensificador de luz: Não tem			Computador de tiro: Não tem		
PROTEÇÃO					
Blindagem: 19 a 91 mm			NBQ: Não tem		
Fumos: Lança bombas de fumos M3 de 5cm – 14 granadas			Contra incêndios: Extintor		
TRANSMISSÕES					
Rádio	Posto de rádio E/R SCR-508/528.				
Intercomunicação					
Telefone exterior:	Não tem				

Fig. 19 – Caraterísticas do CC Sherman M4A3 com obus de 10,5 cm

3) Carro de Combate Engenharia "Sherman" M4A VVSS, 32 ton 7,6 cm Dozer m/54

Os E.U.A. forneceram sete carros deste modelo para a Companhia de Engenharia de Combate do Batalhão de Engenharia da 1.ª Divisão.

Fig. 21 - Carro de Combate Engenharia "Sherman" M4A VVSS, 32 ton 7,6 cm Dozer m/54
Fonte: Escola Prática de Engenharia, Tancos

4) Caraterísticas dos Carros de Combate "Sherman" com peça de 7,6 cm

CARRO DE COMBATE ENGENHARIA "SHERMAN" M4A3 VVSS 32 TON 7,6 CM DOZER M/54 E CARRO DE COMBATE SHERMAN M4A3 HVSS 32 TON 7,6 CM M/53					
DADOS GERAIS					
País de Origem: Estados Unidos da América			Tipo: Carro de Combate Médio		
Data de introdução nos E.U.A.: 1944			Guarnição:5 (Chefe de Carro, Apontador, Municiador, Condutor e Metralhador)		
Fabricante: Fisher Tank Arsenal e Dedroit Tank Arsenal					
Peso em ordem de combate: 32 Ton			Pressão unitária: 1,07 Kg/cm²(VVSS) e 0,72 Kg/cm² (HVSS)		
Comprimento: 6,28 m			Largura: 2,61 m(VVSS) e 3,00 m (HVSS)		
Altura: 2,97 m			Altura ao solo: 43 cm		
O CC Engenharia tem uma lâmina dozer. O outro tem freio de boca na peça.					
DESEMPENHO					
Motor: Ford GAA; 8 cilindros em V (60°), 4 tempos, gasolina, arrefecimento por água					
Potência do motor: 500 hp a 2.600 rpm.			Torque do motor: Net 950ft-Lb@2200 rpm		
Autonomia: 161 Km (estrada)			Capacidade de combustível: 636 l		
Velocidade máxima: 42 Km/h			Velocidade de cruzeiro: 30 Km/h		
Velocidade TT: 20 Km/h			Vau máximo: 91 cm		
Declive máximo: 60%			Fosso máximo: 2,30 m		
Obstáculo vertical máximo: 61 cm			Estabilização: Vertical, só para a peça de 7,6 cm.		
Raio de viragem: 19 m			Direção: Alavancas e diferencial controlado		
Travões: Mecânicos de maxilas			Declive lateral: 30%		
Transmissão: Sychromesh, 5 velocidades para a frente e 1 para trás					
Relação peso/potência: 15,6 hp/Ton			Consumo por Km: 4 l/Km		
SUSPENSÃO					
Tipo: VVSS (Vertical volute spring suspension) no Sherman Dozer e HVSS (Horizontal volute spring suspension) no outro			Rodas do trilho: 3 bogies com duas rodas cada, de cada lado		
Roletes guias: 1 atrás de cada bogie			Rodas compensadoras: Não		
Rodas motoras: As da frente			Rodas tensoras: As da retaguarda		
Amortecedores: Não tem					
ARMAMENTO					
Tipo	Campo de tiro		Alcance	Munições	Tipo de munições
	Horizontal	Vertical			
Peça de 7,6 cm	360°	+25° a -12°	1.200 m	71	
Metralhadora coaxial .30			800 m	6.250	
Metralhadora da proa.30			400 m		
Metralhadora exterior .50			1.200 m	600	
SISTEMA DE PONTARIA E CONTOLO DE TIRO					
Tipo do sistema: Luneta. Rotação e elevação das armas manual e hidráulico.					
Visão nocturna:			Telémetro:		
Periscópios:			Projetor I.V. luz branca		
Intensificador de luz:			Computador de tiro:		
PROTEÇÃO					
Blindagem: 19 a 108 mm			NBQ: Não tem		
Fumos: Lança bombas de fumos M3 de 5cm – 14 granadas			Contra incêndios: Extintor		
TRANSMISSÕES					
Rádio	Posto de rádio E/R SCR-508/528.				
Intercomunicação					
Telefone exterior:	Não tem				

Fig. 22 - Caraterísticas dos Carros de Combate "Sherman" com peça de 7,6 cm

d. Sistema de Transmissões dos Carros de Combate da Divisão NATO

Os carros de combate da Divisão NATO vinham equipados com o posto de rádio emissor recetor SCR-508/528.

O SCR-508 tinha possibilidade de estar em duas frequências, enquanto o SCR-528 só permitia uma.

Este equipamento também assegurava a intercomunicação entre os membros da guarnição e a ligação com o pessoal apeado, utilizando o telefone exterior.

Carros de combate de comando (grupo, esquadrão, pelotão e 1.ª secção dos pelotões):

- Emissor –recetor SCR-508 (permitia estar em duas frequências diferentes, ao mesmo tempo)

Outros carros de combate:

- Emissor –recetor SCR-528 (só permitia estar numa frequência)

Todos os carros:

- Sistema de intercomunicação (Chefe de carro, apontador, municiador, condutor e metralhador)
- Telefone exterior RC-298 ou NA/VIA-1 para ligação com as tropas apeadas.

O SCR-508/528:

- Trabalhava em fonia na banda dos 20,0 Mc/s aos 27,9 Mc/s, em 80 canais espaçados de 100 Kc/s.

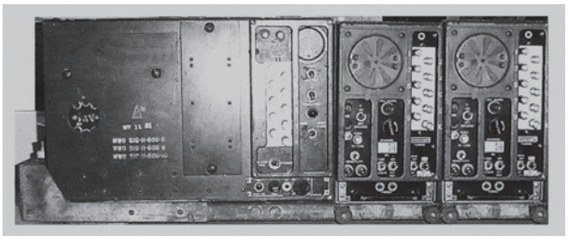


Fig. 23 - SCR-508
Fonte: Manual do equipamento

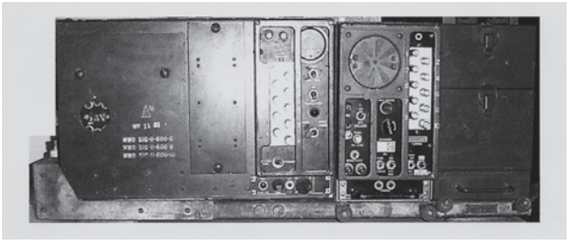


Fig. 24 – SCR-528
Fonte: Manual do equipamento

- A alimentação era de 12/24 V/DC;
- Tinha dez canais pré-sintonizados;
- O alcance era de cerca de 15 Km;
- O rádio era de Frequência Modulada (FM).

Para a ligação com a infantaria os CC M-47 estavam equipados com o posto de rádio AN/VRC-3.

O AN/VRC-3:

– Trabalhava em fonia na banda dos 40,0 Mc/s aos 48,0 Mc/s, sintonização contínua.
– A alimentação era de 6/12/24 V/DC;
– O alcance era de cerca de 5 Km;
– O rádio era de Frequência Modulada (FM).

Em 1977, os rádios que equipavam inicialmente os M-47 foram substituídos respectivamente pelo AN/GRC-7, o SCR-508, e pelo AN/GRC-8, o SCR-528. Estes equipamentos permitiram a ligação com os rádios que equipavam os CC M-48 A5 e as unidades da Brigada Mista Independente.

Eram de frequência modulada e trabalhavam em fonia.

Fig. 25 - Posto de Rádio AN/VRC-3
Fonte: Arma de Transmissões

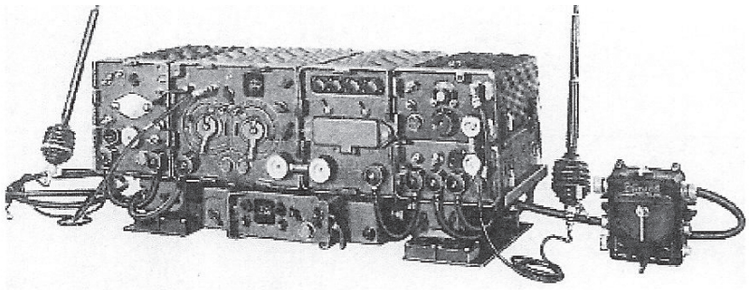


Fig. 26 – E/R AN/GRC-7
Fonte: Manual do equipamento

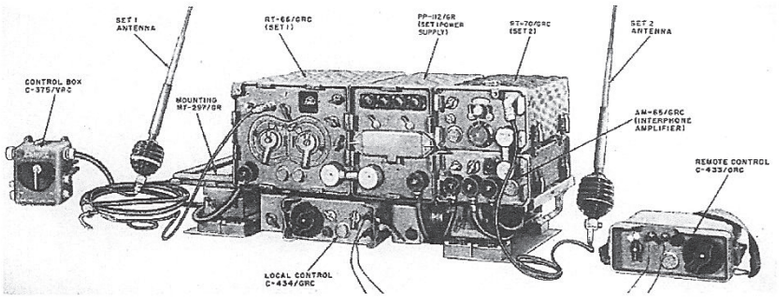


Fig. 27 – E/R AN/GRC-8
Fonte: Manual do equipamento

Componentes Principais	AN/GRC-7	AN/GRC-8	Banda de Frequências	Alcance
Emissor/ recetor RT-68	1	1	38,0 a 54,9 Mc/s	20 Km
Emissor/recetor RT-70	1	1	47,0 a 58,0 Mc/s	5 Km
Recetor R-110	1	-	38,0 a 54,9 Mc/s	–

Desembaraço Tático: Reflexões de um Comandante do GCC-IV

O **Desembaraço tático** significa a nossa capacidade de operar os equipamentos como sugere a nossa doutrina mas inteligentemente adaptada à realidade que nos é imposta pelo terreno que pisamos e o adversário que possamos vir a enfrentar. Para isto não basta sabermos o que vem nos livros, é preciso, também, muita criatividade e iniciativa.

META INATINGÍVEL

O desembaraço tático tal como foi definido no conjunto da prontidão para o combate que adotámos no GCC (que inclui a condição física e a proficiência técnica abordada nos artigos anteriores) era praticamente impossível de atingir. Se a condição física e a proficiência técnica exigem muita determinação, a questão do desembaraço tático exigiria uma prática que as restrições orçamentais e a ausência de simulação neste domínio tornavam impossível a sua concretização. Mesmo assim a definição que adotámos tentava chamar a atenção para o adversário e o terreno, além dos meios (hardware) que operamos segundo a doutrina (software) em vigor.

TCOR Cav MIGUEL FREIRE
AM

Em Combate, o Exército Português só empregou CC em África, no Teatro de Operações de Angola, numa situação muito particular, e fê-lo com apenas três CC M5A1. Esta verdadeira epopeia está soberbamente documentada pelo seu mentor, major de Cavalaria João Luíz Mendes Paulo, na sua obra "Elefante Dundum"[1]. Este facto torna-nos talvez no único país da NATO sem experiência de combate, nem sequer de operações nos TO atuais, com unidades de carros de combate. A mesma lógica é aplicada aos meios pesados com trilhos que equipam a Brigada Mecanizada. É certo que, como repetidas e amiúde vezes ouvimos, a Brigada Mecanizada tem sido uma escola de "armas combinadas" e uma escola de emprego de meios blindados, mas a primeira e única vez que o Exército decidiu projetar meios de lagartas para um TO (falamos do Kosovo em 1999, com o Agrupamento Bravo) a opção foi de equipar um Esquadrão de Policia do Exército com estes meios (valeu os Quadros Permanentes de Cavalaria terem todos formação técnica e tática das VBTP M113), depois formou-se e equipou-se uma outra companhia de infantaria de uma unidade sem viaturas blindadas (para integrar o Agr Charlie) para finalmente se projetar uma unidade proveniente do único Batalhão com conhecimento consolidado e equipado com esta plataforma, o 1ºBIMec (para integrar o Agr Delta). Ou seja, servem estas linhas para deixar claro que o conhecimento e experiência para emprego tático dos meios blindados, principalmente de CC, é uma vulnerabilidade do nosso Exército. Se juntarmos a este facto, um outro que nos lembra que estes meios são sempre empregues no mesmo terreno – o Campo Militar de Santa Margarida – facilmente se reitera a ideia desta vulnerabilidade. Entendo que esta ideia deverá ser o ponto de partida para uma cadeia de comando que queira levar a sério o treino operacional deste tipo de unidades.

Na nossa concetualização o **desembaraço tático** incluía três aspetos relevantes: a **liderança**; o **Planeamento e Comando e Controlo**; e a **Tática** propriamente dita. As indicações dadas aos Comandantes de esquadrão e EM do GCC, logo após ter iniciado funções, para planeamento das atividades relacionadas com o desembaraço tático foram as seguintes:

Fase de Planeamento:

- Respeitarem tanto quanto possível as prioridades de esforço e as matérias definidas;
- Envolverem a cadeia de comando a cada um dos níveis;
- Sempre que possível envolver treino cruzado (Infantaria, Sa-

padores, Artilharia, Apoio de Combate);
- Nos cenários a criar promover sempre as condições de: áreas urbanas, Regras de Empenhamento restritivas, a existência de pessoas e um ambiente de subversão;
- Definirem, claramente, quais os objetivos a alcançar e que fossem exequíveis e mensuráveis.
- Reservarem as segundas 5ªfeiras (11h30-13h00) de todos os meses para Instrução de Quadros do GCC.

Fase de Preparação:
- Privilegiem as instruções ao ar livre em vez de ser em sala;
- Prefiram caixas de areia a apresentações em *powerpoint*;
- Façam uma avaliação do risco quando se realizarem atividades inovadoras;
- Socorram-se, sempre que possível, de exemplos reais, mesmo que sejam de outros exércitos aliados.

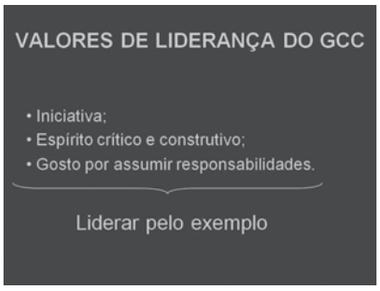
Fase de Execução:
- Sempre que possível incorporem fatores competitivos que promovam um salutar espírito de querer fazer mais e melhor em cada um dos militares e no conjunto das unidades (exemplo: guarnição, pelotão).

Fase de Avaliação:
- Partilharem com o Comando do GCC e com os outros Cmdts de Esquadrão técnicas e ideias que considerem que contribuam para o melhoramento dos militares e das subunidades.

O desembaraço tático deve ser uma preocupação de toda a cadeia de comando do GCC mas a sua execução deve ser uma preocupação do comando dos esquadrões. O papel do Comando do GCC deveria ser criar condições para que isso acontecesse, apoiando com os recursos materiais e humanos necessários. Atividades da responsabilidade do comando do GCC no domínio do desembaraço tático, estavam, na vida diária da unidade, limitadas a uma vez por semana e vocacionadas, preferencialmente, para os quadros (oficiais e sargentos) do GCC.

A LIDERANÇA MILITAR

A Liderança é algo que se vive todos os dias e é central ao exercício da profissão das armas, por isso mesmo não pode ser assumida como um dado adquirido e limitado a aprender pelo que se vê fazer de bem ou de mal. Na ausência de um Manual ou Regulamento do Exército Português[2] sobre liderança e o qual nos oriente para os valores que a instituição considera como chave para o comando de tropas, como forma de valorizar e promover a coesão e proficiência das unidades defini as qualidades que considerava que deviam fazer parte do ADN de qualquer líder do GCC, desde o seu Comandante até ao soldado mais moderno que tem de ser capaz de se comandar a si próprio. Apresentei esta ideia na primeira instrução de quadros, logo após uma semana de ter tomado posse, a todos os oficiais e sargentos do GCC. Duas semanas mais tarde, falei também aos cabos,



Valores de liderança.

na presença dos comandantes de esquadrão e respetivos adjuntos, sobre o que esperava do determinante patamar que ocupavam na cadeia de comando da unidade. Uma outra ideia que ficou por fazer foi ridigir, com a participação dos Comandantes aos vários níveis, um "código de liderança" do RC4.

Numa abordagem pragmática e de senso comum, fugindo deliberadamente a interpretações académicas (que são deveras importantes mas que não se enquadram no contexto deste artigo), o que distingue a liderança militar de tudo o resto é que de um líder militar é esperado a capacidade de cumprir uma missão, qualquer que ela seja, havendo fortes probabilidades de ter que infligir danos severos a pessoas e bens que se nos opõe e aceitar o mesmo risco (de danos severos e até a própria morte) para si e para os militares que comanda. Não incluir de forma clara e inequívoca esta dimensão quando se fala em liderança militar é estarmos a enganar e a não falar verdade. Felizmente vivemos operações que não nos têm obrigado a compreender isto com perdas elevadas, mas o tempo de paz não nos pode esquecer de relembrar, todos os dias, esta dimensão única da liderança militar. Para colmatar a falta desta experiência de combate nas gerações atuais, procurei nas sucessivas instruções de quadros trazer "sabedoria de experiência feita" falada na primeira pessoa. Pessoalmente considerei tremendamente enriquecedor ouvir os testemunhos da geração que combateu em África, nomeadamente do Coronel de Cavalaria Pinto Pereira[3], o SMor Cav Lourenço e o ex-combatente Soldado Diamantino Pires Garção. Percorremos, assim, os diferentes patamares da cadeia de comando: o patamar de oficial, sargento e da praça. Como referi num

artigo anterior, a palestra do Senhor Diamantino Pires Garção foi, obviamente, alargada a todas as praças do GCC e do ERec. Para os graduados também era importante perceber a perspetiva do liderado e da liderança entre iguais. Ainda com o objetivo de alargar o leque da experiência da liderança em combate procurei (mas a dinâmica do dia-a-dia não me deixou encontrar tempo e condições) realizar uma outra iniciativa, exclusivamente vocacionada para os oficiais Comandantes de Esquadrão e do Estado-maior do Grupo, que consistia em facultar um artigo escrito por alguém que partilhava candidamente a sua experiência de comando de tropas em operações. Como isto, infelizmente!, quase não existe em português, procurei fontes estrangeiras. A ideia era simples: dava uma semana para o pessoal ler o artigo e depois, reunidos, debatermos as ideias chave, procurando analisar criticamente (e até por comparação entre os presentes) aquilo que fazemos ou que deveríamos fazer. Hoje arrependo-me de não me ter comprometido seriamente com esta iniciativa pois tenho a certeza que seria uma forma de, dentro da cadeia de comando, nos conhecermos melhor e, de uma forma pessoal e dependendo exclusivamente do interesse de cada um, criar condições para um aperfeiçoamento na arte da liderança. Esta técnica foi usada, como veremos mais adiante, para falar de tática e condução de operações militares.

PLANEAMENTO E COMANDO & CONTROLO

O Exército tem aprovado para uso, desde 2007, o PDE 5-00 Planeamento Táctico e Tomada de Decisão [4] no qual preconiza diferentes soluções de planeamento quer seja para os baixos escalões (aqueles cujo comandante não é apoiado por um EM) até aos escalões mais elevados (em que o Comandante tem EM). O Processo de Decisão Militar (PDM) ou os procedimentos de Comandante são ensinados e praticados nos diferentes tirocínios e cursos de promoção e estão na base da abordagem tática aos temas apresentados nesses cursos. Mas quantas vezes é que as unidades em exercícios ou em operações os usam de forma consistente? Infelizmente muito poucas. Na preparação dos temas para exercícios as secções de EM acabam por ir fazendo cada uma o seu trabalho sem nunca interagirem cabalmente como estado-maior e, em operações, como geralmente estão todas tão atarefadas, uma vez mais, a interação entre secções é mínima e limitada ao inevitável. Vi alguns EM de unidades de escalão batalhão e de brigada, sei bem do que falo! Na Brigada Mecanizada a única forma que presenciei para inverter esta situação foi fecharmos todo o EM nas instalações do Teatro de Treino de Tiro e em 24 horas, *non-stop* , conduzirmos todo o planeamento para elaboração do Plano de Operações com vista à participação da Brigada Mecanizada no exercício Halberd 09, em Espanha. A conclusão a que cheguei é que na "fase de planeamento e decisão" não estamos – de todo! – habituados a trabalhar em EM. Quando digo "em EM" refiro-me a um trabalho de equipa que inclui organicamente sargentos e praças. Gostei desta experiência e na primeira oportunidade, já em fim de comando, realizei-a no GCC por ocasião da nossa participação no exercício Real Thaw 12 (RT 12), com a Força Aérea. Montámos o Posto de Comando Completo do GCC, no interior do Quartel mas longe das instalações fixas do EM, adaptei um Plano de Operações da brigada de um exercício anterior para dar corpo ao escalão superior na componente terrestre, no contexto do tema do exercício RT12, já que por ser direcionado para a Força Aérea era bastante omisso nessa matéria. Nestas condições iniciámos o Processo de Decisão Militar que iria dar origem à nossa Ordem de Operações que seria transmitida aos Esquadrões e dos quais estes, em modo "*field training exercise*" , iriam cumprir tarefas com apoio real de meios aéreos. Uma vez mais – e aqui as culpas era só imputáveis a mim pois já tínhamos pouco mais

Posto de Comando do GCC montado no interior do QCav.

de um ano de trabalho em equipa – constatei não estarmos habituados a trabalhar em EM. Mais, foi com algum embaraço que verifiquei alguns dos meus oficiais de EM a adotarem uma apresentação teatral como se estivessem em curso, começando por se apresentarem, como se não nos conhecemos ou se eu estivesse ali para lhes dar uma nota final. Realizar este tipo de treino só após um ano de comando e induzido por um exercício pode refletir a minha falta de determinação para que isto constituísse, efetivamente, um requisito de treino, ou, então, pode querer demonstrar que mesmo com Comandantes empenhados para que isso possa acontecer (pois é preciso mobilizar recursos e libertar-nos temporariamente de exigências não-operacionais e secundárias) a vida das unidades operacionais do Exército (neste caso da BrigMec, mas também de outras grandes unidades) é consumida por *fait-divers* não essenciais à prontidão para o combate.

A participação no RT 12 constituiu também uma oportunidade para rever algumas das Normas de Execução Permanente (NEP) operacionais do GCC. As NEP são extraordinariamente importantes porque ao padronizar técnicas e procedimentos permite poupar tempo e levar o EM a concentra-se no essencial. As NEP do GCC já não estão atualizadas à orgânica de pessoal e material em vigor, muito menos àquela que é a realidade das existências quer de pessoal quer de material. E aqui começava logo a dificuldade pois pretendíamos normalizar "execuções permanentes" sem ter o pessoal e o material para as realizar. Por isso os objetivos foram sempre modestos: orientados pelo quadro orgânico em vigor e com base nas NEP do GCC ainda em vigor, NEP de outras unidades nacionais (nomeadamente do 1º BIMec) e estrangeiras, atualizarmos as NEP das áreas que poderíamos com alguma seriedade testar e, depois, validar. Inspirado pela minha experiência no Afeganistão e com base num papel que vi afixado numa parede do QG da ISAF, em Cabul, fiz questão de introduzir a primeira NEP de todas a que chamei "Esforço de Trabalho" a qual, como o próprio nome indica, deveria orientar tudo.

Vista do acesso ao PC do GCC (Real Thaw 12).

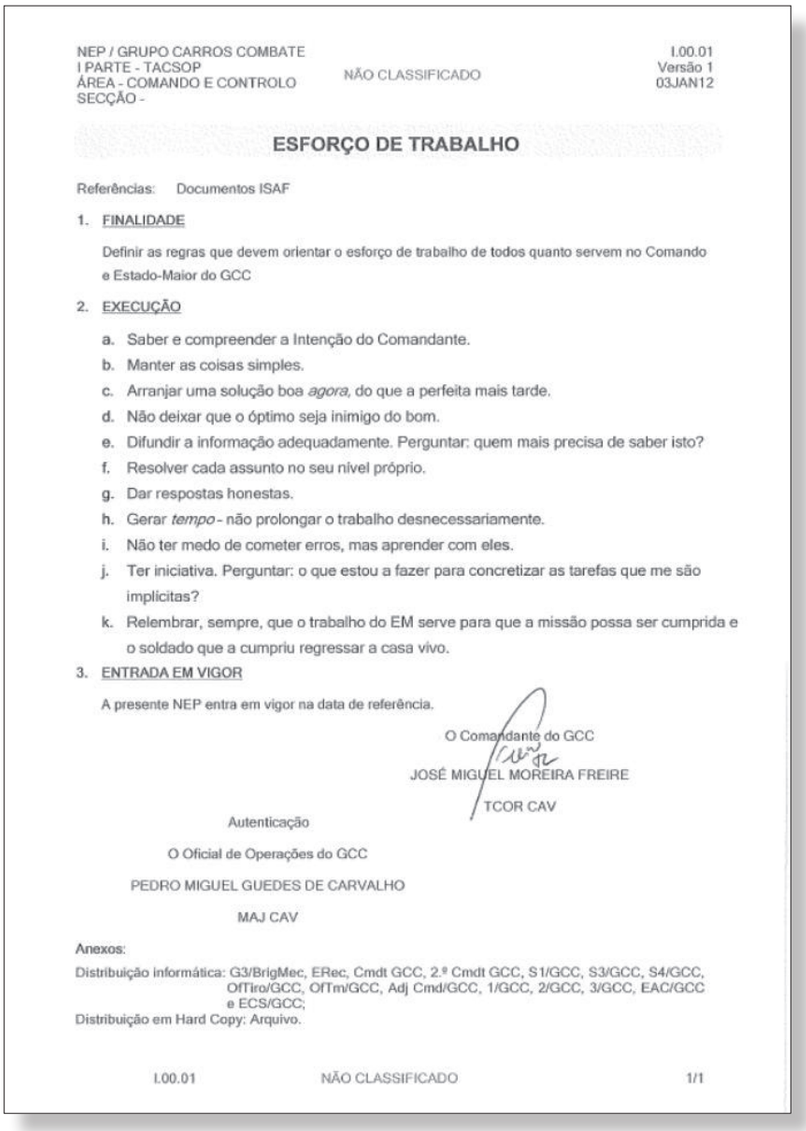
Interior da Sala de Reuniões e Briefings do Posto de Comando.

TÁTICA E CONDUÇÃO DE OPERAÇÕES

Com as tremendas restrições orçamentais, ausência de meios de simulação tática e com os CC Leopard 2 A6 parados tivemos de encontrar formas criativas para, pelo menos, falarmos de Tática e Condução de Operações. Para cumprir este objetivo foram usadas duas metodologias: Análise de artigos e os Temas de Decisão Tática.

Análise de artigos

A forma com que começámos a procurar falar de tática e de operações militares foi usando artigos escritos por oficiais e sargentos de outros exércitos com essa experiência, nomeadamente o Exército Americano[5]. Com base em artigos escritos sobre o Teatro de Operações do Iraque e do Afeganistão, era dado a cada um dos Esquadrões um artigo que



NEP / GRUPO CARROS COMBATE
I PARTE - TACSOP
ÁREA - COMANDO E CONTROLO
SECÇÃO -

NÃO CLASSIFICADO

I.00.01
Versão 1
03JAN12

ESFORÇO DE TRABALHO

Referências: Documentos ISAF

1. FINALIDADE

Definir as regras que devem orientar o esforço de trabalho de todos quanto servem no Comando e Estado-Maior do GCC

2. EXECUÇÃO

a. Saber e compreender a Intenção do Comandante.
b. Manter as coisas simples.
c. Arranjar uma solução boa *agora*, do que a perfeita mais tarde.
d. Não deixar que o óptimo seja inimigo do bom.
e. Difundir a informação adequadamente. Perguntar: quem mais precisa de saber isto?
f. Resolver cada assunto no seu nível próprio.
g. Dar respostas honestas.
h. Gerar *tempo* - não prolongar o trabalho desnecessariamente.
i. Não ter medo de cometer erros, mas aprender com eles.
j. Ter iniciativa. Perguntar: o que estou a fazer para concretizar as tarefas que me são implícitas?
k. Relembrar, sempre, que o trabalho do EM serve para que a missão possa ser cumprida e o soldado que a cumpriu regressar a casa vivo.

3. ENTRADA EM VIGOR

A presente NEP entra em vigor na data de referência.

O Comandante do GCC
JOSÉ MIGUEL MOREIRA FREIRE
TCOR CAV

Autenticação
O Oficial de Operações do GCC
PEDRO MIGUEL GUEDES DE CARVALHO
MAJ CAV

Anexos:
Distribuição informática: G3/BrigMec, ERec, Cmdt GCC, 2.º Cmdt GCC, S1/GCC, S3/GCC, S4/GCC, OfTiro/GCC, OfTm/GCC, Adj Cmd/GCC, 1/GCC, 2/GCC, 3/GCC, EAC/GCC e ECS/GCC;
Distribuição em Hard Copy: Arquivo.

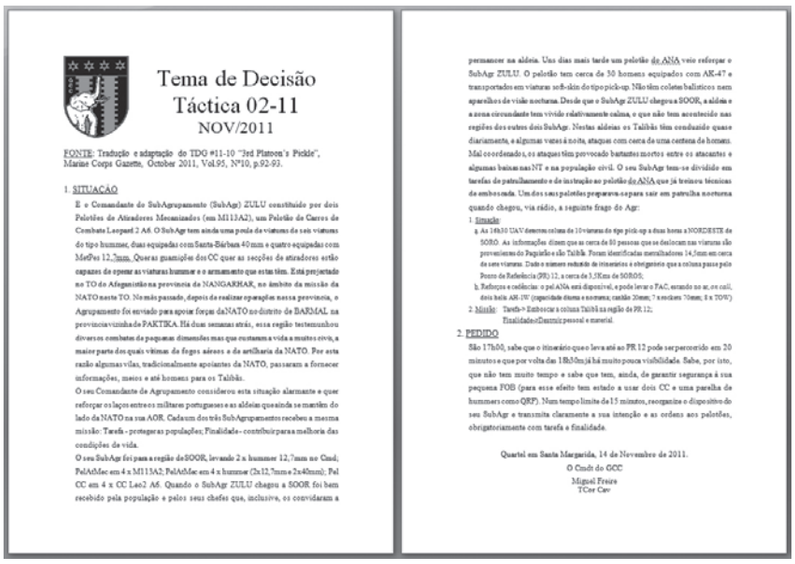
I.00.01 NÃO CLASSIFICADO 1/1

NEP I.00.00 – Esforço de trabalho.

deveria ser apresentado por quem e como fosse entendido pelo respetivo Comandante de Esquadrão. O que se pretendia era identificar Técnicas, Táticas e Procedimentos (TTP), mas também compreender a complexidade das operações atuais e as exigências de liderança. Procurou-se usar artigos vocacionados para os baixos escalões: de esquadrão até pelotão. A experiência foi interessante pois os esquadrões não se limitaram a ler os artigos, sentiram-se obrigados a pesquisar mais para tornar as sessões interessantes e enriquecedoras. Houve quem se socorresse de apresentações *powerpoint* ou quem usasse uma caixa de areia para replicar o terreno da operação em análise. O resultado foi conseguir-se, de uma forma séria, trazer até nós a realidade exigente das operações atuais.

Temas de Decisão Tática

Esta técnica não era novidade no GCC, apenas retomámos uma prática já em curso quando era comandante do GCC o então Tenente-coronel Calçada. O modelo usado foi genericamente o mesmo do publicado no Jornal do Exército (JE) em finais da década de noventa[6]. Os temas usados foram adaptações de alguns temas já publicados no JE e de outros na *Marine Corps Gazette*. As preocupações na adaptação foram ajustar os temas às situações que se vivem no Afeganistão procurando criar organizações flexíveis mas equipadas, não só mas também, com os meios orgânicos do GCC. Era pouco provável que se concretizasse uma unidade equipada com os Leopard 2 A6 do Exército Português no Afeganistão, mas o que se pretendia aqui era desafiar a abordagem tática da cadeia de comando dos esquadrões com situações complexas semelhantes às que se passam no TO do Afeganistão mas com o emprego dos meios que equipam a unidade e os quais são operados todos os dias pelos militares. Os temas eram debatidos na sala da caixa de areia e era atribuído a um Esquadrão a responsabilidade da preparação da Caixa de Areia e a apresentação de uma modalidade de ação pelo seu comandante, após a qual se entrava em debate. As discussões foram sempre interessantes mas existiam duas preocupações que devem ser acauteladas nestes temas: primeiro, para evitar melindres tipicamente do "ser português" era preciso insistir que as críticas não eram contra as pessoas que as apresentavam, eram formas de analisar a ideia apresentada; segundo, o debate era aberto e, por isso, não podia haver (novamente) melindres se, no desenrolar do tema e na fase de debate, um Cmdt de Esquadrão criticasse uma opção tática do Cmdt do GCC ou um Cmdt de Pelotão questionasse de forma pertinente uma opção do Cmdt de esquadrão. Se tivermos bem presente que não há soluções escolares e que os TDT não são destinados para revelar "dotes táticos" dos Cmdts aos diferentes níveis, muito menos para afirmação



Tema de Decisão
Táctica 02-11
NOV/2011

FONTE: Tradução e adaptação do TDG #11-10 "3rd Platoon's Pickle", Marine Corps Gazette, October 2011, Vol.95, Nº10, p.92-93.

1. SITUAÇÃO

É o Comandante do SubAgrupamento (SubAgr) ZULU constituído por dois Pelotões de Atiradores Mecanizados (em M113A2), um Pelotão de Carros de Combate Leopard 2 A6. O SubAgr tem ainda uma ponte de viaturas de seis viaturas do tipo hummer, duas equipadas com Sarta Bárbara 40mm e quatro equipadas com MetPes 12,7mm. Quanto guarnições dos CC que as secções de atiradores estão capazes de operar as viaturas hummer e o armamento que estas têm. Está projectado no TO do Afeganistão na província de NANGARHAR, no âmbito da missão da NATO neste TO. No mês passado, depois de realizar operações nessa província, o Agrupamento foi enviado para apoiar forças da NATO no distrito de BARMAL na província vizinha de PAKTIKA. Há duas semanas atrás, essa região testemunhou diversos combates de pequenas dimensões mas que ceifaram a vida a muitos civis, a maior parte dos quais vítimas de fogos aéreos e da artilharia da NATO. Por esta razão algumas vilas, tradicionalmente apoiantes da NATO, passaram a fornecer informações, meios e até homens para os Talibãs.

O seu Comandante de Agrupamento considerou esta situação alarmante e quer reforçar os laços entre os militares portugueses e as aldeias que ainda se mantêm do lado da NATO na sua AOR. Cada um dos três SubAgrupamentos recebeu a mesma missão: Tarefa - proteger a população; Finalidade - contribuir para a melhoria das condições de vida.

O seu SubAgr foi para a região de SOOR, levando 2 x hummer 12,7mm no Cmd; PelAtMec em 4 x M113A2; PelAtMec em 4 x hummer (2x12,7mm e 2x40mm); Pel CC em 4 x CC Leo2 A6. Quando o SubAgr ZULU chegou a SOOR foi bem recebido pela população e pelos seus chefes que, inclusive, os convidaram a permanecer na aldeia. Uns dias mais tarde um pelotão de ANA veio reforçar o SubAgr ZULU. O pelotão tem cerca de 30 homens equipados com AK-47 e transportados em viaturas soft-skin do tipo pick-up. Não têm coletes balísticos nem aparelhos de visão nocturna. Desde que o SubAgr ZULU chegou a SOOR, a aldeia e a zona circundante tem vivido relativamente calma, o que não tem acontecido nas regiões dos outros dois SubAgr. Nestas aldeias os Talibãs têm conduzido quase diariamente, e algumas vezes à noite, ataques com cerca de uma centena de homens. Mal coordenados, os ataques têm provocado bastantes mortos entre os atacantes e algumas baixas nas NT e na população civil. O seu SubAgr tem-se dividido em tarefas de patrulhamento e de instrução ao pelotão do ANA que já treinou técnicas de emboscada. Um dos seus pelotões preparava-se para sair em patrulha nocturna quando chegou, via rádio, a seguinte fraga do Agr:

1. Situação:
   a. As 18h30 UAV detectou coluna de 10 viaturas do tipo pick-up a duas horas a NORDESTE de SOR0. As informações diziam que as cerca de 80 pessoas que se deslocam nas viaturas são provenientes do Paquistão e são Talibã. Foram identificadas metralhadoras 14,5mm em cerca de seis viaturas. Dado o número reduzido de itinerários e obrigatório que a coluna passe pelo Posto de Referência (PR) 12, a cerca de 3,5Kms de SOR00;
   b. Reforços e cadáveres: o pelANA está disponível, e pode levar o PAC, usando no ar, os cail, dois bala AK-IV (capacidade diurna e nocturna; cartão 30mm; 7 x mísseis 70mm; 8 x TOW)
2. Missão: Tarefa -> Emboscar a coluna Talibã na região de PR 12;
   Finalidade -> Destruir pessoal e material.

2. PEDIDO

São 17h00, sabe que o itinerário que o leva até ao PR 12 pode ser percorrido em 20 minutos e que por volta das 18h30m já há muito pouca visibilidade. Sabe, por isto, que não tem muito tempo e sabe que tem, ainda, de garantir segurança à sua pequena FOB (para esse efeito tem estado a usar dois CC e uma parelha de hummers como QRF). Num tempo limite de 15 minutos, reorganize o dispositivo do seu SubAgr e transmita claramente a sua intenção e as ordens aos pelotões, obrigatoriamente com tarefa e finalidade.

Quartel em Santa Margarida, 14 de Novembro de 2011.

O Cmdt do GCC
Miguel Freire
TCor Cav

pessoal de quem quer que seja, então temos as condições reunidas para que os TDT sejam uma excelente ferramenta para desenvolver o gosto pela tática, aprimorar sensibilidades para o uso dos Elementos Essenciais da Tática e permitir um melhor conhecimento mútuo na abordagem aos problemas por cada um dos elementos da cadeia de comando do GCC. Caso contrário, a relembrar alguns temas táticos em ambiente de curso (principalmente no CPOS), corremos o risco de ter uma análise superficial que procura simplesmente rebater o que é apresentado sem compromissos com alternativas e que rapidamente leva à desmotivação. Os (poucos) TDT que realizámos exigiram alguma perseverança e aceitação da condição de se fazer "com quem está disponível" e longe do desejável de "toda a gente que deve estar". Também não garanto que as ideias que aqui transmiti tenham sido cabalmente implementadas: é que é preciso tempo para formar equipas verdadeiras!

O passo seguinte, e não foi realizado, seria adaptar um TDT a uma porção de terreno perto da unidade (qualquer vila ou aldeia na periferia do Campo Militar) e depois realizar o TDT não na caixa de areia mas sim no próprio terreno, ou seja, os intervenientes posicionados num local que permitisse observação ampla sobre o terreno onde, no contexto dos TDT em questão, decorreria a ação principal. Este seria um passo importante pois colocar-nos-ia no próprio terreno e portanto obrigaria a abordagens mais realistas. Esta situação é muito próxima do modelo que os americanos chamam de *Tactical Exercise Without Troops* (TEWT) e é perfeitamente indicado para treinar, por exemplo operações de baixos escalões (até escalão companhia) em áreas urbanas.

ATINGIR A META

Alcançar o desembaraço tático nas unidades de cavalaria (e de uma forma geral nas unidades operacionais do exército) não é fácil mas também não é inatingível, como muitas vezes senti quando estava a comandar o GCC. Nos exércitos aliados, sucessivamente empenhados em operações de combate, a procura do desembaraço tático consome imensos recursos financeiros, técnicos e humanos, para a prossecução de um domínio face ao adversário que consiga impor a vontade na prossecução dos objetivos estabelecidos com um dispêndio de vidas humanas o menor possível. No Exército Português o desembaraço tático é o parente pobre de todo o treino operacional, pois é fácil encenar exercícios onde tudo (aparentemente) corre bem sem termos a noção dramática do que seriam as consequências reais de alguns erros cometidos. Por outro lado é também fácil encenar em dias de demonstração VIP algum "fogo e movimento" que ilude e enche o olho a quem nos visita e o ego a nós próprios e a quem nos comanda. Mas o que precisamos de nos questionar, com honestidade e alguma frieza, é se estamos seriamente empenhados na sua procura ou se vamos apenas gerindo o dia-a-dia como podemos e nos deixam.

Acredito que o desembaraço tático é atingível, haja vontade e determinação para com criatividade, iniciativa e alguma inteligência usarmos os muito poucos recursos que temos agora e no futuro próximo.

NOTAS

1 PAULO, João Luis Mendes (2006) – Elefante DunDum, Edição do Autor.

2 Quase todos os exércitos não prescindem de ter um regulamento sobre liderança onde abordam de forma pragmática o que é a liderança, bem como os valores e competências que em cada caso as instituições privilegiam.

3 Por iniciativa do Comando da Brigada Mecanizada foi organizado um seminário de Liderança no qual, uma vez mais, e agora alargado a oficiais e sargentos das unidades da Brigada, ouvimos o testemunho genuíno e intenso do nosso Coronel.

4 Antes de 2007 o Processo de Decisão Militar não existia como regulamento doutrinário mas sim como publicação de apoio a cursos.

5 Mas também se encontram coisas muito interessantes escritas por britânicos, canadianos e australianos (é a velha comunidade anglo-saxónica).

6 FREIRE, Miguel (1999) – Uma excelente ferramenta de trabalho: Temas de Decisão Táctica, Jornal do Exército, Jan.-Fev.

Escola Prática de Cavalaria

REALIZAÇÃO DO CURSO DE GUIAS E SUB-GUIAS DA JUNTA REGIONAL DE PORTALEGRE-CASTELO BRANCO, DO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS, NA EPC

Decorreu entre 26 e 27Jan13, na Escola Prática de Cavalaria, o Curso de Guias e Sub-Guias da Junta Regional de Portalegre-Castelo Branco, do Corpo Nacional de Escutas, com o apoio do Exercito Português.
A pedido daquela instituição, e superiormente aprovado, esta unidade centralizou e coordenou todo o apoio logístico empenhado no evento, que envolveu cerca de 225 jovens formandos dos 8 aos 22 anos, e 50 Chefes.
O Curso, que decorreu no interior da EPC, envolveu uma série de atividades, nomeadamente formação técnica de socorrismo, liderança, conduta cívica, voluntariado e tarefas de desembaraço e destreza física. Para o efeito foi disponibilizado espaço para acampamento, infraestruturas sanitárias e de alojamento, a permanência no local da Unidade de divulgação do Exército, do GAP de Tomar e ainda a montagem e operação da Torre de Multiactividades.

VISITA DOS ALUNOS DO PROGRAMA INTEGRADO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DR MANUEL FERNANDES, À EPC

Em 30Jan13, no âmbito do respetivo plano escolar, um grupo de alunos e respetivos docentes pertencentes ao Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) da Escola Secundária Dr Manuel Fernandes, visitou a Escola Prática de Cavalaria.
Foi proporcionada uma visita à Colecção Visitável da Cavalaria Portuguesa "TCor Cav Salgueiro Maia" e às Instalações da EPC, nomeadamente Cavalariças e Picadeiro, onde foi ministrada uma pequena instrução de volteio.

EPC PROPORCIONA PALESTRA DE APRESENTAÇÃO DA JUNTA REGIONAL DE PORTALEGRE-CASTELO BRANCO, DO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS

No âmbito do Ciclo de Palestras do Núcleo de Estudos e Reflexão (NER), realizou-se em 06Fev13, no Auditório da EPC, uma Palestra subordinada ao Tema " Estrutura e Funcionamento da Junta Regional de Portalegre-Castelo Branco do Corpo Nacional de Escutas"".
A convite do Comando da EPC, a Junta fez-se representar por 4 dos seus dirigentes, tendo a Palestra sido apresentada pelo Chefe Regional, Paulo Miguel Matos Trolho Bicho e Silva e pelo Chefe Regional Adjunto e Secretário Regional Pedagógico António Fernando Maria Janeiro Madeira.
Além da origem e caracterização do Escutismo, estes dirigentes, abordaram ainda o funcionamento, estrutura e articulação desta nobre instituição, quer a nível Nacional, como Regional e Local.

EPC PROPORCIONA PALESTRA SOBRE " OS BOMBEIROS E A SUA ORGANIZAÇÃO OPERACIONAL"

No âmbito do Ciclo de Palestras do Núcleo de Estudos e Reflexão (NER), realizou-se em 20Mar13, no Auditório da EPC, uma Palestra subordinada ao Tema " Os Bombeiros e a sua organização operacional".
A convite do Comando da EPC, a Palesta foi realizada pelo Comandante dos Bombeiros Municipais de Abrantes Senhor António Jesus, e proporcionou o conhecimento mais aprofundado da atividade e funcionamento do Corpo de Bombeiros, quer a nível nacional, quer a nível concelhio.
O Comandante dos Bombeiros Municipais de Abrantes, abordou ainda o funcionamento geral e as diferenças entres os Bombeiros Voluntários e os Municipais quer a nível orçamental bem como a nível hierárquico.

A EPC PARTICIPA, COM UMA FORÇA A CAVALO, NA CERIMÓNIA COMEMORATIVA DO 95º ANIVERSÁRIO DA BATALHA DE LA LYS, EM ABRANTES

Realizou-se em 09Abr13, junto ao Monumento aos Combatentes da Grande Guerra e do Ultramar, no Centro Histórico da cidade de Abrantes, a Cerimónia Comemorativa do 95º Aniversário da Batalha de La Lys.
Contribuindo de forma significativa para o brio e a dignidade que este tipo de cerimónias merece, a EPC, associou-se ao Núcleo de Abrantes da Liga dos Combatentes, na referida Celebração, tendo participado na Cerimónia Militar com uma Guarda de Honra, a Cavalo.

CERIMÓNIAS COMEMORATIVAS DO DIA DA ARMA DE CAVALARIA E 123.º ANIVERSÁRIO DA EPC

Comemorou-se no passado dia 17 de Abril no Quartel de São Lourenço em Abrantes, o Dia da Cavalaria e os 123 anos da sua Escola Prática. A Cerimónia foi presidida por SExa o CEME, General Artur Neves Pina Monteiro e contou com a presença de altas individualidades militares e civis.
Do Programa das Comemorações, para além da Cerimónia Militar, de destacar a inauguração da Rua Cor Cav Vasco Ramires e uma exibição do Carrossel a Cavalo da Escola Prática de Cavalaria.
As Comemorações terminaram com um almoço convívio.
Além da Cerimónia Militar, a EPC realizou, no período de 12 a 20 de Abril uma série de atividades Culturais e Desportivas, no âmbito das Comemorações do Dia da Arma de Cavalaria e do seu 123º Aniversário.
Do Programa Cultural, de destacar o Concerto da Banda Sinfónica do Exército e o Concerto proporcionado pela Orquestra do Conservatório Nacional de Lisboa, ambos realizados no Cine Teatro de Abrantes.
Em parceria com a Câmara Municipal de Abrantes, a Casa do Benfica de Abrantes, o Clube de Orientação e Aventura e o Sporting Clube de Abrantes, realizou-se em 13Abr13 a Corrida e Caminhada pela Solidariedade com a participação de cerca de 100 caminheiros e 60 atletas.
Em 20Abr13, além da Prova Equestre "Mouzinho de Albuquerque", realizou-se nos terrenos contíguos à EPC, a Prova de Resistência BTT Solidário, em organização conjunta com o Clube de BTT local "Branquinhos do Pedal" com a participação de cerca de 90 Atletas.
De referir que em todas as atividades desportivas além do valor da inscrição, todos os participantes fizeram a entrega de um bem alimentar ou de higiene pessoal. A totalidade do valor angariado será entregue ao Banco Social, sendo os bens entregues no Banco Alimentar.

Regimento de Lanceiros nº 2

VISITA A PORTUGAL DO SECRETÁRIO DA DEFESA AMERICANO LEON EDWARD PANETTA

No dia 15 de Janeiro de 2013, Leon Panetta, Secretário da Defesa norte-americano, efetuou uma visita oficial a Portugal.

Por ocasião desta visita, realizou-se no Forte de S. Julião da Barra, sob um forte dispositivo de segurança, uma reunião que e contou com a presença do Ministro da Defesa Nacional Dr. José Pedro Aguiar-Branco, do Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e os Chefes do Estado-Maior dos três Ramos das Forças Armadas.

Ao Regimento de Lanceiros Nº 2 foi cometida a responsabilidade pela segurança, controlo de acessos e parqueamento no interior do Forte de S. Julião da Barra enquanto decorreu a reunião.

Foi montado um forte dispositivo de segurança que contou com uma busca técnica às instalações, utilizando binómios com cães de deteção de explosivos, diversas equipas e patrulhas de segurança e cães patrulha. Na entrada foi montado um check-point para revista a pessoas e viaturas contando com diversos equipamentos de deteção metais.

AÇÃO DE FORMAÇÃO DE CONTROLO DE TUMULTOS

Decorreu no Regimento de Lanceiros N.º 2, entre o dia 07 e o dia 11 de Fevereiro de 2013, uma Ação de Formação de Controlo de Tumultos no âmbito do Aprontamento do 2BIPARA/FND/KFOR.

O Regimento de Lanceiros N.º 2 ministrou uma Ação de Formação de Controlo de Tumultos, de forma a habilitar os 14 formandos (03 Oficiais e 11 Sargentos) com os conhecimentos necessários para o desempenho de missões de Controlo de Tumultos no âmbito da missão atribuída a esta Força no Teatro de Operações do Kosovo.

A cerimónia de encerramento da Ação de Formação foi presidida pelo Exmo. Comandante do Regimento, Coronel de Cavalaria Carlos Manuel Siborro Reis, que proferiu algumas palavras onde desejou as maiores felicidades para o cumprimento da missão ao serviço da KFOR.

ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO DA REVISTA DA CAVALARIA

Teve lugar no dia 26 de Fevereiro de 2013, pelas 21H00, a 10ª Assembleia Geral da Associação da Revista da Cavalaria, entidade com sede no Regimento de Lanceiros nº 2.

Esta reunião foi presidida pelo Exmo. Diretor Honorário da Arma de Cavalaria, Tenente-General Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros e contou com a presença do Presidente do Conselho da Arma de Cavalaria, entre outros associados.

Dos pontos apresentados aos associados destaca-se em especial, pelo impulso que trará à Revista da Cavalaria, a criação de um sítio na internet, disponível para consulta, onde a Direção da Associação depositará especial enlevo na edição em formato digitalizado dos números das primeiras duas séries da revista, interligando desta forma a leitura da cavalaria dos primórdios do século XX a uma escala bem mais global dentro do seu contexto de interlocutores dos nossos dias.

Salienta-se também o facto de para o próximo ano a Revista da Cavalaria tornar a ser temática no seu conteúdo de artigos, abandonando dessa forma a prática de tema livre dos números editados nos últimos dois anos.

TOMADA DE POSSE DO 2º COMANDANTE DO RL2

Apresentou-se no dia 06 de Março de 2013 no Regimento de Lanceiros Nº 2, o Tenente-Coronel de Cavalaria José Manuel Carreiro Crespo que no mesmo dia assumiu as funções de 2º Comandante do Regimento.

O Tenente-Coronel Crespo foi nomeado por escolha para estas funções e foi recebido perante Formatura Regimental pelo Excelentíssimo Comandante que em nome de todos os Lanceiros lhe desejou as maiores venturas para esta nova etapa da sua vida militar.

Perante os Lanceiros formados na Parada marechal Carmona, foi lido pelo Chefe da Secretaria do Comando o artigo da Ordem de Serviço com a nomeação do 2º Comandante, tendo também o Excelentíssimo Comandante usado na palavra onde realçou o desempenho passado do Tenente-Coronel Crespo em anteriores colocações no Regimento, no desempenho de variadas funções, nomeadamente Comandante de Pelotão, Comandante de Esquadrão e Comandante de Grupo de Polícia do Exército.

TOMADA DE POSSE DO COMANDANTE DA MPCOY/NRF 2013

Vindo do Estado-Maior do Exército, apresentou-se no dia 04 de Abril de 2013 no Regimento de Lanceiros Nº 2 o Major de Cavalaria Nuno Lourenço Álvares Alves de Sousa.

O Major Alves de Sousa assumiu as funções de Comandante da Companhia de Polícia Militar para a *NATO Response Force 2013 (MPCoy/NRF 2013),* cargo para o qual foi nomeado por escolha por Despacho do General Chefe do Estado-Maior do Exército.

Depois de lido o artigo da Ordem de Serviço do Regimento onde foi publicada a nomeação do novo Comandante da MPCoy NRF 2013 pelo Adjunto da Companhia, o Maj Alves de Sousa recebeu das mãos do 2º Comandante da Companhia, Capitão de Cavalaria Carlos Lopes o Guião da Companhia, símbolo da assunção do respetivo comando.

Depois de passar revista às tropas em Parada, o agora Comandante da Companhia dirigiu-se aos militares tendo manifestado a sua satisfação por assumir as suas novas funções bem como o regresso ao Regimento de Lanceiros Nº 2, Unidade onde já tinha servido no passado.

JURAMENTO DE FIDELIDADE

No dia 09 de Abril de 2013, realizou-se no Regimento de Lanceiros Nº 2, a Cerimónia do Juramento de Fidelidade dos Oficiais e Sargentos que ingressaram recentemente nos Quadros Permanentes do Pessoal do Exército e que prestam serviço nesta Unidade.

Este ato solene, único da vida dos militares, em que juram defender a Pátria até ao sacrifício da própria vida, foi realizado como determinado, perante o Estandarte Nacional à Guarda do Regimento e testemunhado pelo Excelentíssimo Comandante do Regimento, Coronel de Cavalaria Carlos Manuel Siborro Reis que é a Entidade Jurídica que ratifica o referido juramento e ainda pelos restantes Oficiais e Sargentos respetivamente que servem nesta Unidade.

Regimento de Cavalaria nº 3

EXERCÍCIO DO ESQUADRÃO DE RECONHECIMENTO / BRIGRR MACONTENE 131

O Exercício MACONTENE 131 é o 2º Exercício de nível Esquadrão, a realizar no ciclo de treino operacional 2012-2013 do Esquadrão de Reconhecimento da Brigada de Reação Rápida e que é realizado no âmbito da sua instrução coletiva, a qual se divide em dois blocos distintos: um primeiro que começa no mês de Outubro, aquando da apresentação dos, recém-formados, Oficiais e Sargentos do QP que, culmina com o primeiro exercício desta série, no final do mês de Novembro ou início de Dezembro; o segundo bloco de instrução colectiva tem início no mês de Janeiro e culmina com o segundo Exercício de nível Esquadrão, como é o caso deste MACONTENE 131.
De uma forma geral, estes dois blocos de instrução coletiva têm como objetivo principal, o aprontamento interno do Esquadrão para operações convencionais, no âmbito das tarefas que podem ser atribuídas a uma UEC desta tipologia e que concorrem para um ciclo de treino, já integrado nas operações da Brigada de Reacção Rápida, que tem início no final do mês de Maio. Este ciclo começa com os Exercícios setoriais da BrigRR, no caso do ERec/BrigRR, o exercício da série CENTAURO e termina com o exercício da série APOLO/HOTBLADE, que decorre na segunda quinzena do mês de Julho.

CERIMÓNIA DE TOMADA DE POSSE DE COMANDO DO GRUPO OPERACIONAL E DE APOIO À FORMAÇÃO – MAJ CAV JORGE CLÉRIGO

Decorreu no dia 01 de Fevereiro de 2013, pelas 09H00, a cerimónia de Tomada de posse de Comando do Grupo Operacional e de Apoio à Formação, do Major de Cavalaria Jorge Manuel Pires Clérigo. Nesta cerimónia, os militares do GOAF prestaram continência ao seu novo Comandante, foi efetuada a passagem do guião do Grupo ao Major CAV Jorge Clérigo, que de seguida passou revista aos seus militares. Terminada a cerimónia, o Comandante do Grupo Operacional e de Apoio à Formação recebeu os cumprimentos dos Oficiais e sargentos do Grupo no auditório do Regimento de Cavalaria 3.

PALESTRA " A HISTÓRIA DA EQUITAÇÃO MILITAR " PELO COR INF AMÉRICO HENRIQUES NA CASA DE ESTREMOZ

No dia 16 de Janeiro de 2013, pelas 15H00, foi proferida uma Palestra na Casa de Estremoz, pelo Coronel de Infantaria, na situação de reforma, Américo Henriques, subordinada ao tema "A História da equitação Militar". Esta palestra contou com a assistência de convidados de diversas entidades civis, de Oficiais e Sargentos do Regimento de Cavalaria 3, incluindo o Coronel de Cavalaria José António Balula Cid, atleta olímpico em modalidades de equitação, a quem o palestrante dedicou esta sessão, dada a sua grande amizade.

CURSOS DE CONDUÇÃO DE CATEGORIA B-LIGEIROS, C-PESADOS E ESTÁGIOS DE CAT. B (TODO-O-TERRENO)

No primeiro trimestre do ano de 2013, foram ministrados no Regimento de Cavalaria 3: dois cursos de Condutores de Categoria B, dois cursos de Condutores de Categoria C e cinco Estágios de Categoria B ou Todo-o-terreno

VISITA DE TRABALHO AO RC3 DE S. EXA O GEN CEME ARTUR NEVES PINA MONTEIRO – 13JAN13

Decorreu no dia 31 de Janeiro de 2013, uma visita de trabalho de Sua Excelência o General Chefe de Estado-Maior do Exército, Artur Neves Pina Monteiro ao Regimento de Cavalaria 3. Nesta visita, o Comandante do Exército fez-se acompanhar, entre outras entidades, pelo Exmo TGEN Comandante da Instrução e Doutrina, Francisco António Correia, pelo Exmo TGEN Comandante das Forças Terrestres, Carlos Hernandez Jerónimo, pelo Exmo MGEN Comandante da Brigada de Reação Rápida, Fernando Celso Vicente de Campos Serafino e pelo Exmo MGEN Diretor da Formação, Ulisses de Oliveira.
O programa desta visita teve início, pelas 10H00, com uma sessão de cumprimentos a uma representação de Oficiais, Sargentos, Praças e Funcionários civis, na Sala do Capítulo do Regimento. De seguida seguiu-se um brífingue apresentado pelo Exmo Comandante do Regimento, COR CAV João Nabais, sobre a situação do Regimento de Cavalaria 3. Terminado o brifingue, S. Exa o GEN CEME realizou uma visita a uma parte significativa das dependências do RC3, a que se seguiu o almoço na Casa de Oficiais do RC3, onde estiveram presentes também vários autarcas dos municípios limítrofes ao município de Estremoz.

VISITA DE TRABALHO DO EXMO MGEN CMDT DA BRIGRR FERNANDO SERAFINO AO EXERCÍCIO DO EREC/ BRIGRR MACONTENE 131

Decorreu no dia 20 de Março de 2013, uma visita de trabalho do Exmo Major-General Comandante da Brigada de Reação Rápida Fernando Serafino, à área do Exercício do Esquadrão de Reconhecimento/BrigRR, MACONTENE 131 (Exercício de nível Esquadrão, em ambiente convencional), na região de Estremoz.
O programa desta visita teve início, pelas 09H30, com a receção do Exmo MGEN Serafino à porta de armas do Regimento de Cavalaria 3, por parte do respetivo Comando, após o que, foi realizada uma sessão simbólica, de cumprimentos dos Oficiais do Estado-maior do Regimento e do Comandante do ERec/BrigRR, no Palácio Reynolds (Messe de Oficiais), à alta entidade. De seguida, o Exmo Cmdt da BrigRR, acompanhado pelo Comando e Estado-maior do RC3, dirigiu-se para a Sala de Operações do ERec/BrigRR, onde o Cmdt de Esquadrão, o CAP CAV PARA Fernando Lopes, realizou a exposição da situação enquadrante e o Conceito de operações do Esquadrão para o Exercício MACONTENE 131. Terminada a apresentação, o Exmo Cmdt da BrigRR dirigiu-se para a Barragem das Aldeias, nas imediações da cidade de Estremoz, onde teve oportunidade de assistir à reação a um incidente injetado através de FRAGO (Fragmented Order – Ordem parcelar) durante o Exercício, a qual forçou o emprego da sua FIR (Força de intervenção rápida - constituída por uma Secção de Exploração a quatro Viaturas Blindadas de Rodas PANHARD) num reconhecimento específico e onde houve necessidade de executar uma travessia de um curso de água de grande volume (condução anfíbia).
Ao final da manhã, o Exmo Cmdt da BrigRR, recebeu uma breve explicação do funcionamento do Posto de Comando Tático do Esquadrão para este exercício, local onde foi tomada a 2ª refeição, marcando assim o final da sua visita de trabalho.

Quartel da Cavalaria em Santa Margarida
Ex-Regimento de Cavalaria nº 4

QUARTEL DA CAVALARIA
Dia do QCav

No dia 13 de março decorreram as cerimónias comemorativas do 7º aniversário do Quartel da Cavalaria e do 251º aniversário do Regimento de Cavalaria nº 4, presididas pelo Exmo. General Diretor Honorário da Arma de Cavalaria, TGen Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros.

1º Challenger "O CARRISTA"

Integrado nas comemorações do Dia do QCav, decorreu de 18 a 20 de fevereiro o 1º Challenger do QCav intitulado "O CARRISTA". Este evento contou com a participação de 20 guarnições do GCC e do ERec que, durante três dias, realizaram um conjunto de 09 provas ligadas à identidade dos militares deste quartel. A equipa vencedora foi a "BATTLADUNG". "OS 60" e "STAB.EIN" classificaram-se, respetivamente, em 2º e 3º lugar.

1º Concurso de Artes do QCav

Ainda nas comemorações do Dia do QCav, decorreu entre janeiro e março, o 1º Concurso de Artes do QCAV, constituído por obras de escultura, fotografia e pintura. Todos os trabalhos premiados tiveram como objetivo o embelezamento das infraestruturas do QCav. Os vencedores foram:

1) Pintura: 2Cabo RC Bruno Pedras;
2) Escultura: Equipa constituída pelos Soldados RC Carlos Carvalho, Rui Ramos e Luís Silva;
3) Fotografia: 1Sarg Tm Luís Rodrigues.

Chegada dos Militares do AGR ÍNDIA

Em 29 de março regressaram ao território Nacional os militares do Agr INDIA que participaram na missão da KFOR no TO do Kosovo, durante o período entre setembro de 2012 e março de 2013.

GRUPO DE CARROS DE COMBATE
Treino Operacional – Capacidade CC M60 A3 TTS
Real Thaw 13

O exercício da Força Aérea Portuguesa "REAL THAW 13" decorreu sob a forma de LIVEX/FTX entre 11 e 23 de fevereiro, empenhando Forças da BRR e da BrigMec. O GCC participou com um Pelotão de CC M60 A3 TTS, integrados

num Agrupamento Mecanizado, permitindo desta forma manter e aperfeiçoar o desembaraço tático e a proficiência técnica num ambiente de armas combinadas e conjuntas.

Tiro do 3ECC/GCC

No dia 7 de março de 2013, o 3ECC/GCC executou uma sessão de fogos reais de CC M60 A3 TTS. Este exercício de fogos reais realizou-se com o efetivo de 2 Pelotões (oito sistemas de armas) e foi praticado em escalão Secção. A sessão teve como objetivo principal o aperfeiçoamento da proficiência técnica na execução do tiro, garantindo assim um melhor desempenho das guarnições.

Treino Operacional – Capacidade CC Leopard 2 A6
Curso Video Training System (VTE)

Durante o período de 02 a 22 de abril decorreu o 1º curso de VTE, tendo sido formados 01 Oficial e 03 Sargentos do GCC com sucesso.

VTE e Torre de Instrução

Em apoio à formação e treino operacional, as guarnições de Leopard 2 A6 têm feito uso regular da torre de instrução e do sistema de apoio VTE, o que veio colocar Portugal ao nível do melhor que se faz no mundo em termos de Leopard 2 A6.

EXERCÍCIOS RINOCERONTE

O GCC tem focalizado o seu treino do 1º semestre para conflitos de alta intensidade, nomeadamente para as tarefas primárias das Operações Ofensivas, com o 2ECC/GCC, a dois PelCC Leopard 2 A6, nos seguintes exercícios:

RINO 131 E RINO 132

Decorreram entre 25 e 28 de fevereiro (Rino 131) e entre 02 e 04 de abril (Rino 132), com objetivos de treino de Pelotão e Esquadrão, nomeadamente para as formações de combate e técnicas de progressão, deslocamentos noturnos, ações ao contacto, marcha para o contacto, ocupação zonas de reunião e técnica de tiro ao nível da Guarnição e PelCC.

Lince 13

O exercício do Agrupamento Mecanizado contou com a participação do 2ECC/GCC, entre 15 e 18 de abril, para consolidação do treino ao nível Subagrupamento, nomeadamente na marcha para o contacto e nos ataques imediato e deliberado.

Tiro do 2ECC/GCC

No dia 18 de abril, o 2ECC/GCC realizou a primeira tabela técnica de tiro de CC Leopard 2 A6. Participaram nesta atividade 10 Guarnições que contaram com o apoio do VTE.

ESQUADRÃO DE RECONHECIMENTO
Apoio à EPC

Entre 09 e 22 de janeiro, realizou-se o exercício de apoio à EPC (TPO, CFS de Cavalaria). Neste exercício foi empregue um PelRec com o intuito de apoiar a formação técnica e tática dos futuros Oficiais e Sargentos de Cavalaria.

Lobo 131

O exercício decorreu no período de 15 a 17 de abril, enquadrado no plano de treino do ERec para o 1º semestre de 2013, com a finalidade de treinar, avaliar e certificar um Pelotão de Reconhecimento, para a Força Mecanizada 13, no planeamento e condução de tarefas primárias no quadro das operações de reconhecimento e vigilância, num ambiente operacional típico de um conflito de alta intensidade.

Neste exercício foi também efetuado uma operação de passagem de linha com o 1BIMec/BrigMec, aproveitando para criar sinergias entre estas duas Unidades assim para tornar o treino mais real.

Tiro

No dia 18 de abril, o ERec realizou pela primeira vez tiro de CC Leopard 2 A6 do seu encargo operacional. Neste LFX as guarnições executaram tabelas de tiro técnicas de CC Leopard 2 A6 e demonstraram elevada proficiência técnica e competência profissional.

Regimento de Cavalaria nº 6

VISITAS AO RC6

No período de janeiro a abril de 2013, o RC6 recebeu várias visitas das quais se destacam:
Em 09Jan13, comitiva do Dr. Ricardo Rio, candidato à CMB.De 25 a 29Jan13, delegação composta por 05 Cadetes Franceses da Academia "EcoleMilitaireInterArmes".Em 19Fev13, ExmoMGen António Francisco Alves Rosa Diretor de Justiça e Disciplina.
Escolas: Visitaram o Regimento 728 crianças e 90 adultos, oriundos de diversos estabelecimentos de ensino, creches e jardins-de-infância da região de Braga.

APOIOS

De janeiro a abril de 2013, o RC6 efetuou diversos apoios a entidades civis e militares dos quais se destacam: Hóquei Clube de Braga, GNR de Braga, Hospital de Braga, Escola secundária Carlos Amarante, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Banco Alimentar Contra a Fome, Sociedade de Tiro de Braga, Câmara Municipal de Braga,Liga dos Combatentes, AGRO 2013, Centro de Recrutamento de Braga, Braga Rugby, Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental e à Direção de Obtenção Recursos Humanos.

DIA DA DEFESA NACIONAL

De 03Jan13 a 03Mai13 continuou a decorrer a2ª fase da 9ª Edição do Dia da Defesa Nacional, tendo passado pelo RC6 cerca de 9 918 jovens cidadãos de ambos os géneros.

EXERCÍCIOS MILITARES

Neste período, decorreram os seguintes exercícios:

- 07 a 11Jan13 o Medula no RI19;
- 25 a 28Fev13 Mercúrio 131 – ERec;

- 26 a 28Fev13 Mapex do Exercício Dragão 13;
- 27 a 28Fev13 Plutão 132 - 1EAM/GAM;
- 02 a 07Abr13 Vulcano 13 (Fogos Reais) em Santa Margarida - GAM e ERec;
- 09Abr13 Exercício Falcão – UNAVE com a participação de militares do Reino de Espanha.

CERIMÓNIAS

O RC6 esteve presente em várias comemorações de cariz militar e religioso, das quais se destacama Cerimónia daBatalha de La Lys com a presença de uma força de efetivo de Secção e clarim, para prestar Honras Militares durante a Celebração Eucarística e no Monumento aos Combatentes.
Em 17Abr13 o RC6 participounas Cerimónias Comemorativas do Dia da Arma de Cavalaria e do 123.º Aniversário da EPCem Abrantes, com um Esquadrão (-) (02 Oficial, 06Sargentos e 30 Praças) e Porta EH da Unidade.

RC6 EM MOVIMENTO

Em31Jan 13Participação de militares no Cortamato Fase IV na Escola Prática da GNR;
De 18 a 20Fev13 Participação no Campeonato Desportivo Militar de Orientação Fase II – Brigada, no RI14;
Em 19Abr13participação no Duatlo BTT Fase II - Brigada em Coimbra, sagrando-se campeão da Brigada de Intervenção.

FAMÍLIA MILITAR

Em 01Mar13,o RC6 realizou uma noite musical com a participação de um grupo de fados e um Grupo de música popular.
Em 25Mar13, comemorou-se a Comunhão Pascal, cerimónia presidida pelo Bispo Auxiliar de Braga D. António Moiteiro Ramos, seconstituiu num momento especial de comunhão de fé.

REUNIÃO DE COMANDO DA BRIGINT

Em 14Mar13, realizou-se no RC6 uma reunião de Comando da BrigInt, presidida pelo ExmoMGenCarlos Henrique de Aguiar Santos.

RC6 SOLIDÁRIO

Em 10Jan13 o Regimento entregou bens alimentares, roupa e brinquedos à Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa.
O Regimento de Cavalaria 6, no âmbito da sua abertura á sociedade civil também procedeu à entrega de roupa, calçado, brinquedos e livros ao Centro Social Padre David de Oliveira Martins, situado em Ruílhe, resultado da recolha solidária realizada pelos militares do "6", nas semanas que antecederam a Páscoa.
Com este gesto de solidariedade, os militares e funcionários civis do quartel deBraga mostraram-se mais uma vez sensíveis às necessidades da população.

OBRAS E MELHORAMENTOS

O RC6 procedeu neste período a várias obras de melhoramentos das suas infraestruturas, merecendo especial relevo a cobertura do edifício de Comando do GAM e o melhoramento da zona do monumento aos mortos junto da porta de armas.

FORMAÇÃO PANDUR

De 04 a 20Mar13 decorreram no RC6 vários cursos de formação da Viatura Pandur II 8x8:

- Condutor e Chefe de Viatura da versão ICV;
- Chefe de Viatura versão RWS;
- Apontador da versão RWS;
- Operador e Chefe de viatura da versão REC;
- Chefe de Viatura da versão Posto de Comando.

Unidade de Segurança e Honras de Estado / GNR

VISITA DA DELEGAÇÃO DA GENDARMERIE JORDANA À USHE

No período compreendido entre 18 e 21FEV2013, a USHE recebeu a visita de uma delegação da Gendarmerie Jordana, tendo em vista a discussão de aspetos práticos relacionados com a implementação do Acordo de Cooperação a estabelecer entre a Guarda e aquela Força, para a criação de uma unidade de Cavalaria.

A delegação Jordana foi composta oficiais generais e superiores e entre as várias reuniões de trabalho que decorreram ao longo da semana, teve a possibilidade de assistir a um treino conjunto (Infantaria, Cavalaria, Cinotecnia) de Restabelecimento e Manutenção da Ordem Pública, realçando as diferentes potencialidades da cavalaria, bem como visitar os 3º Esq e 4º Esq/Grupo de Honras de Estado, onde verificaram as instalações, meios humanos e materiais necessários para o funcionamento operacional e logístico de uma unidade de cavalaria.

A Delegação Jordana visitou também as instalações de fabricantes de carroçarias, bem como o departamento de equinos da Companhia das Lezírias, demonstrando bastante interesse no cavalo Puro-Sangue Lusitano, e demonstrando a intenção de aquisição inicial de 60 cavalos.

ASSINATURA DO PROTOCOLO ENTRE A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA E A FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA

No dia 6 de março de 2013 teve lugar, no Comando da Unidade de Segurança e Honras de Estado, a cerimónia de assinatura do Protocolo entre a GNR e a FEP.

O Protocolo assinado pelo Exmo. Comandante-Geral, Tenente-General Luís Manuel dos Santos Newton Parreira e

pelo Presidente da Federação Equestre Portuguesa, Dr. Luís Manuel Cidade Pereira de Moura, visou a oficialização e regulamentação de cooperação institucional na área do ensino/formação profissional equestree o desenvolvimento de projetos pedagógicos de interesse comum com vista à certificação de formadores, técnicos e demais agentes desportivos de equitação.

POULES DE OBSTÁCULOS DA GNR 2013

Este ano, as Poules de Obstáculos, tiveram o seu início a 6 de janeiro e términus a 17 de abril, com a entrega de prémios. Estiveram abertas a todos os cavaleiros da GNR, apresentando-se um total de 59 conjuntos.

As primeiras 4 provas visaram a preparação dos conjuntos, designando-se Poules de Instrução, e as seguintes a escolha destes com vista à sua participação em provas civis, denominadas Poules de Seleção.

Na 3ª e 4ª Poules de Instrução, foi feita uma avaliação qualitativa dos participantes, sendo analisada a técnica, a postura do cavaleiro e a apresentação do conjunto. Ao melhor cavaleiro oficial, sargento e guarda foi atribuído o "Troféu Capitão Prezado Pimenta". Este ano os vencedores foram:

Major Dias Marinho, AM, com Artur;

Furriel Silva Fortes, 4E/GHE/USHE, com Xeique;

Guarda Barbado Caço, 4E/GHE/USHE, com Alentejana.

Na 6ª Poule de Seleção, foi disputado, na classe de 1,10m/1,15m, o "Troféu Capitão Pimenta da Gama". Este é uma réplica do original entregue pela FEP ao Sr. Capitão Pimenta da Gama, oferecido pelo mesmo à USHE, tendo sido o vencedor deste ano o Tenente Carriço Maio, do 3E/GHE/USHE, montando Arauto.

Este ano foram vencedores nas diferentes classes os seguintes conjuntos:

Classe 1,00m, Cavalos Novos, Sargento-ajudante Rôssas da Ponte do 3E/GHE/USHE, que montou Caravela;Classe 1,00m, Cavaleiros Debutantes, 2º Sargento Dias da Silva do 4E/GHE/USHE, que montou O Espanhol;Classe 1,00m/1,05m, Guarda Principal Victor Dias do ECS/USHE, que montou Coral;Classe 1,10m/1,15, Guarda Principal Leal Machado do DInter/CTerEvora, que montou Maroto;Classe 1,20m/1,25m, 1º Sargento Guedes Vilela do CAA/CTerPorto, que montou Rillete Meia-lua.

COMEMORAÇÕES DO DIA DA UNIDADE

A USHE comemorou no dia 5 de abrilo seu 4º aniversário.

As comemorações tiveram início pelas 10:00 horas com a chegada do MAI, Dr. Miguel Macedo, que presidiu à cerimónia que teve a seguinte sequência: honras militares à alta entidade; revista às forças em parada; incorporação do Estandarte Nacional; alocução do comandante da Unidade; alocução do ministro da Administração Interna; evocação aos mortos; imposição de condecorações; desfile das forças em parada. Os convidados puderam ainda assistir a uma apresentação do Carrossel Moto, uma demonstração de Restabelecimento e Manutenção da Ordem Pública a cavalo e no picadeiro Tenente-Coronel Martins Abrantes às apresentações da Reprise da Guarda e da Charanga a Cavalo que encerraram as comemorações.

PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES E ÓBITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES E ÓBITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES E ÓBITOS

SISTEMA DE ARMAMENTO CT-CV™ DE 105 MM

testado com sucesso no Pandur II 8x8
no Campo Militar de Santa Margarida
em Dezembro de 2007

Graphic Design : Visibleabe (3455) • Photos : CMI

www.cmigroupe.com ▪ defence@cmigroupe.com

Groupe **Cockerill Maintenance & Ingénierie**

ABRANTES (2006-2013)